



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE DIREITO**

GRAU: BACHAREL

BLUMENAU, 2013

QUADRO COMPARATIVO

GRAU	Bacharel	
	VIGENTE	PROPOSTO
SUBORDINAÇÃO	CCJ	CCJ
TEMPO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	5 anos	5 anos
TEMPO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	10	10
CARGA HORÁRIA TOTAL	50 Horas (Relógio) 4.253 Horas/Aula	50 Horas (Relógio) 4554 Horas/Aula
CRÉDITOS	225	253
DURAÇÃO (SEMESTRES)	10	10
VAGAS	150	150
INGRESSO / TURNO	Verão – Mat. Verão – Not. Inver. – Mat. Inver. – Not.	Verão – Mat. Verão – Not. Inver. – Mat. Inver. – Not.
CASO TURNO ESPECIAL (DESCREVA)	Não	Não
REGIME DIDÁTICO	Disciplinar	Disciplinar
MODALIDADE DE OFERTA DO CURSO	PRESENCIAL PORCENTAGEM 100%	PRESENCIAL PORCENTAGEM 100%

<p>ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO</p>	<p>CAMPUS I - Rua Antônio da Veiga, 140 – Victor Konder, 89012-900 - Blumenau – SC Núcleo de Prática Jurídica – Praça Victor Konder, 02, 2ª andar – Centro, 89010-150 – Blumenau – SC.</p>
--	---

DADOS ESPECÍFICOS DO CURSO (PREENCHIMENTO DA DPE)

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO	DATA: 24/06/2009 DOCUMENTO: Decreto Federal NR: 2.415 CONCEITO: 3,87
ENADE	Conceito ENADE: 4 (2012)
SINAES	
CPC	Conceito de 2009: 3
CC	3,87 (2009)
AVALIAÇÕES	
NR INSCRITOS VESTIBULAR (ULTIMOS 4 ANOS)	Direito Noturno 2010-1 - 143 2010-2 - 77 2011-1 - 161 2011-2 - 83 2012-1 - 129 2012-2 - 77 2013-1 - 119 2013-2 - 93 Direito Matutino 2010-1 - 75 2010-2 - 53 2011-1 - 92 2011-2 - 29 2012-1 - 83 2012-2 - 35 2013-1 - 78 2013-2 - 68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de alunos por turma e desdobramentos de turma	36
Tabela 2 - Pré-requisitos	41
Tabela 3 - Regime concentrado	43
Tabela 4 - Detalhamento do componente curricular.....	54
Tabela 5 - Componente curricular já existente no Curso	80
Tabela 6 - Componente curricular novo no Curso – já existente na IES	85
Tabela 7 - Componente curricular novo	86
Tabela 8 - Mudanças curriculares	88
Tabela 9 - Equivalência de estudos	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	10
3 CURRÍCULO	12
3.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	18
3.1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL	18
3.1.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	20
3.1.1.2 DEMANDA E/OU JUSTIFICATIVA.....	22
3.1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	24
3.1.2.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI	24
3.1.2.2 PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL – PPI.....	25
3.1.3 OBJETIVOS DO CURSO	25
3.1.4 PERFIL PROFISSIOGRÁFICO E ÁREAS DE ATUAÇÃO DO EGRESSO	25
3.1.5 CORPO DISCENTE	26
3.1.5.1 FORMAÇÃO DISCENTE	27
3.1.5.2 APOIO AO DISCENTE.....	28
3.1.6 CORPO DOCENTE.....	29
3.1.6.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E COLEGIADO DE CURSO	29
3.1.6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE	30
3.1.7 AVALIAÇÃO.....	32
3.1.7.1 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	32
3.1.7.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	34
3.1.7.3 AVALIAÇÃO DO PPC	35
3.1.7.4 AVALIAÇÃO DOCENTE	35
3.2 ESTRUTURA CURRICULAR.....	36
3.2.1 MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA.....	36

3.2.2 NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA.	36
3.2.3 ESTÁGIO	38
3.2.4 TRABALHO DE CURSO – TC	41
3.2.5 PRÉ-REQUISITOS.....	42
3.2.6 PRÁTICA DESPORTIVA.....	42
3.2.7 REGIME SEMIPRESENCIAL (EAD).....	43
3.2.8 REGIME CONCENTRADO	43
3.2.9 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACCS	44
3.2.10 PESQUISA E EXTENSÃO	46
3.2.11 PROVAS DE SUFICIÊNCIA – PROFICIÊNCIA	53
3.2.12 LIBRAS	54
3.3 DETALHAMENTO DO COMPONENTE CURRICULAR	55
3.4 DEPARTAMENTALIZAÇÃO	82
3.5 REORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	90
3.5.1 MUDANÇAS CURRICULARES.....	90
3.5.2 EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS.....	100
3.5.3 ADAPTAÇÃO DE TURMAS EM ANDAMENTO	104
3.6 INFRAESTRUTURA	105
3.6.1 GABINETES DE TRABALHO	105
3.6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS.....	105
3.6.3 SALA DE PROFESSORES.....	106
3.6.4 SALAS DE AULA	106
3.6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	106
3.6.6 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS.....	107
3.6.7 CONDIÇÕES DE ACESSO/ MOBILIDADE.....	108
3.6.8 SERVIDORES.....	109
3.6.9 BIBLIOGRAFIA PARA O CURSO	109
4 TOTAL DE INVESTIMENTOS NA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CURSO	118
4.1 MATERIAIS.....	118

4.2 VALOR DA MENSALIDADE	118
4.3 CRONOGRAMA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO	118
5 REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DO PPC	118
ANEXOS	119

1 INTRODUÇÃO

O ensino jurídico de graduação deve manter-se vivo e com utilidade social, científico-tecnológica, de produção e disseminação do conhecimento. Assim, sua estrutura administrativa e pedagógica precisa ser flexível, possibilitando a consulta e participação coletivas.

Por sua vez, a necessidade de reformulação do Projeto Pedagógico surge justamente em um contexto em que se exige atualização e adaptação constantes do curso às mudanças e compreensão das demandas advindas da complexificação social que, dinamicamente impulsionam outras mudanças que suscitam demandas na vida profissional dos docentes, discentes, egressos do Curso de Direito da FURB, assim como das instituições que integram a comunidade regional, desde a vigência do último Plano Pedagógico em 2004.

Para fazer frente a este cenário, no ano de 2012, deflagrou-se um processo de discussão junto aos gestores da Unidade Administrativa, Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), comunidade discente e externa visando a compreensão do momento em que se encontra o Curso de Direito da FURB. Os desafios apresentados na atualidade, as novas demandas e os indicadores pesquisados para a construção deste projeto, asseguraram a elaboração de um plano que ressignificasse o Curso em andamento e respondesse às exigências por atualização e mudanças nos diversos contextos, segundo políticas públicas federais, estaduais e locais, no que se insere a educação superior.

Definiu-se, para essa construção, a realização de um processo de discussão contínua com espaços abertos à participação. Para tanto, por iniciativa do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante do curso, ainda no ano de 2012 foram iniciadas incursões teóricas sobre as concepções atuais do ensino superior e do ensino jurídico em suas dimensões internacional e nacional, permitindo um

delineamento inicial e provisório dos caminhos a serem percorridos para a construção de um novo Projeto Pedagógico de Curso.¹

Com base nos resultados dos estudos realizados e também observação a outras questões especificamente relacionadas a aspectos legais, construiu-se este projeto que ora se apresenta.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para a fundamentação legal deste Projeto Pedagógico, fez-se a análise das normas que regulamentam e autorizam o funcionamento do Curso, a partir de diversas perspectivas, observando-se as normas de âmbito federal, estadual, municipal e institucional.

Observa-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ressalta-se que os dispositivos que regulamentam o ensino superior (artigos 43 e seguintes) são integralmente observados na elaboração deste Projeto. A carga horária dos Cursos de graduação está regulamentada na Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação. Para o Curso de Direito é necessário observar o mínimo legal de 3.700 (três mil e setecentas) horas. O conceito de hora-aula é regulamentado pela Resolução n. 3, de 2 de julho de 2007, do Conselho Nacional de Educação, que é de 60 (sessenta) minutos. Ressalta-se que este projeto utilizou o conceito adotado pela FURB que é de 50 (cinquenta) minutos, mas contemplando o mínimo exigido pelo CNE.

Observa-se também o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito. Neste sentido, a concepção e os objetivos gerais do curso, dentre outras questões, seguiu a Resolução número 9, de 29 de setembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação.

¹ Nesta etapa, o NDE definiu pela composição de uma comissão representativa do NDE e Colegiado para estudos teóricos sobre as perspectivas de ensino jurídico de graduação no país, a formação jurídica no Século XXI, textos sobre ensino jurídico e discussões sobre processos de elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de IES nacionais e estrangeiras. Os estudos foram estendidos às normas e pareceres sobre as diretrizes nacionais do Curso de Direito no País, nos termos da Resolução n. 9/2004 do CNE/MEC.

Da mesma forma, a legislação mais recente que regula o ensino superior prevê a necessidade de implementação de “temas transversais” no currículo dos Cursos. Nesta perspectiva normativa, cita-se a exigência dos temas relacionados a Direitos Humanos e os temas relacionados à Educação Ambiental. A exigência à promoção da educação e cultura em Direitos Humanos é feita em diversos diplomas normativos. Nesse sentido a LDB é fortalecida pelo Plano Nacional de Direitos Humanos número 3, regulamentado pelo Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que em seu artigo 2º, inciso V, exige conteúdos relacionados à citada temática. Ressalta-se também a Resolução n. 01, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, regulamentado pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 8, aprovado em 06 de março de 2012.

Em relação à necessidade de inclusão da Educação Ambiental também é possível citar diversos dispositivos normativos. Dentre eles, ressalta-se a Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, o Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta citada norma e, por fim, a Resolução do Conselho Nacional de Educação n.02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Por fim, cumpre ressaltar as demais normas relacionadas a outros temas específicos implementados neste PPC. Com relação à regulamentação do Estágio, foram consideradas as diretrizes constantes na Lei Federal n. 11.788/2008 e Resolução n. 066/2006 da FURB. Observou-se também a Resolução n. 104/2002 da FURB, relativa ao Trabalho de Curso (TC). As Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACC), especificamente com relação ao número de horas e aos tipos de atividades foram também propostas em acordo com a Resolução n. 082/2004 da FURB, assim como a atividade de Prática Desportiva, nos termos estabelecidos pela Resolução n. 11/1990 da FURB.

Além dessas normas, foi observado o Decreto número 5.626/2005 da Presidência da República quanto à utilização da Linguagem Brasileira de sinais (Libras). Ainda, observaram-se os critérios de distribuição de horas-atividades,

conforme Resolução n. 32/2007 da FURB, as diretrizes relativas a elaboração das Ementas e Planos de Ensino, conforme Resolução n. 29/2002 da FURB e os critérios de formação continuada dos servidores, conforme Resolução n. 060/2012 da FURB.

Desta forma, todo o conjunto normativo relativo a autorização e funcionamento, desde o âmbito Federal, estadual, municipal e institucional foram devidamente contemplados na elaboração deste Projeto.

3 CURRÍCULO

A Universidade é um local de “produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 81). Nesta compreensão, incluem-se as atividades a que esta Universidade se propõe alcançar, de ensino-pesquisa-extensão e cultura. Assim, o currículo pretende estar em consonância com a missão formadora da Universidade, como agente transformador social, e demande uma educação superior, sintonizada com o seu tempo. Pois, o currículo não é um meio neutro de transmissão/construção de conhecimento, é sim, um forte instrumento de regulação moral e social dos indivíduos (BERNSTEIN, 1996). É nesse sentido que se pode destacar que os currículos constroem subjetividades na formação de um ou outro tipo de profissional em seus Cursos de graduação.

Pereira (2011) destaca que, para uma análise de currículo da educação superior é interessante apontar que ele desempenha papéis que contribuem para reproduzir um modelo de sociedade. Afirma também, que apesar de diversas transformações ocorridas na produção do conhecimento, o currículo na educação superior continua fragmentado e centrado em disciplinas tradicionais.

A organização curricular que se pauta na promoção da educação geral² pretende assegurar aos estudantes aquisição de conhecimentos, habilidades e

²O termo “educação geral” pode ser compreendido como polissêmico se forem consideradas as diversas possibilidades que o termo remete. Nesse caso, objetiva-se discutir sobre a perspectiva de organização curricular que Pereira (2007, p. 67) propõe, ou seja, a educação geral tem sido utilizada para informar o entendimento sobre a parte comum do currículo, oferecida a todos os estudantes como aspecto prévio e primordial do desenvolvimento intelectual, que os prepara para ações cívicas e para a aquisição das competências profissionais. A educação geral é tida, ainda, como a preparação mais necessária para uma vida de contínua aprendizagem, pois oferece uma formação conceitual e não uma formação prática utilitarista.

hábitos do pensamento para uma apreciação crítica dos modos de conhecimento existentes, de como os mesmos são criados, como são utilizados e o que podem significar para o indivíduo pessoalmente (PEREIRA, 2010).

Porém, as atividades curriculares desenvolvidas para essa formação modificam-se de época em época, buscando responder às mudanças do entendimento do que é ser um sujeito educado para determinado tempo histórico. O que integra um currículo de formação geral também não é o mesmo em toda instituição de educação superior, e cada instituição determina o que deve ser desenvolvido. (PEREIRA, 2011).

Nesse viés, Almeida Filho³ ao examinar o modelo de estrutura curricular no Brasil atual, destaca que “a universidade brasileira fundamenta-se sobre uma concepção linear e fragmentadora do conhecimento, alienada da complexidade dos problemas da natureza, da sociedade, da história e da subjetividade humanas [...]” (2008, p. 109). A arquitetura curricular da proposta de Almeida Filho aponta para uma transformação radical à atual estrutura acadêmica das Universidades. Propõe novo modelo de Universidade no contexto brasileiro: um currículo que ofereça mais compatibilidade, com força na internacionalização; nas inter, multi e transdisciplinaridade, isto é, na articulação diferenciada de saberes, e ênfase na formação cultural humanística.

Assim, o conceito de currículo remete ao pensamento do conceito de Universidade. Para Almeida Filho (2008, p.124), “a constituição da universidade renovada deve ser buscada por meio de propostas realistas e ações concretas, enquanto reforça a rede de trocas acadêmicas em arte-cultura e ciência-tecnologia que já opera nos registros multicultural, interdisciplinar e transnacional”.

O teórico citado sugere para um modelo de Universidade Nova, um currículo “interdisciplinar, flexível e progressista, com garantia de mobilidade intra e inter-institucional [...]. O currículo, busca agregar formação geral humanística, científica e artística.” E, o currículo poderá abranger, ainda, as grandes áreas do conhecimento. (ALMEIDA FILHO, 2008).

³O mesmo autor analisa modelos curriculares em universidades contemporâneas, concentra-se em especial no modelo norte-americano e europeu.

Diante destas reflexões, fundamentais para orientar definições para um currículo que se aproxime às exigências dos tempos atuais, há que se incluir também, a caminhada desta IES e, especificamente do Curso de Direito, com seus mais de quarenta anos de história. Para isso, além dos estudos teóricos, pesquisas foram realizadas na busca de indicadores que sinalizassem um caminho que, somado ao que propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para esse Curso, propõe-se um currículo que se aproxime ao desejado supracitado, e de acordo com as políticas institucionais.

O currículo, segundo o PPP de Graduação da FURB, visa articular ações do ensinar, do aprender e do avaliar com intencionalidade política e pedagógica, com vistas à constituição do sujeito, por meio de aprendizagens diversas e que possibilitem uma formação atenta a questões sociais e humanas. Há que se considerar nesta concepção, um perfil diversificado de estudante e para isto, um processo de ensino integrado com o processo de aprender e o conhecimento, em contínuo movimento de investigação para novas construções.

Nesta compreensão de currículo, mesmo que a organização estrutural dos componentes curriculares que definem as áreas do conhecimento esteja sob a forma de Disciplinas, o diálogo transversal com conteúdos, contextos, valores, habilidades e atitudes constituem-se como base na direção da concretude dos direitos das pessoas considerando-as nas dimensões: cidadão, sociedade e meio ambiente. Esta organização conduz a uma prática pedagógica na perspectiva interdisciplinar.

Destacam-se alguns pontos marcantes da construção curricular aqui proposta. Um deles, a aproximação maior da teoria com a prática, rompendo com a concepção linear de que a teoria deve ser estudada *a priori* para depois realizar a prática no momento do estágio e apenas no final do curso. Essa concepção de unidade entre teoria e prática, manifesta-se também na organização das Disciplinas, não mais as dispendo em uma sequência vertical, entendendo que as Disciplinas do eixo fundamental devam ser as primeiras e depois as profissionalizantes seguidas após, do eixo prático. Agora, esses eixos, encontram-se distribuídos e integrados ao longo do Curso.

Nesta direção, soma-se também, a *pesquisa* e a *extensão* presentes nesses processos formativos, indissociáveis ao *ensino*, na sua função social de produção do conhecimento. Esses componentes, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão, orientam o itinerário das ações pedagógicas, entendendo na sua materialização, uma relação de interdependência, tanto como fim quanto como meio. A pesquisa e a extensão constituem-se além de seus fins específicos, também, como métodos de ensino.

A seguir, descreve-se a organização estrutural do currículo, disposto em sua Matriz Curricular anexa a este documento, como também, as atividades correlatas como a pesquisa e a extensão.

Iniciando-se pela Matriz Curricular, esta, encontra-se organizada em três Eixos de Formação: *Fundamental, Profissional e Prática*, seguindo o que preconiza as DCN's para este Curso (Resolução CNE/CES, nº09/2004). Por sua vez, cada um desses eixos é composto por Áreas Temáticas determinadas pelo seu campo de conhecimento. Em caráter de complementaridade e articulando-se de forma interdisciplinar, também integra esse currículo, outros três eixos: *Geral, Específico e Articulador*, conforme PPP da Graduação desta IES (Parecer CEPE/FURB n.º 187/2005).

Esta organização encontra-se assim definida:

Eixo de Formação Fundamental – agregam as Áreas Temáticas: *Linguagem; Sociedade; Filosofia*.

Eixo de Formação Profissional – as Áreas Temáticas: *Direito e Estado; Sociedade e Conflito; Relações do Trabalho e da Empresa; Direito e Relações Internacionais; Crime e Sociedade; Direito e Meio Ambiente; Direito e Inovação*.

Eixo de Formação Prática – as Áreas Temáticas: *Estágio de Prática Jurídica; Trabalho de Curso; AACC's*.

O **Eixo Geral** (EG) é composto pelas Disciplinas: *Universidade, Ciência e Pesquisa e Desafios Sociais Contemporâneos*. Além destas, uma terceira Disciplina compõe esse eixo, como optativa mediante três ofertas, conforme consta na Matriz Curricular deste Documento.

O **Eixo de Articulação** (EA) deve promover atividades interdisciplinares visando à articulação por meio de atividades integradas. No Curso de Direito, essa

articulação encontra-se projetada entre os Eixos: prático e profissionalizante, na interlocução do estágio com as Disciplinas do eixo específico.

Tem início na 5ª fase, com enfoque na área de *Direito Civil*, (144 horas/aula); na 6ª fase, na área de *Direito Criminal* (198 horas/aula); na 7ª fase o EA com 180 horas/aula dispostos em duas grandes áreas: *Relações de Família e Recursos nos Tribunais*, com a presença também, das áreas da Psicologia e Assistência Social, com encaminhamentos compartilhados no estágio de casos reais. Na oitava fase, o enfoque será dado às áreas *Trabalhista e Previdenciária* por meio de disciplinas de estágio e específicas correlatas, num total de 198 horas/aula. Nas 9ª e 10ª fases, as Disciplinas optativas também farão parte do EA, já que os enfoques são as áreas de *Direito Administrativo, Tributário e Empresarial*. Totaliza nestas duas fases: 396 horas/aula. No item 3.2.3 encontra-se maior detalhamento do eixo de articulação, bem como na Matriz Curricular, com o indicativo EA nas respectivas Disciplinas.

O **Eixo Específico** (EE) contempla a formação do acadêmico na sua área profissional. Esse eixo está presente nas Disciplinas e respectivas áreas temáticas, da 1ª à 10ª fase do Curso. Compõe também, o eixo específico, as *Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC’s*, cujo detalhamento de sua operacionalização, consta em capítulo próprio deste documento.

O **Trabalho de Curso** e o **Estágio Curricular Obrigatório**, também, componentes deste currículo, encontram-se detalhados em capítulo específico deste Projeto Pedagógico.

As Disciplinas **Optativas** e **Eletiva** integram os eixos: Geral, Específico e Prático e, encontram-se no rol de opções da Matriz Curricular com a respectiva carga horária, num total de 10 créditos no eixo geral e específico e de 04 créditos no eixo prático. A Disciplina Eletiva constitui-se em uma opção do aluno em cursá-la nesta Universidade, com o objetivo de aprofundar a área de conhecimento do seu interesse. Esta Disciplina soma 04 créditos, podendo ser cursada em substituição à duas Disciplinas optativas de 02 créditos do Eixo Específico.

Constituem-se também, elementos deste Currículo:

A **Pesquisa e a Extensão:** através dos Programas de Extensão e Grupos de Pesquisa que estão se consolidando no Curso, cuja descrição de suas atividades encontra-se em campo específico deste documento.

Citam-se aqui algumas atividades que compõem esta integração e que estão em consonância com as áreas do *Eixo de Articulação* descrito na matriz curricular, bem como com alguns dos temas transversais alocados nos conteúdos: 1) Programa de extensão cidadania pela água na Bacia Hidrográfica do rio Itajaí; 2) Projeto de rede Guarani/Serra Geral; 3) Projeto de pesquisa “Mudanças, variabilidade e tendências do clima no passado, presente e futuro e desastres naturais nas regiões tropicais e subtropicais do Brasil: observações e modelagem”; 4) publicação da Revista Jurídica da FURB; 5) realização anual de uma *Summer School* na UNISALENTO, Itália; 6) Seminários de Pesquisa e Extensão sobre os temas objeto de estudo em cada uma das linhas; 7) Programa de extensão de gestão de conflitos na Comarca de Blumenau, 2013 a 2014; 8) Programa Defesa articulada dos direitos e garantias fundamentais; 9) Mediação de Conflitos de uso e ocupação urbana em áreas de risco no Município de Blumenau: delineando uma metodologia em mediação comunitária.

Temas transversais como: *Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos*, e também específicos do Direito, como *Direito Constitucional*, estão contemplados neste currículo, de várias formas. Quer seja pela transversalidade dos conteúdos dos seus componentes curriculares, presentes na Matriz Curricular do Curso, como também, nos Programas de Extensão e Linhas de Pesquisa aqui citados.

Internacionalização: além da sua transversalidade ao longo do Curso, está explícita como uma das Áreas Temáticas: *Direito das Relações Internacionais*, com a Disciplina, *Direito Internacional* e nos Grupos e Linhas de Pesquisa, conforme pode-se observar no item anterior, as quais demonstram a projeção de questões internacionais que fomentam a cooperação na área da pesquisa e também, com previsão de programas de participação de alunos e professores em intercâmbios com instituições estrangeiras com países da Europa e América do Sul

A **Educação Geral** aqui pensada, insere-se na proposta de forma mais consistente no *Eixo de Formação Fundamental* e transversalmente ao longo do

currículo em Disciplinas do *Eixo Específico*, por meio de uma formação voltada para a construção *cultural* e universal da cidadania, bem como para a constituição do sujeito para pensar e agir numa diversidade étnico-cultural.

Para a efetivação da proposta de Currículo aqui delineada, na sua forma de pensar, planejar, agir e avaliar, garantindo assim, a qualidade e o alcance dos objetivos do Curso e, tornar o currículo cada vez mais explícito, aponta-se, na composição do corpo gestor desse Curso, a presença de um *professor articulador* para cada duas fases do Curso.

Esse professor articulador, indicado pelo Colegiado de Curso mediante perfil para a função, será escolhido mediante critérios a serem definidos nessa instância. Na essência da sua função, além de professor de uma das respectivas fases, mediará discussões entre os docentes daquelas fases e, também, com os discentes, de forma a concretizar a elaboração do planejamento e acompanhamento no decorrer do semestre. Este trabalho comporá um planejamento, cujos resultados serão sistematizados em relatório ao final do semestre e socializado em seminários. Essas ações integram o Programa de Formação Continuada constante neste Documento.

3.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

Desde a sua criação, em 1827, os cursos jurídicos brasileiros mantêm profunda relação com os modelos e concepções de Estado. Entretanto, essa estreita relação não impediu (nem impede) certo descompasso entre o que se ensina e se aprende no cotidiano acadêmico e a realidade que cerca a Universidade.

Ao longo de quase duas centenas de anos de existência o ensino jurídico brasileiro passou por várias crises, umas mais latentes, outras mais amenas, porém todas decorrentes do descompasso antes referido. Contemporaneamente, essa crise se repete e suas raízes históricas firmam-se num modelo de ensino arcaico (educação bancária), que prioriza o ensino do Direito de forma cartesiana e positivista, muitas vezes limitado a uma interpretação rasa (ou mera leitura e

reprodução do pensamento de um doutrinador) dos textos legislativos. Na outra ponta, há o *locus* onde o profissional formado atuará: um Estado Constitucional Democrático, com uma Constituição Dirigente, firmado no primado dos princípios e garantias fundamentais como dignidade humana, justiça social, liberdade, igualdade, dentre outros.

Durante certo tempo os créditos pela crise no ensino jurídico eram conferidos ao descompasso entre a teoria positivista ensinada nos bancos escolares e as novéis teorias jurídicas, firmadas no modelo constitucional vigente no país desde a Constituição Federal de 1988. Esse pensamento também já se mostra superado, haja vista que a crise instaurada é ainda mais profunda e tem despertado inquietações tanto no corpo docente quanto no corpo discente. Mudar é preciso.

Bolzan de Moraes em texto introdutório numa de suas obras ressalta que “*fazer (bem) Direito* implica um compromisso ético jurídico com a eficácia e a efetividade dos direitos humanos e fundamentais (...)” (BOLZAN DE MORAIS, 2011, p. 17, grifos no original). Em outras palavras, é preciso inserir no cotidiano acadêmico o estudo e a vivência desse compromisso ético e a compreensão integral do fenômeno jurídico.

A realidade, contudo, demonstra que os Cursos jurídicos ainda estão muito distantes de atingir essa meta, pois de modo geral o egresso dos Cursos de Direito não tem plena consciência de sua profissão e das possibilidades de transformação social por meio de suas ações. Na grande maioria dos Cursos, os jovens são formados prioritariamente para a carreira da advocacia e para o litígio processual, muitas vezes focado em provas da OAB e em concursos públicos. Essa prática inviabiliza ou, ao menos, não motiva a pesquisa e extensão, o aluno não é motivado para desenvolver raciocínio lógico e autônomo e não exercita as formas de prevenção e de resolução extrajudicial de conflitos.

Para Oliveira (2004, p. 112), a missão da Universidade é a “criação e transmissão de saberes necessários para um maior desenvolvimento da sociedade”, mas destaca que este diálogo que está em crise e especialmente nos Cursos jurídicos esta função não está sendo cumprida de forma eficiente. De fato, conforme já ressaltou Domingues (2004, p. 216) “as piores ‘lacunas’ existentes no âmbito

jurídico são as educacionais. Elas são as verdadeiras responsáveis pelas demais crises existentes”.

Essas rápidas reflexões demonstram que, muito mais que constatar uma crise, há muito se faz necessário tomar ações concretas rumo à qualidade e excelência do ensino jurídico. Assim, ainda no ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emite a Resolução CNE/CES n. 9/2004, extinguindo a Portaria MEC n. 1886/94, anterior regulamentação dos cursos jurídicos. Inicia-se então nova fase para os cursos jurídicos. A Resolução prevê que as mudanças deveriam ser implementadas em prazo não superior a 2 anos, com a observação de que, uma vez implantadas, estas deveriam ser imediatamente aplicadas nos currículos das turmas ingressantes após a reforma.

A Resolução CNE/CES n. 9/2004 trouxe a oportunidade para as IES fortalecerem seus cursos jurídicos, elevando a qualidade do ensino ao estabelecerem perfis diferenciados para seus egressos, com um caráter mais humanista e cidadão, que atendam às necessidades regionais da comunidade em que estão inseridas, tornando-se assim um diferencial na valorização e qualificação do curso.

3.1.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Conforme já ressaltado na fundamentação legal, no âmbito interno, o Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau é originário da década de 60 do século XX, criado por meio da Lei Municipal n. 1.459, a qual criou a então Faculdade de Ciências Jurídicas. O primeiro concurso vestibular foi autorizado pelo Parecer n. 11/68, de 29 de fevereiro de 1968, do Conselho Estadual de Educação.

As raízes históricas para a instauração de cursos superiores em Blumenau datam da década 50, num movimento social que se constrói lentamente e toma força na década de 60, em um processo de pressão dos movimentos estudantis secundaristas e discussão com lideranças políticas e empresariais locais, com relevante participação da UBE (União Blumenauense de Estudantes) para criação das faculdades de Filosofia e Direito (SOARES E PETRY, 1992).

Na Blumenau da época, os destinos da cidade eram traçados e definidos nas reuniões do Rotary Clube. Dele participavam o prefeito, alguns vereadores, os principais empresários da cidade e líderes comunitários de expressão, de modo que nada se iniciava, nada se transformava, nada se criava no âmbito do município sem que os rotarianos concordassem. Porém, ainda segundo os relatos históricos de Soares e Petry “A luta valera a pena. A exaustão acumulada em longos anos de ação reivindicatória vencera as barreiras do tempo [...]” (SOARES E PETRY, 1992, p. 31).

De fato, conforme ressaltam os historiadores, a visão conservadora daqueles tempos não teve o condão de impedir a concretização dos sonhos daqueles jovens blumenauenses que almejavam concluir seu ciclo de formação educacional através de um Curso em nível superior na sua cidade natal.

Em complemento à estrutura do Curso de Direito, em 16 de maio de 1972 é criado o Serviço Judiciário/Estágio Supervisionado de Direito, que mantém desde aquela época atividades ininterruptamente de atendimento gratuito a comunidade blumenauense desprovida de recursos (conforme descrição em item próprio) ofertando aprendizado prático ao estudante do Curso através de práticas reais de intervenção, além da prática simulada.

Com o reconhecimento da Universidade Regional de Blumenau, em 1986, o Curso de Direito passou a integrar o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, que abrangia também o Curso de Economia, Ciências Contábeis e Administração. Em 1990, foi criado o Centro de Ciências Jurídicas, ao qual está vinculado até hoje o Curso de Direito. A partir de 1997, foram implementadas linhas de pesquisa, havendo o incremento significativo da pesquisa. Como meio de expressão das atividades acadêmicas foi criada também a Revista Jurídica.

Atualmente, o Curso de Direito conta também com um Fórum Universitário, instalado em convênio com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina no ano de 1998, com competência para julgar os feitos ajuizados pelo Serviço de Assistência Judiciária Gratuita e Juizado Especial de Causas Cíveis e Criminais.

Completando o cenário no qual está inserido o Curso de Direito da FURB, encontra-se a política institucional para viabilização da criação de um Programa *Stricto Sensu* em nível de Mestrado. Com o início de um Programa de Doutorado

Interinstitucional com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), via CAPES em 2013, para capacitação dos docentes do Curso, bem como com a oferta de um Curso de Mestrado em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e a UNIFEBE em 2012 com este mesmo intuito, intensificou-se a consolidação dos Grupos de Pesquisas na área jurídica nos últimos anos, incitando, assim, um salto qualitativo nas produções científicas de docentes e discentes.

Esta consolidação científico-acadêmica coadunada com o trabalho de aprimoramento junto à Revista Jurídica da FURB permitiu que, a partir de 2013, este periódico fosse classificado na QUALIS-CAPES.

Em síntese, no decorrer destes 46 anos o Curso de Direito da FURB passou por inúmeras reformulações, ora atendendo adequações às legislações e diretrizes institucionais, ora atendendo aos interesses e demandas locais/sociais, os quais são novamente observados neste projeto.

3.1.1.2 DEMANDA E/OU JUSTIFICATIVA

As justificativas primordiais para a elaboração deste documento inserem-se nos contextos temporal, legal e de conteúdo. Nesse sentido, observa-se que o Projeto Político Pedagógico - PPP (agora denominado de Projeto Pedagógico do Curso) que está em vigência é anterior às atuais Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para os Cursos de Direito estabelecidas por meio da Resolução CNE/CES n. 9, de 29/09/2004. Ademais, algumas normativas foram editadas ao longo desta última década, as quais determinam a obrigatoriedade de que os Cursos Superiores trabalhem temas transversais em seus Currículos, como é o caso da Educação Ambiental e Direitos Humanos. Além disso, observa-se uma significativa defasagem quanto ao número de horas mínimas que devem compor a carga horária total do Curso como consequência das novas Diretrizes.

No plano Institucional, assevera-se que a FURB estabeleceu alguns marcos indicadores para os quais os Cursos devem atentar, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

De outro lado, as constantes modificações sociais, políticas, culturais, exigem um repensar quanto ao modo como este Curso é ofertado à Comunidade

Externa. Em uma década houve um salto qualitativo no que tange às novas tecnologias, mídias sociais, o comportamento do público-alvo (em sua maioria jovem), além de importantes modificações políticas, jurídicas e científicas. Esse conjunto de fatores influencia diretamente no modo de como a IES deve pensar e ofertar o Curso de Direito, de modo atingir seus objetivos. Somado a esse contexto, destaca-se que não havia nenhum registro de pesquisas realizadas junto à comunidade regional de inserção do Curso de Direito da FURB, para a qual são colocados à disposição os profissionais por ela formados.

Diante desse quadro, ainda no ano de 2012, a Comissão de Reformulação do Curso, realizou pesquisas junto à Comunidade Acadêmica (docentes, discentes e egressos) visando à obtenção de um primeiro diagnóstico quanto à compreensão/visão do curso em andamento bem como as perspectivas de um novo Curso de Direito. Para essa pesquisa foi utilizada a técnica do questionário semi-aberto, por meio virtual. Todos esses documentos encontram-se nos arquivos do Colegiado de Curso.

Já no início do primeiro semestre de 2013 foi realizado um Seminário para a Comunidade Interna (acadêmica) e Externa, sendo esta última representada por meio de entidades ligadas de forma direta ou indireta com os profissionais formados no Curso de Direito (OAB, Magistratura, Ministério Público, Sindicatos, órgãos Públicos, dentre outros).

Para completar o diagnóstico preliminar, buscaram-se ainda dados existentes na própria IES por meio da Comissão de Avaliação (COMAVI) que faz pesquisa específica com os formandos dos Cursos da Instituição. Utilizou-se de questionários fechados e abertos relativos aos anos de 2011 e 2012, com a população de formandos do Curso de Direito; relatório ENADE-2009 também serviu para balizar as pesquisas diagnósticas; última avaliação do Conselho Estadual de Educação.

Dessa forma, a partir das pesquisas realizadas, foi possível visualizar um Diagnóstico do Curso de Direito, construindo-se uma análise indicativa sobre o que está em vigência bem como se estabelecendo os indicadores norteadores para a reformulação. Dentre os principais resultados da pesquisa destacam-se os seguintes indicadores de mudança e observação para o novo Curso de Direito:

- Matriz com diversificação de temáticas jurídicas;
- Atenção à prevenção e resolução de conflitos;
- Integração entre teoria e prática (saber fazer);
- Formação jurídica diversificada;
- Distribuição equitativa da carga horária;
- Implementação de temas transversais (direitos humanos, conhecimento crítico e meio ambiente);
- Formação jurídica qualificada e diversificada, habilitando para as diversas profissões jurídicas;
- Formação geral e atualizada, com domínio de recursos tecnológicos;
- Formação humanista crítica e ética (pensar e agir);
- Autonomia e dinamicidade na atuação profissional;
- Empreendedorismo;
- Prevenção e mediação de conflitos;
- Teoria e prática (saber fazer);
- Pesquisa: método de ensino e prática de pesquisa;
- Extensão: (ampliação, divulgação e participação).

Assim, estes indicadores, somados às análises já descritas, justificaram esta proposta.

3.1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

3.1.2.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FURB, consolidado a partir de ampla reflexão da comunidade acadêmica em relação a auto-avaliação institucional produzida desde de 2001, apresenta os princípios institucionais básicos do protagonismo da FURB em suas diversas esferas de relacionamento (local, regional, nacional e internacional). Publicado no ano de 2010 e com vigência até 2015, o PDI consolida a missão, visão e valores da FURB, bem como, seus

objetivos, metas e ações, delineando um completo projeto de desenvolvimento institucional.

Desta forma, o citado documento se constitui em um referencial político para a construção deste projeto de Curso. Ressalta-se, nesse sentido, que todas as diretrizes apontadas pelo PDI foram consideradas e encontram-se delineadas ao longo de toda a proposta.

3.1.2.2 PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL – PPI

Especificamente com relação às concepções pedagógicas dos Cursos de graduação da FURB, nos anos de 2003 e 2004, a PROEN, após ampla reflexão da comunidade acadêmica, aprovou o Projeto Político Institucional da FURB. Dentre outros princípios norteadores, o PPI estabelece o compromisso da Universidade com os interesses coletivos, as diretrizes para a organização curricular, a estrutura básica dos currículos, modalidade de ensino-aprendizagem, dentre outros temas.

Na observância do PPI, ressalta-se a incorporação de princípios norteadores em especial no que se refere ao Projeto Político Pedagógico de Graduação. Isto porque, além de suas orientações servirem de base e construção do documento, seus aspectos legais foram integralmente incluídos no Currículo deste Curso. Entre eles, a inserção dos seus Eixos (Geral, de Articulação e Específico).

3.1.3 OBJETIVOS DO CURSO

Formar profissionais para atuar em diversas áreas para as quais são exigidos conhecimentos para a prevenção e solução de demandas jurídicas em uma sociedade emergente e complexa.

Produzir e democratizar conhecimentos jurídicos interdisciplinares por meio da interação entre ensino, pesquisa e extensão.

3.1.4 PERFIL PROFISSIONGRÁFICO E ÁREAS DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

O Curso de Direito, com base nos seus objetivos e em consonância com a realidade social, define para o seu egresso, em síntese, o seguinte perfil:

- Habilidades para lidar com a complexificação social por meio de uma formação geral para atuar de forma autônoma, crítica, ética, humanista e com respeito às diversidades;
- Capacidade de reflexão crítica e aberta para as questões contemporâneas;
- Habilidade de pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes, para a interpretação e aplicação o Direito de forma criativa e inovadora;
- Habilidade para permanente construção da aprendizagem autônoma e dinâmica ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania;
- Domínio de tecnologias e métodos para produção e aplicação do conhecimento jurídico;
- Compreensão interdisciplinar dos fenômenos jurídicos, para argumentações, reflexões críticas, frente a situações de julgamentos e tomadas de decisões;
- Percepção da pesquisa e da interação com a comunidade como instrumentos de concretização da função social do Curso de Direito.
- Responsabilidade e comprometimento com as questões sociais, ambientais e com a coletividade;
- Perspectiva mediadora e de prevenção e pacificação dos conflitos;
- Capacidade de argumentação, oratória e elaboração de redação com a devida utilização da terminologia jurídica.
- Aptidão para atuação em diversas profissões jurídicas.

A partir deste perfil, o egresso estará apto a atuar em diversas áreas profissionais, com destaque para: *Profissões públicas*- Magistratura, Ministério Público, Advocacia, Procuradorias, Cartórios e cargos jurídicos em órgãos do executivo, judiciário e legislativo federal, estaduais e municipais. *Profissões na área privada*: Advocacia, Assessoria jurídica, cargos técnicos em empresas e no Terceiro Setor.

3.1.5 CORPO DISCENTE

Ao estudante deve ser oportunizado o desenvolvimento de suas potencialidades, considerando sua total multidimensionalidade, com o objetivo de promover o alcance do perfil profissiográfico delineado neste documento. Este conjunto de oportunidade objetiva também uma inserção do estudante na sociedade com condições de análise crítica e participativa como cidadão e agente social, instrumentalizada através dos mecanismos de formação discente e apoio ao discente.

3.1.5.1 FORMAÇÃO DISCENTE

A formação discente tem a finalidade de oportunizar ao estudante do Curso de Direito, além das atividades regulares do currículo, atividades extracurriculares, que visam enriquecer a sua formação e fortalecer a construção de saberes de forma interdisciplinar. Essas atividades são ofertadas por meio de cursos de curta duração e também, *lacto sensu* em nível de especialização, projetos; viagens de estudo; seminários; fóruns; programas de pesquisa e extensão.

Citam-se algumas dessas atividades: cursos de atualização técnico-profissional, especificamente em relação às inovações no ordenamento jurídico ao longo da graduação; implementar e ampliar as políticas de formação continuada já existentes no que se refere a oferta de cursos de pós-graduação em nível de especialização; aprimorar o convênio existente entre o Centro de Ciências Jurídicas e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – ESMESC.; implantar curso de mestrado e doutorado em Direito.

Na continuidade: projeto Cinema e Direito, Projeto Direito e Literatura, Projeto Direito e Teatro, seminários, colóquios, palestras, saídas de campo, bem como a viagem de estudos à Brasília, que objetiva proporcionar o contato do estudante com as principais instituições político-jurídicas nacionais.

3.1.5.2 APOIO AO DISCENTE

O Centro de Ciências Jurídicas, no intuito de realizar ações que visam proporcionar amplo apoio ao seu corpo discente, através de atividades planejadas pelo próprio Centro e, também, de forma integrada, com programas institucionais. Um desses programas, composto por quatro ações básicas, as quais apresentam-se:

A primeira ação consiste em aprimorar e dar ampla divulgação do manual de orientações pedagógicas e administrativas para o acadêmico de Direito. Esse manual consiste em um documento informativo que trata das questões relacionadas ao cotidiano do Curso de graduação em Direito, tais como: procedimento de matrícula, horas extracurriculares, função de cada órgão do curso, dentre outras,

A segunda ação implica na construção de um Cadastro de Acompanhamento dos formados, que tem por objetivo, dimensionar o impacto do curso no desenvolvimento da região do Vale do Itajaí, especialmente ao verificar o protagonismo de seus egressos no ambiente social.

A terceira ação consiste na aplicação do Programa de Inclusão e Permanência Acadêmica – PIPA. Essa ação visa proporcionar ao estudante, apoio, psicossocial e educacional especializado. Este Programa é desenvolvido pela PROEN, através da Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CAE, que, dentre outras funções, visa:

- Oferecer acolhimento e escuta qualificada às demandas estudantis;
- Oferecer apoio aos segmentos estudantis que enfrentam problemas pessoais que prejudiquem a sua convivência e permanência na Universidade;
- Ofertar ações que promovam a acessibilidade a estudantes com necessidades especiais.

Outra ação do Curso de Direito é o imprescindível apoio às atividades do Diretório Acadêmico do Curso de Direito - DACLOBE, especialmente em relação à sua semana acadêmica.

3.1.6 CORPO DOCENTE

3.1.6.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E COLEGIADO DE CURSO

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito foi instituído em 26 de maio de 2011, de acordo com a Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o NDE e dá outras providências e a Resolução FURB n. 73/2010 que institui e normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB. Assim, desde sua implantação foi observado uma composição constituída pelo Coordenador de Curso e mais cinco docentes em exercício no respectivo Curso.

O NDE, por sua vez, é responsável pela criação, implantação, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso e não deve ser confundido com instâncias deliberativas previstas no Regimento Geral da Universidade⁴.

O NDE deflagrou, a partir de 2012, um movimento para revisão do seu Projeto Pedagógico de Curso, indicando ainda membros para o Grupo de Trabalho (GT) composto também de membros do Colegiado e Assessoria Pedagógica.

O Colegiado de Curso, nos termos da Resolução n. 70/2004, de 11 de novembro de 2004, é composto por 07 docentes, todos do quadro efetivo de pessoal da Instituição de Ensino Superior.

Em síntese, tanto o Colegiado como o NDE participaram ativamente das discussões e deliberações sobre o processo de construção do PPC, iniciado em 2012 com a coleta de subsídios até a sua conclusão em novembro de 2013. As reuniões do Colegiado ocorreram ordinariamente uma vez por mês. O grupo de trabalho que organizou e redigiu o documento contou sempre com a participação de representantes escolhidos por esses órgãos consultivos e deliberativos.

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. SINAES: Instrumento de Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação. MEC/INEP: Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-legislacao_normas. Acesso: 05 nov. 2013.

3.1.6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Diante dos novos desafios trazidos pelas mudanças sociais, o conhecimento assume um papel de destaque, dado a sua complexidade e importância, especialmente quando esse conhecimento, na forma como é produzido, constitui-se a base de seus estudos. Neste caso, com implicações diretas nos processos de ensinar e de aprender que, por sua vez, aponta, a figura do professor, um dos pilares desse processo.

Nos estudos para a construção deste Projeto de Curso, pesquisas foram realizadas para direcionar o caminho as quais apontaram enfaticamente a importância que o docente exerce no Curso e o quanto este profissional tem influência direta na qualidade da formação dos estudantes. Segundo Pryjma, “As novas demandas sociais têm trazido novos propósitos para a formação do educando e, para isso, o docente necessita estar preparado para atender essas demandas e acompanhar os processos de desenvolvimento e transformação que têm ocorrido na sociedade.” (PRYJMA 2013, p.38).

Essas questões, presentes no cotidiano da sala de aula, exigem que novas concepções de ensino e de aprendizagem sejam praticadas. Não podemos mais focar métodos de ensino com base na reprodução e memorização do conhecimento. De acordo com Behrens apud Pryjma (2013, p.112), “Em face da nova realidade, o professor deverá ultrapassar seu papel autoritário, de dono da verdade, para se tornar um investigador, um pesquisador do conhecimento crítico e reflexivo”

Para que essas concepções se concretizem, faz-se necessário ao professor, além da uma formação científica e sólida na sua área de conhecimento, saberes docentes que instiguem a construção do conhecimento, relacionando a teoria com a prática, incluindo as novas tecnologias de comunicação e expressão e que faça da pesquisa um dos métodos de ensino.

No capítulo 3 deste documento, ao explicitar o currículo deste Curso, percebe-se que a grande maioria das suas ações lá descritas, tem implicações diretas com o cotidiano da sala de aula. E, considerando o currículo proposto para esse Curso que teve como fundamento na sua construção, a complexidade das

demandas sociais, é inevitável que o professor deste Curso, esteja em contínuo processo de desenvolvimento profissional docente. “Não se concebe mais um educador que deixe de investir em sua formação continuada”. (PRYJMA, 2013, p.108).

A FURB, em sua responsabilidade de qualificar continuamente os seus profissionais, propõe, a estes, programas de formação continuada. Para formação de curta duração, há uma política institucional normatizada pela Resolução/FURB, Nº 060/2012, que tem por objetivo, o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus servidores em busca de qualidade no desempenho do trabalho. Essa formação pode ser realizada por diversas modalidades, dentre elas: Cursos, Minicursos, Seminários, Simpósios, Oficinas, Mesas redondas, Fóruns e outros.

Esses espaços de formação são proporcionados institucionalmente a todos os seus servidores e, com ênfase, à formação para os docentes, de acordo com um calendário semestral e demandas de cada Unidade Universitária. O Centro de Ciências Jurídicas integra em seu calendário a programação institucional e, também faz o seu próprio calendário para as demandas específicas do Curso relacionadas ao alcance dos seus objetivos, segundo o seu PPC e também demandas do seu cotidiano.

Na compreensão de que, a formação se constrói em um processo contínuo através de uma perspectiva crítico-reflexiva, a gestão do Curso de Direito juntamente com a assessoria pedagógica e o professor articulador de fases, propõem um programa de formação, em caráter permanente a todos os professores do Curso, nas modalidades de:

- Seminários;
- Mesas Redondas;
- Oficinas;
- Conselhos Avaliativos;
- Grupos de Estudo;
- Observações guiadas;
- Monitorias e outros.

Cada proposição será discutida com os seus pares e operacionalizada em forma de Projetos ou outras modalidades pedagógicas, e sistematizados no Plano de Ensino do semestre.

Na compreensão de que a formação tem caráter processual, estas proposições ocorrerão em momentos diversos, segundo a sua natureza. Elas acontecem no período de recesso semestral e no decorrer do período letivo em cronograma previamente estabelecido.

3.1.7 AVALIAÇÃO

3.1.7.1 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Os resultados das avaliações do Curso de Direito, serão, sempre que possível, consideradas para fins de reavaliação de ações constantes neste projeto a fim de dar dinamicidade para a concretização de seus objetivos. Por isso, vislumbra-se que, tanto a avaliação de resultados quanto a avaliação da própria implementação do PPC devem estar em consonância.

Dessa forma, recomenda-se que os resultados de instrumentos avaliativos internos ou externos sejam considerados dados de análise permanente. Entre os principais instrumentos a serem considerados destacam-se os que se seguem, privilegiando-se a análise comparativa entre os dados das pesquisas diagnósticas utilizadas para a elaboração deste PPC e similares a serem realizados da forma descrita:

Exame da Ordem dos Advogados do Brasil Unificado e ENADE

A cada ano de realização destes exames, indica-se que Colegiado do Curso e NDE, por meio de professores representantes, façam análise de desempenho por área temática dos exames efetivados no período, em parceria com a Assessoria Pedagógica e, após assembleia reflexiva com os professores que lecionam no Curso estabeleçam intervenções junto à comunidade discente e docente em especial no que se refere aos conteúdos e metodologias de ensino-aprendizagem bem como intensificação de cursos de extensão e formação docente.

Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior e Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina / SINAES

A cada avaliação externa, indica-se que Colegiado do Curso e NDE, por meio de professores representantes, realizem análise dos relatórios enviados pelos respectivos órgãos em parceria com a Assessoria Pedagógica e, após assembleia reflexiva com os professores que lecionam no Curso estabeleçam intervenções junto à comunidade discente e docente em todos os critérios que envolvam a avaliação pedagógica do Curso. Quando uma análise envolva ações pertinentes a outras competências, os representantes supracitados deverão encaminhar o relatório aos órgãos e/ou autoridades administrativas competentes a fim de noticiar a análise.

Comunidade Externa e Egressos

Ao concluir a formação da primeira turma com a nova matriz curricular, sugere-se a realização de um Seminário com a comunidade externa que esteja diretamente envolvida com a absorção do bacharel em Direito da FURB, bem como aplicado questionário virtual com os egressos do Curso, a fim de verificar a sua inserção no mercado de trabalho bem como identificar se o perfil deste egresso está compatível com as exigências profissionais da região.

Docentes e Discentes

Sugere-se que Colegiado do Curso e NDE, por meio de professores representantes, estabeleçam mecanismos de comunicação via reuniões presenciais ou outro instrumento de coleta de dados, com intuito de diagnosticar pontos fracos e fortes do novo Curso, e diante dos resultados e com deliberação conjunta com a Assessoria pedagógica após assembleia reflexiva com os professores que lecionam no Curso estabeleçam intervenções junto à comunidade discente e docente em especial no que se refere a demandas pedagógicas de formação. Quando uma análise envolva ações pertinentes a outras competências, os representantes supracitados deverão encaminhar o relatório aos órgãos e/ou autoridades administrativas competentes a fim de noticiar a análise.

Dessa forma, instrumentos de produção de dados, resultados avaliativos, bem como as intervenções efetivadas serão devidamente documentadas.

3.1.7.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação constitui-se elemento fundamental ao desenvolvimento e efetivação de deste projeto pedagógico. Logo, a avaliação da aprendizagem, como parte inerente nesse processo, a sua prática, requer observação atenta aos seus objetivos, instrumentos e critérios.

Partindo do pressuposto de que a aprendizagem representa o foco do processo educacional, o ensino assume características de construção, de contextualização e articulação entre os diferentes saberes. Assim, a avaliação tem caráter processual, portanto, diagnóstica, formativa e cumulativa. Ela estende-se ao longo do período letivo, e seus resultados devem refletir, de forma contínua, os processos de ensino e de aprendizagem, buscando a sua constante reconstrução.

Respeitando a Resolução Interna da FURB número 129/2001, que homologa o Regimento Geral da Universidade, passamos a indicar a finalidade, os critérios e instrumentos de avaliação. O processo de avaliação da aprendizagem tem por finalidade acompanhar o desenvolvimento do acadêmico nas habilidades exigidas ao bacharel em Direito, conforme este projeto político pedagógico. O processo de avaliação compreende a frequência mínima exigida e a verificação da aprendizagem. Conforme parágrafo §1º do artigo 62 da citada Resolução, a frequência mínima exigida é de 75%, vedado o abono de faltas, salvo nos casos expressamente previsto.

A verificação da aprendizagem será indicada através do rendimento escolar. Este, é expresso em uma escala de zero a dez, considerando-se aprovado o estudante que obtiver rendimento igual ou superior a seis. Na composição do rendimento escolar, exige-se no mínimo a aplicação de três distintas avaliações. Em relação a estas, deve haver uma distribuição proporcional das avaliações ao longo do semestre, a fim de maximizar o processo de aprendizagem. O docente deverá fazer a devolução da atividade avaliativa devidamente corrigida no prazo de 15 dias, buscando implementar a concepção de aprendizagem como foco do processo.

Com relação aos instrumentos e critérios de avaliação, este projeto pedagógico orienta que estes sejam elaborados de forma diversificada,

contemplando assim, amplas e diferentes oportunidades ao estudante de exprimir a sua aprendizagem.

Os instrumentos de avaliação devem ser definidos nos planos de ensino, sendo recomendado que se utilize provas, relatórios, saídas de campo, pesquisas, estudos de caso, dentre outros. Os critérios também devem ser detalhados no plano de ensino, obedecendo-se uma coerência entre a finalidade, objetivos e procedimentos de ensino.

3.1.7.3 AVALIAÇÃO DO PPC

A avaliação sendo o caminho que indica o alcance ou não, de resultados pretendidos, obviamente esse Projeto de Curso, com objetivos e ações definidos a toda uma comunidade discente que busca uma formação profissional, precisa de acompanhamento e constante avaliação sobre a sua operacionalização e resultados.

Para esse acompanhamento e avaliação prevê-se um seminário anual envolvendo os docentes, discentes e corpo gestor, que juntamente com o NDE, Colegiado de Curso farão uma análise crítica dos objetivos e respectivas ações desenvolvidas naquele ano e resultados alcançados.

As propostas que virão desse trabalho avaliativo serão registradas em ata e, o seu conteúdo analisado nos espaços de formação, conforme consta neste Projeto de Curso, para inclusão nos projetos de trabalho das fases e Planos de Ensino, para o devido acompanhamento.

3.1.7.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

O docente da FURB é avaliado seguindo uma política institucional que prevê mecanismos e procedimentos conforme resolução específica.

Os resultados obtidos nessa instância serão considerados pelo próprio docente que a recebe individualmente, como também, pelo Curso, através do Departamento que tem como incumbência, a contratação dos docentes.

Paralelo a esses mecanismos institucionais, a gestão do Curso, em consonância com o programa de formação docente, promove ações de reflexão com

os docentes do Curso, com base nos resultados da aprendizagem e também, através de conselhos avaliativos e seminários em final de semestre, por fases do Curso, coordenado pelo professor articulador. .

A avaliação docente indica muitas vezes, uma atenção diferenciada provocada por casos pontuais. Neste caso, a coordenação do Colegiado de Curso, em conjunto com a assessoria pedagógica, propõem um plano de análise dos pontos avaliados e juntamente com o próprio docente, é realizado um programa de atendimento específico em forma de formação continuada individual.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

3.2.1 MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

A Matriz Curricular Proposta segue junto ao Processo (ERP) referente a este Projeto.

3.2.2 NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA E DESDOBRAMENTOS DE TURMA.

Componente Curricular	Nº de turmas	Nº de alunos por turma	Laboratório Salas Especiais
Linguagem e Argumentação Jurídica	3	50	N
Universidade, Ciência e Pesquisa	3	50	N
Oficina de Produção Textual e Oratória	3	50	N
Hermenêutica Jurídica	3	50	N
Teoria do Direito	3	50	N
Oficina de Pesquisa I	3	50	N
Oficina de Pesquisa II	3	50	N
Oficina de Pesquisa III	3	50	N
Antropologia Jurídica	3	50	N
Teoria do Estado e Ciência Política	3	50	N
Sociologia Jurídica	3	50	N
Psicologia Judiciária	3	50	N
História das Instituições Jurídicas	3	50	N
Economia Política	3	50	N
Desafios Sociais Contemporâneos	3	50	N

Ética Profissional	3	50	N
Filosofia do Direito	3	50	N
Teoria da Constituição	3	50	N
Direito Constitucional I	3	50	N
Direito Constitucional II	3	50	N
Direito Constitucional III	3	50	N
Direito Tributário I	3	50	N
Direito Tributário II	3	50	N
Direito da Seguridade Social	3	50	N
Direito Previdenciário	3	50	N
Direito Administrativo I	3	50	N
Direito Administrativo II	3	50	N
Direito Civil – Parte Geral	3	50	N
Direito Civil – Obrigações	3	50	N
Direito Civil – Responsabilidade Civil	3	50	N
Direito Civil – Contratos	3	50	N
Direito Civil – Direito das Coisas	3	50	N
Direito Civil – Relações de Família	3	50	N
Direito Civil – Direito das Sucessões	3	50	N
Direito da Infância, Juventude e Idoso	3	50	N
Direito das Relações de Consumo	3	50	N
Teoria Geral do Processo	3	50	N
Direito Processual Civil I	3	50	N
Direito Processual Civil II	3	50	N
Direito Processual Civil III	3	50	N
Meios adequados de Resolução de Conflitos	3	50	N
Direito das Relações do Trabalho I	3	50	N
Direito das Relações do Trabalho II	3	50	N
Direito Processual do Trabalho	3	50	N
Direito das Relações Empresariais I	3	50	N
Direito das Relações Empresariais II	3	50	N
Direito das Relações Empresariais III	3	50	N
Direito Internacional	3	50	N
Direito Penal I	3	50	N
Direito Penal II	3	50	N
Direito Penal III	3	50	N
Direito Penal IV	3	50	N
Direito Processual Penal I	3	50	N
Direito Processual Penal I	3	50	N
Direito Ambiental I	3	50	N
Direito Ambiental II	3	50	N
Direitos Humanos e Sustentabilidade	3	50	N
Bioética e Biodireito	3	50	N
Optativa I	3	50	N
Optativa II	3	50	N
Optativa III	3	50	N

Direito e Tecnologias	3	50	N
Estágio Orientado – Observação I	2	75	NPJ
Estágio Orientado – Observação II	2	75	NPJ
Estágio Orientado – Observação III	2	75	N
Estágio Orientado – Simulação I	10	15	NPJ
Estágio Orientado – Simulação II	10	15	NPJ
Estágio Orientado – Simulação III	10	15	NPJ
Estágio Orientado – Simulação IV	10	15	NPJ
Estágio Orientado – Optativa I	10	15	NPJ
Estágio Orientado – Optativa II	10	15	NPJ
Estágio Orientado – Intervenção I	19	8	NPJ
Estágio Orientado – Intervenção II	19	8	NPJ
Estágio Orientado – Intervenção III	19	8	NPJ

3.2.3 ESTÁGIO

A reformulação dos componentes curriculares do eixo Estágio de Prática Jurídica está pautada em alguns indicadores apontados pelas pesquisas diagnósticas realizadas, nas tendências pedagógicas contemporâneas, bem como nas legislações atuais em especial nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Direito. Dessa forma, esta proposta visa atender a necessidade atual de ampliação da carga horária de prática no Curso de Direito, minimizando assim o impacto da dissociação entre teoria e prática sobre a aprendizagem. Do mesmo modo, a atual disposição de Disciplinas deste componente carece de uma formação mais ampla para as profissões jurídicas em geral. Isso determinou a oferta de Disciplinas de Estágio de forma mais diversificada. Além disso, visando uma possibilidade de construção mais autônoma do conhecimento, a nova matriz oferece Disciplinas optativas também no âmbito da formação prática.

Assim sendo, o Estágio de Prática Jurídica será composto de três esferas de inserção acadêmica na vida prática do Direito. Citam-se, a exemplo, as Disciplinas de Estágio Orientado - Observação I, II e III, as quais incluem o acompanhamento de práticas forenses inerentes ao Poder Judiciário nas diversas instâncias, ou a órgãos que contribuem direta ou indiretamente para a formação profissional. Compreendem a observação dos atos praticados, com ou sem orientação direta dos professores orientadores, seguido de reflexão teórico-prática exteriorizada por meio de relatório circunstanciado.

Para tanto, a Disciplina de Observação I iniciará logo no quinto semestre, propiciando, assim, uma conexão entre teoria e prática do Direito, em especial no que se refere ao conhecimento relacionado ao Direito Processual. Ainda no quinto semestre, o aluno também iniciará a Disciplina de Estágio Orientado – Simulação I com atividades de peticionamento na área cível. Importante ressaltar, que as ementas das Disciplinas que compõem o quinto semestre, encontram-se em consonância com as demais Disciplinas ofertadas até este momento do Curso, bem como privilegiam uma aprendizagem mais significativa dos conhecimentos, haja vista que correlacionam temáticas. Nesse sentido, a proposta estabelece para a quinta fase, três disciplinas que comporão o Eixo de Articulação (EA), quais sejam: Estágio Orientado – Observação I, Estágio Orientado – Simulação I e Direito Processual Civil II. Nesta fase o enfoque primordial será a Prática Jurídica Cível. Para fins de articulação, sugerem-se algumas estratégias: interlocução entre planos de ensino, metodologias interdisciplinares, estratégias de ensino dialogadas entre os professores das áreas, resgate de conteúdo das disciplinas que compõem as demais do mesmo Eixo de Articulação (EA) a partir da experimentação do estudante, avaliações interdisciplinares, entre outras. Ressalta-se que, há assim, articulação entre Disciplinas do Eixo Prático bem como do Eixo de Formação Profissional(EP). O total de carga horária articulada nesta fase é de 08 (oito) créditos ou 144 (centro e quarenta e quatro) horas/aula.

Na sexta fase, além da Disciplina de Estágio Orientado – Observação II, será ofertada a Disciplina de Estágio Orientado – Simulação II. Estas Disciplinas também comporão o Eixo de Articulação, posto que se complementam com as Disciplinas de Direito Penal IV e Direito Processual Penal I. Portanto, nesta fase, o enfoque de interlocução da aprendizagem dar-se-á na área de Direito Criminal entre disciplinas do Eixo Profissionalizante e Prático. Logo, o EA desta fase contempla uma carga horária de 11 (onze) créditos, ou 198 (cento e noventa e oito) horas/aula.

Já na sétima fase, o acadêmico além de aproximar-se da realidade do cotidiano forense, bem como de estar imerso nas práticas de redação jurídica, iniciará a sua intervenção em casos reais oportunizados pelas atividades de atendimento ofertadas pelo Núcleo de Prática Jurídica diretamente ou por meio de convênios específicos. Essa intervenção se dará com a disciplina Estágio Orientado

– Intervenção I. Entre as práticas destacam-se as já oferecidas na área de Direito Civil, Programa aluno-conciliador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Juizado Especial Cível. Estas atividades são meramente exemplificativas, uma vez que o Núcleo possui autonomia para estabelecer novos convênios e elaborar outras práticas de intervenção direta do acadêmico, desde que referendadas pelo Colegiado. De toda sorte, o principal enfoque de atendimentos realizados no Núcleo, concentra-se na área de Direito Civil, em especial as situações que dizem respeito às relações de Família. Por isso, além das atividades interdisciplinares já ofertadas no Núcleo como a Assessoria Psicológica e de Assistência Social, na qual os estudantes fazem encaminhamentos de forma compartilhada, esta proposta amplia o leque de interlocução no Curso estabelecendo como EA as Disciplinas de Psicologia Judiciária e Direito da Infância, Juventude e Idoso. Nesta fase o estudante terá, ainda, a oportunidade de praticar a redação de recursos cíveis e a observação de fases recursais do processo com as Disciplinas de Estágio Orientado – Observação III e Estágio Orientado – Simulação III. Portanto, nesta fase o EA é composto de 10 (dez) créditos, ou 180 (cento e oitenta) horas/aula dispostos em duas grandes áreas: Relações de Família e Recursos nos Tribunais.

Na oitava fase, o enfoque do Estágio será a prática trabalhista e previdenciária. Dessa forma, além da possibilidade de ampliar as áreas de intervenção por meio da Disciplina Estágio Orientado – Intervenção II, será ofertada a Disciplina de Estágio Orientado – Simulação IV com enfoque na redação jurídica trabalhista. Estas disciplinas encontram-se também no rol do EA, juntamente com as disciplinas Direito e Seguridade Social e Direito Previdenciário, do EP. Assim, nesta fase o EA é composto de 11 (onze) créditos ou 198 (cento e noventa e oito) horas/aula.

Nas nona e décima fases, o estudante poderá eleger a área de aperfeiçoamento prático, matriculando-se em duas Disciplinas optativas a serem ofertadas além de permanecer intervindo junto a casos reais sob sua responsabilidade. Nestas fases as Disciplinas optativas também farão parte do EA, já que os enfoques são as áreas de Direito Administrativo, Tributário e Empresarial. Portanto, o EA será composto das seguintes disciplinas: Estágio Orientado – Optativas de Prática em Direito Administrativo, Prática em Direito Tributário, Prática

em Direito Empresarial bem como as do Eixo Profissionalizante: Direito Tributário I e II, Direito Administrativo I e II, Direito das Relações Empresariais II e III. Perfazendo, assim, um total de 14 (catorze) créditos, ou 252 (duzentas e cinquenta e duas) horas/aula na nona fase e 8 (oito) créditos ou 144 (cento e quarenta e quatro) horas/aula na décima fase.

3.2.4 TRABALHO DE CURSO – TC

O Trabalho de Curso (TC) consiste na elaboração e defesa pública de um trabalho de pesquisa acerca de um tema escolhido livremente pelo estudante a partir das linhas de pesquisa disponíveis e das áreas temáticas do Curso de graduação. Na medida do possível, as temáticas desenvolvidas no TC devem estar vinculadas as atividades dos grupos de pesquisa e extensão do Curso de Direito.

Dessa forma, o TC é desenvolvido ao longo de todo o Curso, demonstrando a capacidade de pesquisa do estudante de Direito. O objetivo principal do TC é desenvolver a capacidade de organização de ideias, pesquisa, interpretação e produção textual no trabalho escrito e a capacidade de exposição e argumentação na defesa pública.

Para operacionalizar esta dinâmica de produção científica, já na primeira fase é ofertada a Disciplina Universidade, Ciência e Pesquisa, do Eixo Geral, o que está em consonância com o Projeto Político Pedagógico de Ensino de Graduação desta IES. Na terceira fase o estudante complementa a sua formação inicial com a Oficina de Produção Textual e Oratória. Neste mesmo sentido de capacitação para a produção científica, são ofertadas, ainda, as Disciplinas de Oficina de Pesquisa I, II e III, nas segunda, quarta e sexta fases respectivamente. Esta proposta permite articular os pilares do Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade.

Para fins de organização curricular, a última Oficina de Pesquisa (Oficina de Pesquisa III) será ministrada na 6º fase, capacitando o estudante para elaborar o projeto de pesquisa que pretende realizar no TC. Dessa forma, após a conclusão das Oficinas o estudante poderá se matricular na Disciplina de TC e protocolar junto ao CCJ seu projeto de pesquisa cuja execução e relatório serão orientados por um

professor do Curso de Direito. Com a finalização do relatório o estudante deverá defender publicamente sua pesquisa perante banca examinadora.

O TC é requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Direito e deverá ser desenvolvido dentro das áreas temáticas que organizam as disciplinas do curso ou das linhas dos Grupos de Pesquisa do Direito ativos junto ao CNPQ.

3.2.5 PRÉ-REQUISITOS

A carga horária de pré-requisitos refere-se às disciplinas indicadas na matriz curricular cujos conteúdos são indispensáveis para possibilitar a apropriação conceitual. Considerando que esta proposta curricular se mostra mais integrativa, houve significativa redução no percentual de pré-requisitos em relação a matriz vigente que é de aproximadamente 36 % (trinta e seis por cento).

Total CH Pré-requisitos (h/a)	(%) Pré-requisitos
882	19,36

3.2.6 PRÁTICA DESPORTIVA

A prática de exercícios físicos realizada de forma periódica e sob orientação de um profissional habilitado é salutar, além de proporcionar inúmeros benefícios para corpo e mente de quem tem essa prática inserida no seu cotidiano.

Na FURB essa atividade constitui-se em Disciplina obrigatória na 1ª e 2ª fase dos cursos de graduação.

O Curso de Direito, atendendo às disposições da Resolução FURB n. 11, de 1990, inseriu no seu currículo a Disciplinas de Prática Desportiva (PDE) I e II, ofertadas respectivamente no 1º e 2º semestres do Curso.

3.2.7 REGIME SEMIPRESENCIAL (EAD)

De acordo com o Decreto Nº 5.622/2005, educação a distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

A FURB concebe a educação a distância (EAD), seguindo a legislação vigente, como uma modalidade de ensino diferenciada, que permite ampliar o acesso à educação, garantindo a qualidade e estimulando a autoaprendizagem.

A EAD proposta pela FURB, realizada na modalidade semipresencial, baseia-se na utilização de tecnologias de informação e de comunicação (TIC's) e visa explorar os recursos disponíveis para o estabelecimento da interação, acompanhamento e atendimento ao estudante, publicação de conteúdo e atividades, de forma a facilitar o acesso, a atualização e a disponibilização, que visam promover o desenvolvimento cognitivo e social do estudante. Para tanto, é preciso o envolvimento de gestores, professores, técnicos e estudantes nesse processo.

Depois de qualificada discussão entre os integrantes do GT, deliberou-se pelo reconhecimento da relevância e importância da implantação da EAD também no Curso de Direito. Para tanto, faz-se necessário, primeiro, a capacitação dos professores para utilização desta ferramenta e, principalmente, um estudo aprofundado das disciplinas que poderiam ser ofertadas nessa modalidade de ensino, haja vista a constante preocupação com a qualidade do Curso.

Tendo em vista que esse estudo foi iniciado e requer um maior aprofundamento dos envolvidos neste processo, o NDE e o Colegiado do Curso deliberaram para que fosse apresentado um adendo a este PPC tão logo se tenha concluído as definições sobre esta questão.

3.2.8 REGIME CONCENTRADO

Conforme já descrito no item Demandas e Justificas, para adequação à legislação vigente fez-se necessário o aumento carga horária do Curso e, além disso, as pesquisas realizadas com a comunidade acadêmica e a comunidade

externa demonstraram a necessidade de inserção de novas temáticas a serem trabalhadas durante o Curso. Deste modo, o aumento do número de horas totais e disciplinas ofertadas exigiu a adequação da carga horária semestral.

Tomando como critério a relevância dos conteúdos introdutórios ou de base teórica para as Disciplinas trabalhadas nos semestres de referência, o Curso de Direito ofertará Disciplinas em regime concentrado nos semestres em que a carga horária exceder a 20 h/a semanais. Este fato ocorre da 3ª a 8ª fase do Curso e leva em consideração a carga horária da Disciplina (2 créditos e 4 créditos) para a oferta na modalidade totalmente concentrado ou semi-concentrado. As Disciplinas ofertadas nestas modalidades são as seguintes:

Disciplina	Carga Horária	Fase	Percentual concentrado
Direito Civil – Parte Geral	4 C	2ª	50%
Direito Constitucional II	4 C	3ª	50%
Direito Civil – Contratos	4 C	4ª	50%
Direito Processual Civil II	4 C	5ª	50%
Direito Processual Penal I	4 C	6ª	50%
Direito Processual do Trabalho	4 C	7ª	50%
Direito da Seguridade Social	2 C	8ª	100%

3.2.9 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACC’S

As Atividades-Acadêmico-Científico-Culturais (AACC's) estão normatizadas pela FURB através da Resolução n. 82 de 7 de dezembro de 2004 e deverão ser descritas de forma específica em regulamentação própria, aprovada pelo Colegiado e em consonância com este PPC, na qual constará a relação de atividades aceitas pelo Colegiado de Curso e a respectiva carga horária atribuída a cada atividade complementar, como limite máximo para aproveitamento de créditos. Somente serão consideradas AACC's as atividades simultâneas ao ingresso do discente no Curso.

Estas atividades têm por finalidade enriquecer o processo de ensino e aprendizagem de forma interdisciplinar com atividades de pesquisa e extensão, além

de outras atividades relacionadas à complementação do currículo do Curso de Direito, integrando os conteúdos dos eixos de formação fundamental, profissional e prático do curso.

As AACC's são entendidas como um conjunto de atividades a serem realizadas pelo discente com o objetivo de enriquecer e valorizar novos conhecimentos que contribuam para a sua formação profissional. Essas atividades devem ter relação direta com os eixos temáticos da matriz curricular do curso.

Tendo em vista a diversidade das atividades a serem realizadas pelo discente, este deverá participar de, pelo menos, dois grupos dentre os três apresentados (ensino, pesquisa e extensão). Deste modo, as AACC's deverão integrar, dentro do possível, atividades programadas no interior das disciplinas do Curso de Direito, além da participação de atividades em projetos de pesquisa e extensão, aprovados e registrados na Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura da FURB.

As atividades desenvolvidas e realizadas no âmbito do Estágio Obrigatório, não poderão ser computadas cumulativamente como AACC's, assim como estas não poderão ser convalidadas como atividades do Estágio Obrigatório.

A participação voluntária em atividades comunitárias ou em outros projetos de alcance social, como entidades legais e beneficentes, humanitárias ou filantrópicas, somente poderão ser validadas como AACC's, se estiverem vinculadas ao PPC do Curso de Direito e forem legalmente instituídas e reconhecidas.

Até o término do Curso, os discentes deverão cumprir a carga horária mínima exigida de 288 horas, o que equivale a 16 créditos, sendo que do Curso. O cumprimento da carga horária das AACC's é requisito indispensável à conclusão do Curso. Para a integralização da carga horária de AACC's é necessária a comprovação das atividades realizadas pelo discente, por meio de documentos fidedignos apresentados à Coordenação de AACC's do Curso de Direito, juntamente com o formulário próprio disponível no sítio eletrônico da FURB, assim como o regulamento específico para consulta.

3.2.10 PESQUISA E EXTENSÃO

O Curso de Direito da FURB iniciou em 2013 a formação de 10 professores de seu quadro docente no doutorado interinstitucional realizado em convênio com o PPGD da UNISINOS/RS. O objetivo primordial dessa qualificação docente é alicerçar a criação futura de um Programa de Mestrado em Direito que estará articulado com o Novo Curso de Direito.

Diante desse contexto pelo qual passa o Curso de Direito da FURB, a pesquisa e a extensão têm se consolidado pelos seguintes Grupos de Pesquisa e Extensão:

Grupo de Pesquisa - Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos:

Este grupo tem um papel de indução, criação e consolidação da pesquisa e da extensão em temas articulados às áreas de concentração do futuro programa de Mestrado em Direito, que está voltado para o tema Direito, cidadania e atividade econômica. Para atingir esse objetivo, foi necessária uma reestruturação do grupo em outubro de 2013, que conta atualmente com cinco linhas de pesquisa. A cada uma dessas linhas estão vinculados professores pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação que atuam em diferentes atividades de pesquisa e extensão, dentre as quais é possível citar: (1) Programa de extensão cidadania pela água na Bacia Hidrográfica do rio Itajaí; (2) Projeto de rede Guarani/Serra Geral que é desenvolvido em conjunto com sete instituições de pesquisa do Estado de Santa Catarina; (3) Projeto de pesquisa “Mudanças, variabilidade e tendências do clima no passado, presente e futuro e desastres naturais nas regiões tropicais e subtropicais do Brasil: observações e modelagem”, realizado em conjunto com instituições brasileiras INPE, USP, UFF, UFC, UERJ, UNB e francesa, IRD; (4) publicação da Revista Jurídica da FURB; (5) realização anual de uma *Summer School* na UNISALENTO, Itália; (6) Seminários de Pesquisa e Extensão sobre os temas objeto de estudo em cada uma das linhas; (7) Programa de extensão de gestão de conflitos na Comarca de Blumenau, 2013 a 2014.

Linhas de Pesquisa:

Biodireito, Bioética e Direitos da Pessoa: que tem por objetivos: (1) refletir ética e juridicamente a respeito das ações humanas, das aplicações das tecnologias e de suas implicações sobre a vida dos seres vivos; (2) verificar a proteção dos direitos humanos na sociedades; (3) analisar em que hipóteses, faz-se necessária a regulamentação das biotecnologias e de suas consequências; (4) investigar as relações do ser humano em sociedade e na família, os direitos da pessoa, a busca por seu pleno exercício e pelo livre desenvolvimento de sua personalidade.

Constitucionalismo, Internacionalização e Cooperação: Constituição, Poder, Democracia e Justiça. Objetivos: (1) aprofundar pesquisas em Direito Constitucional e Filosofia do Direito; (2) refletir sobre o constitucionalismo contemporâneo no contexto dos processos de globalização; (3) promover estudos em direito constitucional comparado; (4) estudar o constitucionalismo contemporâneo, especialmente a tutela dos direitos humanos e fundamentais, novos direitos e sustentabilidade; (5) pesquisar sobre a boa governança e intercâmbios de *good practice*.

Dignidade da pessoa humana, atividade econômica e controle penal. Objetivos: (1) estudar o direito penal, a política criminal e a atividade econômica globalizada; (2) analisar as condutas delitivas com reflexos transnacionais; (3) pesquisar a política criminal de atribuição da responsabilidade penal dentro de estruturas organizadas; (4) examinar os efeitos do controle penal na recuperação do infrator; (5) verificar o papel de prevenção do direito penal; 6. pesquisar políticas criminais de alternativas ao modelo atual de controle penal.

Direito ambiental, sustentabilidade e políticas públicas de água, prevenção de desastres e sanitária. Objetivos: (1) Refletir sobre a contribuição do direito ambiental na promoção dos direitos fundamentais, especialmente no contexto das políticas públicas de água, prevenção de desastres e sanitária; (2) Desenvolver projetos de pesquisa/extensão de caráter interdisciplinar e interinstitucional voltados às demandas de uma sociedade complexa; (3) Articular pensamento acadêmico e atuação cidadã, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Sistema jurídico e produção do conhecimento. Objetivos: (1) investigar as relações entre Ensino, Pesquisa e Sistema Jurídico e propor intervenções visando respostas mais adequadas às demandas da sociedade complexa; (2) proporcionar uma discussão entre a produção do conhecimento jurídico e a função social da Universidade em decorrência das constantes redefinições da relação entre ciência e sociedade complexa.

Grupo de Pesquisa - Direito, Território e Cidadania:

Trata-se de grupo vinculado a estudos que buscam desvelar os elementos sociais, políticos e culturais relacionados ao aparente déficit de organização, gestão e planejamento do sistema estatal de justiça e sua interface com as políticas públicas, enquanto fator de agravamento da pobreza que vem fazendo parte do cenário das médias e pequenas cidades brasileiras. Entende-se que a "judicialização", da vida e dos movimentos sociais, como manifestação do desejo de "burocratização do mundo", torna urgente a discussão acerca da atuação do aparelho do Estado, em especial do Sistema de Justiça, quando se tem em vista a necessidade de "um salto" mais generoso de desenvolvimento que possa contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos mecanismos de prevenção, manejo e resolução de conflitos na esfera judicial e extrajudicial a partir de uma perspectiva pós-colonialista.

Linhas de Pesquisa:

A descolonização da cultura jurídica brasileira e a hermenêutica jurídica: investiga a profunda crise de inadequação, ineficácia e ineficiência da estrutura estatal de administração da justiça frente as demandas relacionadas a Direitos Sociais pode ser relacionada a uma concepção hermenêutica colonial moderna. O que se pretende é desvelar, através do estudo dos movimentos sociais e suas práticas de resolução de conflitos, elementos que apontem para uma perspectiva jurídica e política poscolonialista.

A nova territorialização da pobreza e a gestão de justiça: investiga o recente fenômeno da globalização vem de forma acelerada configurando novas formas de empobrecimento. O impacto deste fenômeno no espaço territorial implica compreender as formas de gestão da justiça.

Cidadania e Direitos Humanos: Desenvolve pesquisas e trabalhos de extensão em uma perspectiva crítica com vistas a desenvolver novos conhecimentos políticos e jurídicos capaz de produzir uma nova cultura jurídica democrática, crítica e participativa.

Neste grupo ainda são desenvolvidos projetos de extensão como o de Mediação de Conflitos de uso e ocupação urbana em áreas de risco no Município de Blumenau: delineando uma metodologia em mediação comunitária, cujos objetivos principais são: a) produzir uma metodologia em mediação comunitária, de forma a solucionar os conflitos e questões relacionadas ao uso e ocupação urbana em áreas de risco; b) desencadear processo de capacitação dos sujeitos comunitários e membros da Universidade, para intervir nas negociações de conflitos com relação à situação de moradia em áreas de riscos; c) promover a sensibilização dos membros dos respectivos órgãos públicos envolvidos na gestão urbana, para a prevenção de desastres e as intervenções em situações de risco; d) disseminar uma cultura jurídica inovadora de mediação, através da interlocução entre a sociedade civil organizada, poder público, Universidade e comunidade selecionada; e) integrar professores e alunos do curso de Direito, Serviço Social e Arquitetura da Universidade nos trabalhos desenvolvidos, bem como nas reflexões e estudos resultantes das atividades desenvolvidas.

Grupo de Pesquisa - Estado, Sociedade e Relações Jurídicas Contemporâneas

Tem por objetivo pesquisar as alterações ocorridas nas sociedades contemporâneas, em suas interrelações com o Estado, expressas através da dinâmica das relações jurídicas.

Linhas de Pesquisa:

A Indicação Geográfica como vetor de desenvolvimento regional: objetiva verificar de que forma a Indicação Geográfica pode promover a formação de clusters em determinado setor produtivo, resgatar a memória e habilidades artesanais e tornar-se um mecanismo de competitividade perante a expansão da economia globalizada.

Acesso à justiça e tutela dos Direitos: objetiva identificar as concepções e práticas existentes dos mecanismos de acesso à justiça, com a

finalidade de construir um conhecimento crítico acerca das técnicas e métodos de resolução de conflitos.

Atividade Empresarial, Sociedade e Estado: objetiva pesquisar a estrutura organizativa da atividade empresarial no âmbito interdisciplinar que compreende o Direito Empresarial, Trabalhista, Constitucional, Consumerista e Ambiental, bem como a análise de aspectos teórico-jurídicos, políticos e econômicos. Repensar criticamente a cultura jurídica dominante, com o escopo apresentar propostas para a resolução de conflitos que envolvem a empresa e sua função social, no quadro de relações jurídicas, no contexto do Estado Democrático de Direito.

Globalização, Direito e Economia: Investiga o impacto da globalização e do multilateralismo comercial na alteração do paradigma tradicional das relações jurídicas internacionais e a forma de solução de seus conflitos, a partir de dois eixos: a Organização Mundial do Comércio e os Blocos Econômicos Regionais. No caso do Mercosul, pesquisar a agenda educacional como forma de dinamizar a integração regional através de instrumentos não-econômicos e sua relação com a liberalização dos serviços educacionais na OMC

Nova ordem contratual no Direito Contemporâneo: Objetiva pesquisar o sentido e o alcance da nova visão contratual no Direito brasileiro, como instrumento de resolução prévia de conflitos, com o escopo de alcançar uma formulação conceitual civil-constitucional.

Propriedade intelectual, Indicação Geográfica e desenvolvimento socioeconômico: Investigar as diversas manifestações da propriedade industrial e direito autoral como instrumentos de contribuição para o desenvolvimento econômico. Em especial investigar de que modo o instituto da Indicação Geográfica pode se tornar um vetor de desenvolvimento regional.

Grupo de Pesquisa - integração regional e blocos econômicos:

O objetivo deste grupo é analisar a necessária inter-relação entre o fenômeno da integração econômica regional e suas consequências na ordem jurídica e institucional dos Estados envolvidos neste processo, bem como o surgimento de uma nova estrutura jurídica supranacional. O foco central das pesquisas é a realização de estudos multidisciplinares, notadamente nas áreas de

Direito e Economia, sobre a integração regional europeia nas suas dimensões jurídica, econômica e política, objetivando com isso avaliar o impacto desse processo sobre outras experiências similares. A orientação multidisciplinar da pesquisa permite estruturar modelos e elementos de avaliação mais robustos para a sofisticação dos modos de interpretação e avaliação dos processos de integração. Por outro lado, a pesquisa também pretende dotar a sociedade brasileira de elementos que lhe permitam criar mecanismos para avaliar as consequências da integração regional sobre os fóruns de negociação comercial internacional nos quais o país está atualmente envolvido, em particular na Organização Mundial do Comércio e no Acordo Mercosul-União Europeia.

Linhas de Pesquisa:

Indicação Geográfica e Integração Regional: Pesquisar as distintas formas como a Indicação Geográfica é abordada nos Acordos comerciais celebrados pela União Europeia, Mercosul, NAFTA e APEC. O objetivo é avaliar a compatibilidade com os dispositivos intraregionais e da OMC.

Integração Regional: A União Europeia e o Mercosul: suas consequências jurídicas, econômicas e políticas: objetiva Identificar e avaliar os seguintes itens: : o impacto da integração regional sobre a estrutura jurídica e institucional dos Estados envolvidos; : relacionar a integração regional à crise da teoria constitucional; : formação do novo sistema jurídico e institucional supranacional e intergovernamental; : impactos da integração regional sobre o comércio e padrões de investimentos internacionais; : a mutação dos conceitos tradicionais do Estado soberano no âmbito da integração.

Investimentos diretos externos e integração regional: Verificar se a celebração de acordos de livre comércio influencia a atração de IDE, e se a estratégia das empresas multinacionais de alocar recursos em certas regiões, pode ser vinculada às expectativas de aumento do comércio intraregional decorrente da integração. Investigar se um Acordo Mercosul/UE e demais processos de integração latinoamericanos, criam um ambiente mais atrativo ao IDE Pesquisar Tratados Bilaterais de Investimentos e a importância dos Direitos de Propriedade Intelectual.

Organização Mundial do Comércio e Integração Regional: Analisar as relações entre o sistema multilateral de comércio e os processos de integração

regional, especificamente quanto a normas relacionadas a acesso a mercados, propriedade intelectual, serviços, agricultura, anti-dumping e eventuais conflitos entre diferentes mecanismos de solução de controvérsias. O objetivo é verificar em que medida setores regulados pela via internacional afetam, concretamente, o desenvolvimento regional.

Além dos Grupos de Pesquisas cadastrados no CNPq descritos e certificados pela FURB, e dos projetos de extensão vinculados a eles, outros Programas de extensão são realizados no Curso de Direito e permanecerão atuantes no intuito de fomentar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Seguem alguns:

Gestão de conflitos na Comarca de Blumenau, que busca intensificar o trabalho jurídico e psicológico junto aos detentos e aos egressos do sistema prisional, desenvolvendo técnicas e metodologias da área do saber do Direito e da Psicologia, bem como a transmissão do conhecimento aos alunos da possibilidade desse intercâmbio entre as ciências para pensar e intervir nos fenômenos do Presídio Regional de Blumenau e da Central de Penas Alternativas. Considerando a participação da Universidade nas práticas de intervenção junto às instituições fechadas, e o trabalho com os sujeitos que lá desenvolvem seu trabalho ou que, por condições de sua história, são institucionalizadas, é que este Programa se propõe a desenvolver atividades de assistência jurídica e psicológica dentro do Presídio Regional de Blumenau e na Central de Penas Alternativas. A atividade da Universidade dentro do Presídio diante do detento e sua família têm sido o campo maior de investimento, seguido do acompanhamento de assistência das condições psicológicas do encarcerado e do egresso e o acesso destes às políticas públicas e na busca de seus direitos como cidadão, sempre amparado pelo princípio da dignidade da pessoa humana preconizado na Constituição Federal de 1988;

Defesa articulada dos direitos e garantias fundamentais 2013/2014, nascido no curso de Direito, articulado com a Pedagogia, para cumprir finalidade de criar momentos de formação de universitários e de pessoas da comunidade sobre Estatutos da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa, na proposta que venham a ser cidadãos comprometidos com a Universidade e com a Comunidade através de diálogo, de divulgação, de defesa dos direitos fundamentais infanto-juvenis e das

peças idosas, em todos os lugares, principalmente para fazer com que esses direitos aconteçam. Este Programa operacionaliza-se pela vinculação de três Projetos: a) Projeto Assessoria Cidadã a Conselhos Tutelares, que articula Universidade e Conselhos Tutelares da Região dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), na perspectiva do desenvolvimento de ações de formação e de capacitação desses Conselhos, bem como de assessorias pontuais; b) Projeto Direitos Fundamentais e Cidadania, que integra ações internas e externas a Universidade, a partir de dois grupos de estudos sobre Direitos Infante-Juvenis e da pessoa Idosa; c) Projeto Pedagogia Hospitalar, que vivencia uma pedagogia especializada de atendimento a crianças e adolescentes hospitalizados. O Programa tem atingido um público-alvo diretamente de 1.200 pessoas/ano e indiretamente um público estimado em 6.000 pessoas/ano na perspectiva de formação de multiplicadores sociais dos Direitos Fundamentais, com instrumentos de divulgação impressos e virtuais.

Dessa forma, este projeto permite uma contínua associação entre teoria e prática bem como efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão.

3.2.11 PROVA DE SUFICIÊNCIA

Nos termos do que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394/96, em seu artigo 47,§ 2º, assim como a regulamentação dada pela Resolução n. 39/2002 da Universidade Regional de Blumenau, fica garantida a realização da Prova de Suficiência aos alunos que assim desejarem, exceto quanto às Disciplinas Práticas e Trabalho de Curso.

Para fins de realização da Prova de Suficiência o aluno que requerer deve obedecer as seguintes condições:

- Estar regularmente matriculado na disciplina;
- Submeter-se a uma Prova de Suficiência sob a responsabilidade de banca examinadora especial, da qual farão parte os professores credenciados na disciplina;
- O requerimento deve ser formulado nas datas pré-fixadas pelo Calendário Acadêmico;

- O conteúdo da prova é o conteúdo programático da disciplina;
- A nota mínima para aprova e dispensa das aulas é 6,0 (seis).
- Respeitar o processo de tramitação disposto na já citada Resolução n. 39/2002;
- Realizar o pagamento normal da importância devida ao total de créditos da disciplina dispensada.

Por fim, salienta-se que não será autorizada a realização de Prova de Suficiência nas disciplinas que integram o Eixo Prático do Curso, face às especificidades relativas ao Curso de Direito.

3.2.12 LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinas (LIBRAS) foi oficialmente instituída no país por intermédio da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que por sua vez foi regulamentada pelo Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. De acordo com a legislação citada, as IES devem prever nos currículos de seus Cursos a inclusão da Disciplina de LIBRAS, oportunizando a inclusão no ensino superior de forma plena. No caso do Curso de Direito da FURB esta matéria continua sendo ofertada aos estudantes como Disciplina optativa de 2 créditos (36 horas aulas), atendendo assim ao disposto no art. 3º, §2º do Decreto n. 5.626/2005.

3.3 DETALHAMENTO DO COMPONENTE CURRICULAR

Componente Curricular: Linguagem e Argumentação Jurídica
Área Temática: Linguagem e Direito
Ementa: Dimensões da linguagem jurídica. Funções da linguagem jurídica. Semiologia jurídica. Teoria da argumentação. Técnicas de argumentação. Argumentação, direito e justiça.
Unidades de Conteúdo: A linguagem jurídica em suas dimensionalidades no jusnaturalismo, no historicismo, no sociologismo normativo, no culturalismo e no dialeticismo. . O paradigma da semiótica e da semiologia na construção do discurso jurídico. Teorias semióticas Os fundamentos das funções da linguagem para o desenvolvimento da argumentação jurídica. . A argumentação no Direito e construções teóricas fundamentais. Dimensões teóricas das técnicas de argumentação no discurso jurídico de conhecimento. . Linguagem argumentativa do Direito e sua concepção relacional com a segurança jurídica e justiça.
Objetivos: proporcionar a compreensão da linguagem e da argumentação jurídicas como recursos de formação da habilidade argumentativa para efeito de construção de atos e decisões jurídicas de convencimento.
Componente Curricular: Universidade, Ciência e Pesquisa
Área Temática: Linguagem e Direito
Ementa: A função da Universidade como instituição de produção e socialização do conhecimento. O sentido da ciência no mundo contemporâneo. O espírito científico e a atividade de pesquisa. Experiências da pesquisa na FURB: linhas e grupos de pesquisa. A contribuição científica da FURB para o desenvolvimento regional.
Unidades de Conteúdo: Universidade como Instituição de produção e socialização de conhecimentos. . O sentido da ciência no mundo contemporâneo. . A expectativa da Furb diante da ciência e da Pesquisa. . A FURB e o desenvolvimento regional.
Objetivos: Compreender a função da Universidade como espaço de produção e socialização do conhecimento, a fim de desenvolver a formação do espírito científico, estimulando a reflexão crítica que conduza à atitude de sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.
Componente Curricular: Oficina de Produção Textual e Oratória
Área Temática: Linguagem e Direito
Ementa: Texto narrativo, descritivo e dissertativo. Interpretação e produção textual. Semântica Jurídica. Linguagem e oratória.
Unidades de Conteúdo: . Estruturação textual da narração, da descrição e da dissertação. . Estruturação do grau de argumentos na comunicação verbal retórica. . Relação do texto com a interpretação e expressão verbal retórica. . Semântica, sintaxe e pragmática jurídicas. . Prática da oratória como arte da eloquência jurídica.
Objetivos: Oportunizar a compreensão e prática da produção textual retórica, para desenvolver habilidade e competência de demonstração e argumentação de conteúdos por intermédio da

oratória.

Componente Curricular: Hermenêutica Jurídica

Área Temática: Linguagem e Direito

Ementa: Hermenêutica na modernidade. Construção do pensamento Hermenêutico Jurídico Tradicional. Hermenêutica Jurídica Crítica. Marcos teóricos do pensamento hermenêutico jurídico. Hermenêutica no contexto latino americano e brasileiro.

Unidades de Conteúdo: . A hermenêutica no contexto político, histórico e cultural da modernidade; os elementos epistemológicos da construção do pensamento hermenêutico moderno. . As funções legitimadoras da Hermenêutica Jurídica no marco do Positivismo Jurídico. . A Hermenêutica Jurídica na tradição da cultura jurídica brasileira. As principais correntes da Hermenêutica Jurídica Brasileira no marco do positivismo e neopositivismo jurídico. Hermenêutica Jurídica Crítica e Teoria Crítica. Teoria Crítica do Direito e sua recepção no pensamento jurídico brasileiro contemporâneo. Teoria Crítica Latino Americana. Constitucionalismo Latino Americano e ressignificação hermenêutica. Pluralismo e Hermenêutica Jurídica Crítica.

Objetivos: Compreender a hermenêutica enquanto uma construção teórica eurocêntrica e colonizadora própria da racionalidade moderna. Analisar o processo de construção da reflexão hermenêutica no campo jurídico no marco do positivismo. Identificar a matriz metodológica e ideológica da hermenêutica jurídica formal legalista dominante e sua reprodução no pensamento jurídico brasileiro. Analisar as diferentes propostas do paradigma hermenêutico jurídico crítico latino americano emergente.

Componente Curricular: Teoria do Direito

Área Temática: Linguagem e Direito

Ementa: Concepções de Direito. Direito natural e positivo. Direito e moral. Direito Público e Direito Privado. Direito Difuso e Coletivo. Relação jurídica. Direito objetivo e direito subjetivo. Princípios gerais do direito. Teoria da norma. Teoria do ordenamento jurídico. Técnica jurídica.

Unidades de Conteúdo: . Mundo da natureza e o mundo da cultura. O direito como objetivo cultural. Finalidade do Direito. Direito natural e positivo. Direito objetivo e subjetivo. Direito Público, Privado e Difuso. Estrutura tridimensional do direito. Direito e os instrumentos de controle social. . Sistema jurídico: o Direito como sistema. . Norma jurídica. Validade da norma jurídica. . As fontes do Direito. . Equidade e justiça. . Técnica jurídica. . Relações jurídicas. . Intertemporalidade da Lei.

Objetivos: Compreender o fenômeno jurídico a partir de uma perspectiva epistemológica, de modo a ter domínio conceitual das bases teóricas da Ciência Jurídica.

Componente Curricular: Oficina de Pesquisa I

Área Temática: Linguagem e Direito

Ementa: O fenômeno jurídico como objeto de pesquisa. Escolha do objeto de pesquisa e pesquisa diagnóstica. Bases de dados e instrumentos de pesquisa. Pesquisa em grupo e interdisciplinar. Pesquisa e aporte teórico. Trabalhos técnico-científico-jurídicos: tipos, estrutura e linguagem. Normalização de trabalho acadêmico-científico.

Unidades de Conteúdo: . O fenômeno jurídico como objeto de pesquisa, . Conhecimento científico e pesquisa jurídica, . Escolha do objeto de pesquisa e pesquisa diagnóstica, . Bases de dados e instrumentos de pesquisa, . Pesquisa em grupo e interdisciplinar, . Pesquisa e aporte teórico, . Tipos de trabalhos técnico-científico-jurídicos: tipos, estrutura e linguagem, . Normalização de trabalho acadêmico-científico.

Objetivos: Instrumentalizar a investigação do fenômeno jurídico e a normalização de trabalhos científicos acadêmicos jurídicos.

Componente Curricular: Oficina de Pesquisa II

Área Temática: Linguagem e Direito

Ementa: Tipos de pesquisa jurídica. Métodos de abordagem e de procedimento na pesquisa jurídica. Técnicas de pesquisa jurídica. Direcionamento da pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa. Planejamento e execução da pesquisa jurídica: coleta, produção e análise de dados. Pesquisa de campo em direito. Divulgação de resultados. Artigo científico. Comunicação oral e visual da pesquisa.

Unidades de Conteúdo: . Tipos de pesquisa jurídica, . Direcionamento da pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa, . Métodos de abordagem e de procedimento na pesquisa jurídica, . Técnicas de pesquisa jurídica, . Pesquisa de campo em direito, . Execução da pesquisa jurídica: coleta, produção e análise de dados, . Planejamento da pesquisa jurídica: projeto de pesquisa, . Divulgação de resultados, . Elaboração de artigo científico, . Comunicação oral e visual da pesquisa.

Objetivos: Instrumentalizar o manejo teórico-prático da pesquisa científico-jurídica e sua divulgação.

Componente Curricular: Oficina de Pesquisa III

Área Temática: Linguagem e Direito

Ementa: Projeto do trabalho de curso. Execução do trabalho de curso. Relatório do trabalho de curso. Defesa do trabalho de Curso. (De acordo com resolução específica).

Unidades de Conteúdo: . Resolução do Trabalho de Curso . Planejamento do Trabalho de Curso, . Execução do Trabalho de Curso, . Defesa Pública do Trabalho do Curso.

Objetivos: Instrumentalizar o desenvolvimento do Trabalho de Curso de acordo com a resolução específica.

Componente Curricular: Antropologia Jurídica

Área Temática: Sociedade e Direito

Ementa: Antropologia e cultura. Histórico de Antropologia Jurídica. Etnologia. Alteridade. Tolerância. Novos Atores. Movimentos Étnico-Culturais. Universalidade dos direitos humanos. Patrimônio cultural.

Unidades de Conteúdo: Cultura e constituição dos sujeitos; Etnologia e a diversidade étnico-cultural; Etnocentrismo e relativismo cultural; Direitos humanos e a questão do universalismo; Instituições e normas sociais do ponto de vista das diferentes culturas; Olhar antropológico da cultura jurídica.

Objetivos: Possibilitar a compreensão e o respeito à alteridade, fomentando uma reflexão crítica com potencial transformador.

Componente Curricular: Teoria do Estado e Ciência Política

Área Temática: Sociedade e Direito

Ementa: Premissas epistemológicas e metodológicas. Poder e política. Ideologia. Pensamento político. E formas de Estado. Elementos do Estado. Regimes Políticos. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Formação política brasileira. Políticas Públicas no Brasil. Estado, globalização e interdependência. Tendências hodiernas: o estado de bem estar ambiental e o Estado de bem viver.

Unidades de Conteúdo: . Poder, política e ideologia. . As relações entre pensamento político e as evoluções do Estado. . Teoria do Estado. Formação política brasileira e Políticas Públicas no Brasil. . Tendências hodiernas.
Objetivos: Compreender o exercício do poder na sociedade política, as evoluções do pensamento político e das formas de Estado. Analisar criticamente a formação política e as políticas públicas no Brasil.

Componente Curricular: Sociologia Jurídica
Area Temática: Sociedade e Direito
Ementa: Contexto social e ordem jurídica. Abordagens sociológicas do Direito. Dimensões sociais dos problemas jurídicos. Problemas sociológicos do Direito. Mudança social e Direito. Conflitos Sociais e Direito.
Unidades de Conteúdo: Formação e desenvolvimento da abordagem sociológica. O Contexto Social e a ordem jurídica. ,A dinâmica da mudança Social e o Direito.O Direito como produção e reprodução social.
Objetivos: Oportunizar a reflexão acerca da necessária relação entre Direito e Sociedade, de modo que possibilite a apreensão do fenômeno jurídico como um produto social por excelência.

Componente Curricular: Psicologia Judiciária
Area Temática: Sociedade e Direito
Ementa: Psicologia e Direito. Psicologia Jurídica no Brasil. Teoria da Personalidade/Identidade. Psicopatologia. Saúde Mental e Criminologia. Capacidade Civil. Instituições Penais e conduta humana. Atuação do psicólogo no sistema judiciário.
Unidades de Conteúdo: Fundamentos da Psicologia Científica. Processo de Desenvolvimento inter e intrapsicológico. Aspectos sócio-comportamentais da conduta.
Objetivos: Promover a interface reflexivo-crítica entre a ciência psicológica e a ciência jurídica, contribuindo para uma efetiva capacitação dos futuros operadores do Direito.

Componente Curricular: História das Instituições Jurídicas
Area Temática: Sociedade e Direito
Ementa: Historicidade e ordem sócio-política. Instituições jurídicas pré-modernas ocidentais. Modernidade e ordem jurídica. Instituições jurídicas contemporâneas e participação comunitária.
Unidades de Conteúdo: Conceito, funções. As instituições jurídicas como produto sócio-cultural e histórico. Controle social: ordem jurídica e ordem política. Instituições jurídicas pré-modernas e seu legado. Instituições Jurídica Medievais. Instituições Jurídicas e Modernidade. A Instituições Jurídicas Modernas e o Processo Colonizador. Instituições jurídicas Coloniais Latino Americanas. . As instituições Jurídicas no Brasil: o sentido da ordem colonização e o Direito Colonial Brasileiro. A redefinição das Instituições Jurídicas Brasileiras no século XIX. O Direito e a Cultura Jurídica Brasileira do século XX. 5. Instituições jurídicas contemporâneas. O processo de descolonização. O constitucionalismo latino americano e a justiça comunitária participativa.
Objetivos: Compreender o Direito enquanto produto histórico, político e cultural de forma a analisar a construção do pensamento jurídico ocidental, bem como a elaboração do projeto jurídico da modernidade e suas distintas etapas do processo histórico, possibilitando identificar os limites e possibilidades emancipadoras do Direito Contemporâneo .

Componente Curricular: Economia Política
Area Temática: Sociedade e Direito
Ementa: Economia Política e Direito. Raízes e postulados das propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana. Estado Contemporâneo globalização e economia nacional. Desenvolvimento e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em economia política.
Unidades de Conteúdo: Economia Política e Direito: conceitos fundamentais. Propostas clássicas, neoclássicas, marxista e keynesiana: identificação e distinções. Estado Contemporâneo globalização e economia nacional: contextualização e relações com o Direito. Análise econômica do Direito frente às tendências contemporâneas.
Objetivos: Compreender as principais teorias econômicas na economia global e nacional e sua relação com a ciência jurídica.

Componente Curricular: Desafios Sociais Contemporâneos
Area Temática: Sociedade e Direito
Ementa: Caracterização da sociedade contemporânea. Implicações na vida cotidiana e nas atividades profissionais. Aspectos desafiadores de algumas problemáticas sociais contemporâneas: sustentabilidade ambiental, relações interétnicas, relações de gênero, implicações sócio-ocupacionais das políticas sociais e econômicas, relação globalização-localização, violência urbana.
Unidades de Conteúdo: Sociedade Contemporânea: contexto e complexificação; Desafios Sociais: diversidade, alteridade e violência . Globalização X Sociedade e Desenvolvimento.Leis Internacionais. Relacionais interétnicas e interculturais. Direito de liberdade e direito de proteção.
Objetivos: Objetiva institucionalizar uma reflexão sobre as condições sociais na qual a atividade profissional está inserida e da qual é interdependente, bem como, formar uma consciência crítica sobre as principais demandas sociais contemporâneas.

Componente Curricular: Ética Profissional
Area Temática: Filosofia e Direito
Ementa: Ética, moral, justiça e direito. Deontologia jurídica. Ética nas profissões jurídicas.
Unidades de Conteúdo: Ética, moral e justiça: relações com a ética profissional no campo das profissões jurídicas. Deontologia jurídica: área de aplicação. Ética nas profissões jurídicas.
Objetivos: Identificar e levantar reflexões a cerca dos princípios éticos fundamentais, compreendendo a importância da ética na vida social e profissional.

Componente Curricular: Filosofia do Direito
Area Temática: Filosofia e Direito
Ementa: Conceito de Filosofia. O conhecimento e suas formas diversas de compreensão e apreensão. Conceito de Justiça, liberdade, equidade e Estado na Grécia Clássica, na Modernidade e pós-modernidade. Sentido conceitual e semântico de Filosofia do Direito na modernidade e pós-modernidade. Reconhecimento e Redistribuição na pós-modernidade.
Unidades de Conteúdo: Saberes da Filosofia: método dialético e método analítico. Conceito de justiça: perspectiva mitológica, clássico-grego e sua evolução até a modernidade. Conceito de Filosofia do Direito e suas relações com o conceito de justiça na modernidade e pós-modernidade.
Objetivos: Desenvolver no estudante a capacidade de compreensão, apreensão, socialização e prática do Direito pensando filosoficamente.

Componente Curricular: Teoria da Constituição
Area Temática: Direito e Estado
Ementa: Premissas epistemológicas e metodológicas. Teoria da Constituição. Constitucionalismo: clássico, social e contemporâneo. Constituição: definições, tipologia e elementos. A força normativa da Constituição e a constitucionalização do Direito. Constituição e a nova ordem mundial: soberania, cidadania e internacionalização. Novas tendências: neoconstitucionalismo, transconstitucionalismo e “novo” constitucionalismo latino-americano.
Unidades de Conteúdo: Teoria da Constituição, constitucionalismo e movimentos constitucionais. Constituição. A constitucionalização do Direito. Tendências contemporâneas.
Objetivos: Compreender a distinção entre Doutrina do Direito Constitucional, Teoria da Constituição e metódica constitucional e oferecer subsídios teóricos para a análise crítica das relações entre Constituição e fatores reais de poder, ao fim de fortalecer a defesa da força normativa da Constituição. Analisar a evolução do constitucionalismo, o fenômeno da constitucionalização do Direito, a expansão dos direitos fundamentais e as tendências contemporâneas dos movimentos constitucionais.

Componente Curricular: Direito Constitucional I
Area Temática: Direito e Estado
Ementa: Premissas epistemológicas e metodológicas. Direito Constitucional. Poder Constituinte. Teoria das Normas Constitucionais. Interpretação Constitucional. A história constitucional no Brasil. Controle de Constitucionalidade.
Unidades de Conteúdo: O Direito Constitucional. Poder Constituinte. Teoria das Normas Constitucionais. Interpretação Constitucional. A História Constitucional do Brasil. Controle de Constitucionalidade.
Objetivos: Compreender o Direito Constitucional e a sua especificidade científica: a defesa da força normativa da Constituição e da sua supremacia. Desenvolver o raciocínio jurídico a partir da dimensão constitucional e de seus valores. Conhecer a experiência constitucional brasileira, compreender a expansão da jurisdição constitucional e refletir sobre a função social dos intérpretes da Constituição na salvaguarda da democracia constitucional e dos direitos fundamentais.

Componente Curricular: Direito Constitucional II
Area Temática: Direito e Estado
Ementa: Teoria dos Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais em espécie.
Unidades de Conteúdo: Teoria dos Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Fundamentais em Espécie. . Garantias Constitucionais.
Objetivos: Compreender a estrutura dos direitos e garantias constitucionais e da sua operacionalidade no sistema constitucional brasileiro, de modo a se capacitar para realizar uma aproximação crítica e criativa sobre a matéria, reforçando o compromisso ético-jurídico com a eficácia e a efetividade dos direitos humanos e fundamentais.

Componente Curricular: Direito Constitucional III
Area Temática: Direito e Estado
Ementa: Estrutura e organização do Estado brasileiro. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Jurisdição Constitucional, controle de constitucionalidade e controle de

convencionalidade. Defesa do Estado e das Instituições democráticas. Constituição Econômica: atuação do Estado no domínio econômico e seus limites. Ordem social: controle jurisdicional de políticas públicas.

Unidades de Conteúdo: Estrutura e Organização do Estado Brasileiro. Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Jurisdição Constitucional, Controle de Constitucionalidade e Controle de Convencionalidade. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Constituição Econômica: Atuação do Estado no Domínio Econômico e seus Limites. Ordem Social: Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.

Objetivos: Compreender a organização político-administrativa do Estado brasileiro, a organização dos Poderes e funções essenciais à Justiça, o exercício da Jurisdição Constitucional no Brasil, o controle de constitucionalidade e o de convencionalidade, afim de, estudar o controle jurisdicional de políticas públicas e reforçar o compromisso com a defesa do Estado, das instituições democráticas, da Constituição econômica e da ordem social.

Componente Curricular: Direito Tributário I

Área Temática: Direito e Estado

Ementa: Demarcação epistemológica. Sistema constitucional tributário brasileiro. Classificação dos tributos. Receitas públicas. Interpretação e aplicação da legislação tributária. Obrigação tributária. O crédito tributário. A administração pública dos tributos. Os crimes e as infrações tributárias.

Unidades de Conteúdo: Abordagem do Direito Tributário no contexto do sistema jurídico nacional. Sistema tributário brasileiro: conceituação, classificação, Receitas públicas. Interpretação e aplicação da legislação tributária.. Obrigação tributária. Crédito Tributário. Administração pública dos tributos. Crimes tributários.

Objetivos: Compreender Direito Tributário em uma perspectiva sistêmica, fazendo a interseção entre ordenamento jurídico tributário e sistema jurídico e administrativo, de modo que habilite o acadêmico ao domínio conceitual desta área específica do conhecimento.

Componente Curricular: Direito Tributário II

Área Temática: Direito e Estado

Ementa: Tributos em espécie. Os tributos federais, estaduais e municipais.

Unidades de Conteúdo: Tributos em espécie: aspectos conceituais. Tributos federais: espécies. Tributos estaduais: espécies. Tributos municipais: espécies.

Objetivos: possibilitar a compreensão do Direito Tributário em uma perspectiva sistemática, fazendo a interseção entre ordenamento jurídico tributário e sistema jurídico e administrativo, de modo que habilite o acadêmico ao domínio conceitual e capacitação na resolução de problemas.

Componente Curricular: Direito da Seguridade Social

Área Temática: Direito e Estado

Ementa: Modelos históricos de Seguridade Social. Constituição e a Seguridade Social. Assistência Social. Direito à Saúde.

Unidades de Conteúdo: Contextos históricos da Seguridade Social. Sistemas e Regimes de Previdência Social. Constituição e a Seguridade Social. Fundamentos do sistema constitucional de Seguridade Social no Brasil: normas gerais constitucionais e infraconstitucionais. Financiamento da Seguridade Social de acordo com a Constituição Federal. Assistência Social: princípios e diretrizes. Prestações, serviços, programas e projetos. Direito à Saúde: Dever Estatal na execução dos serviços de Saúde. SUS. Planos de Saúde.

Objetivos: Conhecer o sistema de Seguridade Social em nível nacional e compreender os fundamentos do dever estatal na prestação dos direitos fundamentais sociais à Assistência, Saúde e Previdência Social.

Componente Curricular: Direito Previdenciário

Area Temática: Direito e Estado

Ementa: Regime Geral de Previdência Social. Financiamento da Previdência Social. Plano de Benefícios. Decadência e Prescrição. Processo Judicial Previdenciário. Outros Regimes Previdenciários. Crimes contra a Previdência Social.

Unidades de Conteúdo: Regime Geral de Previdência Social. Filiação e Inscrição. Segurados obrigatórios, facultativos, especiais e dependentes. Financiamento da Previdência Social. Contribuição dos trabalhadores. Contribuições da Empresa. Seguro Acidente do Trabalho. Contribuições para Terceiros. Prescrição e decadência do crédito tributário. Plano de Benefícios. Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social. Salário de Benefício. Teoria e Prática das Prestações Previdenciárias: direito aos benefícios, processo administrativo e processo judicial. Outros Regimes Previdenciários: regimes previdenciários dos servidores civis e militares. Regime Privado de Previdência Complementar. Crimes contra a Previdência Social. Crimes em espécie e Extinção da Punibilidade.

Objetivos: Conhecer os regimes de Previdência Social, as formas de financiamento e concessão das prestações previdenciárias, assim como as formas administrativas e judiciais de resolução dos conflitos previdenciários.

Componente Curricular: Direito Administrativo I

Area Temática: Direito e Estado

Ementa: Teoria do Direito Administrativo. Sistema administrativo: princípios e regras. Administração Pública. Agentes públicos. Serviços públicos. Atos administrativos. Processo administrativo.

Unidades de Conteúdo: Atividade material e imediata do Estado e o regime jurídico de direito público. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do direito administrativo. Órgãos públicos e capacidade processual. Regime jurídico e espécies de agentes públicos. Uso normal e anormal do poder. Poderes da Administração Pública. Serviços Públicos, sua execução e direitos dos usuários. Ato administrativo, seus atributos e pressupostos lógicos. Convalidação dos atos administrativos e seu fundamento. Processo administrativo, seus princípios e espécies.

Objetivos: Objeto, natureza e interpretação do Direito Administrativo. Sistema administrativo: princípios e regras. Administração Pública e sua organização. Agentes públicos. Serviços públicos administrativos. Processo administrativo.

Componente Curricular: Direito Administrativo II

Area Temática: Direito e Estado

Ementa: Contratos Administrativos. Licitações Públicas. Bens Públicos. Responsabilidade Civil da Administração Pública. Intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico. Controle da Administração Pública.

Unidades de Conteúdo: Características e interpretação dos contratos administrativos. Cláusulas exorbitantes e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. Princípios, objeto, dispensa e inexigibilidade da licitação. Modalidades e tipos de licitação. Bens públicos, classificação e suas características. Uso, alienação e aquisição de bens públicos. Fundamentos e caracteres da responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública. Excludentes de responsabilidade civil. Reparação do dano e direito de regresso. Fundamentos e

modalidades da intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio econômico. Espécies de controle da atuação administrativa: controle administrativo, legislativo e judiciário.

Objetivos: Conhecer o sentido e alcance do direito administrativo visando capacitar o acadêmico para a compreensão e solução das questões relacionadas à Administração Pública.

Componente Curricular: Direito Civil – Parte Geral

Área Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Constitucionalização do Direito Civil. Pessoas. Bens. Negócio jurídico. Prescrição e decadência.

Unidades de Conteúdo: Constitucionalização do Direito Civil. Das pessoas. Pessoa natural: início e fim da personalidade. Direitos da personalidade (tema transversal – direitos humanos e constitucionais). Ausência. Pessoa Jurídica: sociedades, associações e fundações. Desconsideração da personalidade jurídica. Bens. Classificação dos bens: Individualmente considerados e reciprocamente considerados. Fatos jurídicos: atos e negócios jurídicos. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. Atos ilícitos. Prescrição e decadência.

Objetivos: Compreender o Direito Civil em seu contexto constitucional através de estudos sobre os conceitos de pessoas, bens e suas formas de relações por meio do negócio jurídico, assim como demonstrar os fenômenos da prescrição e da decadência como influências do tempo nas relações jurídicas.

Componente Curricular: Direito Civil – Obrigações

Área Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Teoria geral do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão, adimplemento e extinção das obrigações. Atos unilaterais. Pagamento em consignação (aspectos materiais e processuais/procedimentais)

Unidades de Conteúdo: Teoria Geral das Obrigações: conceito, elementos constitutivos e classificação das obrigações. Modalidades das obrigações: obrigações de dar, fazer, não fazer, alternativas, divisíveis, indivisíveis e solidárias. Transmissões das obrigações: cessão de crédito e assunção de dívida. Adimplemento da obrigação: características gerais do pagamento, pagamento em consignação (procedimento), pagamento com sub-rogação, dação em pagamento e imputação em pagamento. Extinção da obrigação: novação e compensação. Atos unilaterais: negócios jurídicos unilaterais, promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa.

Objetivos: Proporcionar o estudo do direito obrigacional e seus efeitos, de forma a possibilitar a sua compreensão e aplicação no campo do direito civil, em seus aspectos teóricos e práticos.

Componente Curricular: Direito Civil – Responsabilidade Civil

Área Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Inadimplemento das obrigações. Teoria geral da responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Espécie de responsabilidade civil. Excludentes.

Unidades de Conteúdo: Inadimplementos das obrigações: consequências, mora e formas de inadimplemento. Teoria geral da responsabilidade civil. Elementos da Responsabilidade civil: conduta, dano, nexa causal e culpa. Espécies de responsabilidade civil: contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva. Responsabilidade civil pela perda de uma chance: recepção no ordenamento jurídico brasileiro. Excludentes de responsabilidade.

Objetivos: Compreender o instituto da responsabilidade civil a partir do alinhamento entre teoria e prática, de forma crítica, propiciando o conhecimento das modalidades de responsabilidade, excludentes e formas de indenizar possíveis no ordenamento jurídico.

Componente Curricular: Direito Civil – Contratos
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Teoria geral do direito dos contratos. Classificação dos contratos. Formação e extinção do contrato. Contratantes e seus interesses. Contratos em espécie.
Unidades de Conteúdo: Teoria geral do direito dos contratos: conceito de contrato e cláusulas gerais do direito de contratar. Classificação dos contratos: segundo a estrutura, execução, tipicidade, liberdade de contratar, ramo jurídico de regência, conexão de contratos e contratos de adesão. Formação à extinção do contrato: formação dos contratos, arras, contrato preliminar, execução, alteração, extinção, invalidade e dissolução do contrato. Contratantes e seus interesses: deveres dos contratantes, vícios redibitórios, evicção e interpretação dos contratos. Revisão dos Contratos. Contratos em espécie: Compra e venda, Doação, Locação de coisas. Empréstimo. Mandato. Prestação de serviços.
Objetivos: Estudar o contrato na perspectiva atual do direito civil constitucionalizado e personalista, a partir de cláusulas gerais e princípios gerais, analisando a sua classificação, consequências práticas e contratos em espécie.

Componente Curricular: Direito Civil – Direito das Coisas
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Posse. Propriedade. Direitos reais sobre a coisa alheia. Direito das Coisas e Registros Públicos. Proteção possessória: Reintegração e Manutenção de Posse e Interdito proibitório
Unidades de Conteúdo: Posse: teorias, classificação, aquisição e perda. Efeitos da posse. Proteção possessória: Reintegração e Manutenção de Posse e Interdito proibitório. Propriedade imóvel: registro, acessão e usucapião. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Propriedade móvel: tradição, ocupação e usucapião. Limitações ao direito de propriedade: função social da propriedade e direitos de vizinhança. Condomínio. Direitos reais de gozo: Superfície, Servidão, Usufruto, Uso e Habitação. Direitos reais de garantia: Penhor, Hipoteca, Anticrese e Propriedade Fiduciária. Direito real de aquisição: Direito real do promitente comprador.
Objetivos: Estudar os institutos da posse, propriedade e direitos reais sobre a coisa alheia na perspectiva constitucional, analisando a posse como fenômeno jurídico e suas implicações práticas, inclusive processuais e aprofundando o estudo da propriedade móvel e imóvel, juntamente com a disciplina dos registros públicos e direitos reais sobre a coisa alheia.

Componente Curricular: Direito Civil – Relações de Família
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Fundamentos constitucionais do direito de família. Famílias. Parentesco. Casamento. União Estável. Filiação. Institutos protetivos. Registros Públicos e Direito de Família. Procedimentos cautelares, especiais e de execução específicos da relação de família.
Unidades de Conteúdo: Conteúdo essencial: Fundamentos Constitucionais do Direito de Família. Formas de Famílias. Relações de parentesco. Casamento: formalidades preliminares, celebração e prova. Espécies de casamento. Efeitos do casamento. Direitos e deveres. Efeitos patrimoniais. Dissolução do casamento. União Estável. Filiação. Formas de constituição do vínculo paterno-filial e efeitos. Poder familiar, Tutela e Curatela, Alimentos. Bem de Família. Procedimentos cautelares, especiais e de execução específicos da relação de família. Registros públicos no direito de família.
Objetivos: Propiciar ao aluno conhecimento necessário para compreensão da matéria, analisando dogmática e criticamente a legislação relativa a disciplina, em seus aspectos teóricos, formais e práticos, desta forma habilitando profissionais para atuarem no campo do Direito de Família.

Componente Curricular: Direito Civil – Direito das Sucessões**Area Temática: Sociedade e Conflito**

Ementa: Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão Testamentária. Liquidação da Herança. Registros Públicos no Direito das Sucessões. Procedimentos especiais específicos de sucessões. Inventário, partilha e arrolamento. Testamento.

Unidades de Conteúdo: Direito das Sucessões e seus fundamentos. Sucessão em geral, Abertura da sucessão. Espécies de Sucessão. Legitimação para suceder. Indignidade para suceder. Aceitação e Renúncia da herança. Cessão dos direitos hereditários. Herança Jacente e Herança Vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Classes dos herdeiros. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento: conceito e formas. Disposições testamentárias. Legado. Direito de acrescer. Substituição. Deserdação. Redução das disposições testamentárias e de liberalidade. Revogação do testamento. Testamenteiro. Procedimentos especiais específicos de sucessões. Inventário, Partilha e arrolamento. Testamento e codicilo. Sucessões e registros públicos.

Objetivos: Analisar criticamente as normas de direito material e processual, relativas à sucessão causa mortis numa perspectiva civil-constitucional brasileira; investigando as modalidades de sucessão legítima e de sucessão testamentária e seus efeitos.

Componente Curricular: Direito da Infância, Juventude e Idoso**Area Temática: Sociedade e Conflito**

Ementa: Perspectiva Constitucional e dos Direitos Humanos sobre a criança, o adolescente, juventude e idoso. Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da Juventude.

Unidades de Conteúdo: Perspectiva Constitucional e dos Direitos Humanos. Princípios. Estatuto da criança e do adolescente: Relações internacional, estadual e municipal. . Estatuto da juventude. Estatuto do Idoso. Políticas públicas de atendimento à criança, adolescente, jovem e idoso.

Objetivos: **Compreender** os conceitos fundamentais que norteiam os Estatutos da Criança e do Adolescente, da Juventude e do Estatuto do Idoso.

Componente Curricular: Direito das Relações de Consumo**Area Temática: Sociedade e Conflito**

Ementa: Sociedade de consumo e sustentabilidade. Relação de consumo. Fundamentos constitucionais. Princípios. Práticas comerciais. Contrato de consumo. Responsabilidade civil. Defesa do consumidor em juízo.

Unidades de Conteúdo: Consumeirismo e consumismo. Fundamentos constitucionais do direito do consumo. Diálogo da fontes. Relação de consumo: princípios. Direitos básicos do consumidor. Práticas comerciais: oferta, publicidade, contratos, abusividades. Responsabilidade civil nas relações de consumo: vício e defeito. Banco de dados e cadastro positivo e negativo de fornecedores e consumidores. Cobrança de dívida. Desconsideração da personalidade jurídica na relação de consumo. Prescrição e decadência. Sanções administrativas e sanções penais. Defesa do consumidor em juízo: tutela individual e coletiva. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ação coletiva: legitimidade, coisa julgada e execução.

Objetivos: Compreender o direito do consumo como ferramenta de equilíbrio das relações sociais e mecanismo de proteção da sociedade de massa, identificando fundamentos constitucionais, princípios e direitos básicos, bem como seus desdobramentos práticos, como as questões contratuais, de responsabilidade e processuais.

Componente Curricular: Teoria Geral do Processo

Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Demarcação epistemológica do processo. Princípios fundamentais. Jurisdição e Competência. Ação e Exceção. Processo e Procedimento. Atos e invalidades processuais.
Unidades de Conteúdo: Propedêutica: Conflito de interesses. Evolução histórica do processo. Relação Processual. Princípios fundamentais: processo e Constituição. Jurisdição e Competência. Ação e Exceção: condições da ação, exceções materiais e processuais. Processo e Procedimento: conceito e distinção, sujeitos do processo, pluralidades de partes e intervenção de terceiros. Atos e invalidades processuais: tempo, lugar e comunicações dos atos processuais, invalidades processuais.
Objetivos: Proporcionar ao aluno a compreensão dos institutos básicos e fundamentais do direito processual e sua relação com os demais ramos do direito, possibilitando uma visão crítica dos paradigmas teóricos e práticos vigentes em relação ao direito processual.

Componente Curricular: Direito Processual Civil I
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Tutela jurisdicional de conhecimento. Fases: postulatória, saneadora, instrutória e decisória. Suspensão e Extinção do Processo.
Unidades de Conteúdo: Fases da tutela jurisdicional de conhecimento. Postulatória: Petição inicial e resposta do réu. Saneadora: providências preliminares. Instrutória: Provas e suas espécies, audiência. Decisória: teoria da decisão judicial. Suspensão e Extinção do Processo.
Objetivos: Proporcionar ao aluno a compreensão da natureza, dos objetivos e da função da tutela jurisdicional de conhecimento, de modo que o aluno se torne apto para interpretar adequadamente as fases do procedimento judicial, relacionando a teoria e a prática.

Componente Curricular: Direito Processual Civil II
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Tutela jurisdicional de execução. Cumprimento de Sentença e Tutela Específica. Processo de Execução. Diversas espécies de execução. Defesas do Executado. Embargos de terceiro. Tutelas provisórias.
Unidades de Conteúdo: Tutela jurisdicional de execução: requisitos gerais e específicos da execução. Cumprimento de Sentença e tutela específica. Diversas espécies do processo de execução: execução por quantia certa, obrigações de dar, fazer e não fazer, execução contra a Fazenda Pública. Defesas do Executado: impugnação e embargos. Embargos de terceiro. Tutelas provisórias: de urgência (cautelar e antecipada) e da evidência. Estabilização da Tutela antecipada.
Objetivos: Possibilitar o conhecimento à sistemática da execução, meios de defesas do executado, assim como a efetividade da tutela jurisdicional por meio das tutelas de urgência, com o propósito de desenvolver o raciocínio jurídico crítico, teórico e prático do aluno na identificação do procedimento a ser utilizado.

Componente Curricular: Direito Processual Civil III
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Procedimentos especiais codificados. Meios de impugnação das decisões judiciais.
Unidades de Conteúdo: Procedimentos especiais codificados de jurisdição contenciosa: da ação de exigir contas, oposição, habilitação, ação monitória, restauração de autos. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária: notificação e interpelação, bens dos ausentes, coisas vagas. Meios de impugnação das decisões judiciais: Ação Rescisória. Teoria Geral dos Recursos e Dos

recursos em espécie. Ações autônomas de impugnação.

Objetivos: Propiciar o desenvolvimento teórico e crítico dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e o aprimoramento dos meios de impugnação das decisões judiciais para o exercício da prática judiciária em face do sistema recursal brasileiro, resguardando-se as garantias processuais constitucionalmente estabelecidas.

Componente Curricular: Meios adequados de Resolução de Conflitos

Área Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Conflitos sociais. Os meios adequados de solução de controvérsias. Negociação. Conciliação. Mediação.

Unidades de Conteúdo: Conflitos sociais: conceito e tipos de conflitos; a resolução e a transformação do conflito. Os meios apropriados de solução de controvérsias: princípios norteadores; fórmulas autocompositivas e heterocompositivas de resolução de conflitos. Negociação: métodos e estratégias de negociações; preparação do processo da negociação; perfil do negociador. Conciliação: distinção entre conciliação judicial e extrajudicial; especificidades e aplicabilidade. Mediação: definição; princípios; características e aplicabilidade; o papel do mediador; procedimento: técnicas utilizadas em mediação – comunicação e negociação; etapas da mediação; espécies de mediação: mediação extrajudicial e a “judicialização” da mediação.

Objetivos: Oportunizar ao aluno o conhecimento dos aspectos fundamentais relacionados às técnicas de tratamento adequado de resolução dos conflitos através da negociação, conciliação e mediação, identificando sua utilidade e adequação as diferentes situações enfrentadas na busca de soluções harmônicas nas relações da vida social e profissional.

Componente Curricular: Direito das Relações do Trabalho I

Área Temática: Relações do Trabalho e da Empresa

Ementa: Direito do Trabalho: História, Fontes e Princípios. Prescrição e Decadência. Direitos Humanos e Constituição. Relações de Trabalho e Relações de Emprego. Contratos de Trabalho.

Unidades de Conteúdo: Direito do Trabalho: História, Fontes, Princípios, Prescrição e Decadência. Direitos Humanos e Constitucionalismo: relações com o trabalho humano. Estado Democrático de Direito e Constituição. Direitos Fundamentais sociais. Relações de Trabalho e Relações de Emprego: natureza jurídica, espécies, características e sujeitos. CTPS e Registro de empregados: identificação profissional, obrigatoriedade das anotações e consequências decorrentes da ausência de registro. Contratos de Trabalho: Pré-contrato. Formação do Contrato de Trabalho: Princípio da boa-fé na celebração do contrato. Alterações no contrato de trabalho: objetivas, subjetivas. Suspensão e interrupção dos efeitos do Contrato de Trabalho. Terceirização no Direito do Trabalho. Direito do Trabalho no Terceiro Setor. Duração do Trabalho: jornadas. Períodos de descanso: intervalos intrajornada e interjornada, repouso semanal remunerado e férias.

Objetivos: Conhecer e identificar os principais institutos do Direito do Trabalho no Brasil possibilitando a compreensão e resolução de conflitos decorrentes das relações de trabalho e das relações de emprego.

Componente Curricular: Direito das Relações do Trabalho II

Área Temática: Relações do Trabalho e da Empresa

Ementa: Salário e Remuneração. Estabilidades e Garantias especiais de emprego. Meio Ambiente do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Extinção do contrato individual de emprego.

Unidades de Conteúdo: Do Direito Fundamental ao Salário. Remuneração e Salário: características e classificação do Salário. Salário-utilidade e Salário *In Natura*. Utilidades não-salariais e outros benefícios. Modalidades Especiais de Salário. Garantias Salariais. Estabilidades e Garantias especiais de emprego: Estabilidade Definitiva e o FGTS. Garantias Especiais de Emprego. Consequências Jurídicas da dispensa irregular. . Proteção Constitucional ao Meio Ambiente do Trabalho: Legislação preventiva em matéria de meio ambiente de Trabalho. Acidente do trabalho.

Efeitos jurídicos no campo do direito do trabalho e do direito previdenciário. . Direito Coletivo do Trabalho. Conflitos coletivos de trabalho. Negociação Coletiva. Acordo e Convenção Coletiva. Arbitragem no Direito do Trabalho. Direito de Greve. Extinção do Contrato Individual de Emprego: modalidades de extinção do contrato. Aviso prévio. Verbas decorrentes da extinção contratual. Formalidades Rescisórias. Prazos e Penalidades.

Objetivos: Conhecer e identificar os principais institutos do Direito do Trabalho no Brasil possibilitando a compreensão e resolução de conflitos decorrentes das relações de trabalho e das relações de emprego no âmbito individual e coletivo.

Componente Curricular: Direito Processual do Trabalho

Área Temática: Relações do Trabalho e da Empresa

Ementa: Constituição e Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo do Trabalho. Fases: postulatória, instrutória e decisória. Recursos. Ação Rescisória. Execução Trabalhista.

Unidades de Conteúdo: Unidade : Constituição e Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Organização da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência da Justiça do Trabalho. Unidade : Processo do Trabalho. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Partes, representação, procuradores e terceiros. Unidade : Ação Trabalhista: dissídios individuais e coletivos. Teoria e Prática da Petição inicial e Resposta do réu. Reconvenção. Unidade : Audiência Trabalhista. Prova no processo do trabalho. Sentença.

Objetivos: Compreender os institutos processuais de direito do trabalho, de modo que concomitantemente ao aprendizado dos institutos objetiva-se habilitar o acadêmico a atuar profissionalmente, de forma crítica e reflexiva, no âmbito do direito processual do trabalho.

Componente Curricular: Direito das Relações Empresariais I

Área Temática: Relações do Trabalho e da Empresa

Ementa: Princípios constitucionais da ordem econômica. Teoria jurídica da empresa. Personalidade. Nome empresarial e estabelecimento. Registro. Sociedade Simples e Empresariais. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Transformação e extinção da empresa. Ação de prestação de contas e dissolução. Governança Corporativa. Holding familiar. Prepostos.

Unidades de Conteúdo: .Teoria geral do Direito Empresarial, Tipos societários.

Objetivos: proporcionar ao acadêmico a compreensão da dimensão teórica e prática do direito empresarial, de modo que habilite o acadêmico ao exercício profissional reflexivo e crítico nesta área do direito.

Componente Curricular: Direito das Relações Empresariais II

Área Temática: Relações do Trabalho e da Empresa

Ementa: Mercado de Capitais. Valores mobiliários. Contratos empresariais e suas espécies. Títulos de Crédito.

Unidades de Conteúdo: . Teoria geral dos Títulos de Crédito, . Títulos em espécie, . Desmaterialização dos títulos de crédito, . Contratos empresariais.

Objetivos: proporcionar ao acadêmico a compreensão da dimensão teórica e prática do direito empresarial, de modo que habilite o acadêmico ao exercício profissional reflexivo e crítico nesta área do direito.

Componente Curricular: Direito das Relações Empresariais III
Area Temática: Relações do Trabalho e da Empresa
Ementa: Recuperação Judicial, extrajudicial e Falência das empresas. Das preferências e privilégios creditórios. Arbitragem na empresa.
Unidades de Conteúdo: 1. Disposições comuns da lei, 2. Recuperação extrajudicial. 3 Recuperação de Microempresa e Empresa de pequeno porte. 4. Falência.
Objetivos: proporcionar ao acadêmico a compreensão da dimensão teórica e prática do direito empresarial, de modo que habilite o acadêmico ao exercício profissional reflexivo e crítico nesta área do direito.

Componente Curricular: Direito Internacional
Area Temática: Direito e Relações Internacionais
Ementa: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO: ORIGENS, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. Fontes. Pessoas de Direito Internacional. Solução de conflitos. Globalização e Direito Internacional Econômico. Direito Internacional Privado. Elementos de conexão. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
Unidades de Conteúdo: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO: ORIGENS, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. Fontes. Pessoas de Direito Internacional. Solução de conflitos. Globalização e Direito Internacional Econômico. Direito Internacional Privado. Elementos de conexão. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Jurisdição internacional. Contratos internacionais
Objetivos: possibilitar a compreensão das normas que regem o sistema internacional, quanto ao relacionamento entre Estados e Organizações Internacionais e sua influência nos sistemas jurídicos nacionais, compreendendo a dinâmica do conflito de leis no tempo e no espaço no âmbito internacional. Jurisdição internacional. Contratos internacionais

Componente Curricular: Direito Penal I
Area Temática: Crime e Sociedade
Ementa: Criminologia. Escolas criminológicas. Princípios Constitucionais. Lei Penal e sua aplicação. Teoria Geral do Crime. Tipo penal. Classificação dos crimes. Sujeito do Crime. Conduta. Elemento subjetivo da Conduta. Erro. <i>Inter Criminis</i> . Resultado e Nexo Causal. Tentativa. Ilicitude. Culpabilidade.
Unidades de Conteúdo: . Propedêutica Penal, Teoria do Crime.
Objetivos: possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normas penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a parte geral.

Componente Curricular: Direito Penal II
Area Temática: Crime e Sociedade
Ementa: Sanção Penal. Pena Privativa de Liberdade. Penas Restritivas de Direitos. Pena de Multa. Execução Penal. Livramento Condicional. Suspensão Condicional da Pena e do Processo. Aplicação da Pena Criminal. Extinção da Punibilidade.
Unidades de Conteúdo: . Sanção Penal. . Questões Jurídico-Penais Complementares.
Objetivos: possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normas penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e

propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a parte geral do direito penal.

Componente Curricular: Direito Penal III

Área Temática: Crime e Sociedade

Ementa: Tutela penal dos bens jurídicos: pessoa, patrimônio, sentimento religioso e respeito aos mortos.

Unidades de Conteúdo: Crimes contra as pessoas, Crime contra o Patrimônio, Crimes contra a Propriedade Imaterial, Crimes contra a organização do Trabalho, Crimes contra o sentimento religioso e Contra os respeitos aos mortos.

Objetivos: possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normas penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação aos bens jurídicos indicados na ementa.

Componente Curricular: Direito Penal IV

Área Temática: Crime e Sociedade

Ementa: Dignidade sexual. Tutela penal dos bens jurídicos: incolumidade pública, paz pública, fé pública, administração pública. Drogas. Preconceito. Tortura.

Unidades de Conteúdo: . Crimes contra a Dignidade Sexual, . Crimes contra a Família, . Crimes contra a Incolumidade Pública, . Crimes contra a Paz Pública, . Crimes contra a Fé Pública, . Crimes contra a Administração Pública.

Objetivos: possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normas penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação aos bens jurídicos indicados na ementa.

Componente Curricular: Direito Processual Penal I

Área Temática: Crime e Sociedade

Ementa: Princípios constitucionais e infraconstitucionais. Procedimentos preparatórios (inquérito policial, auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado). Ação penal. Ação civil ex delicto. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do processo penal. Prisão e liberdade provisória. Sentença e efeitos da condenação.

Unidades de Conteúdo: . Princípios constitucionais e infraconstitucionais. Do processo em geral. Da competência. Da prova. Do juiz, do ministério público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações.

Objetivos: Possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normas penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a parte geral do direito processual penal e sua prova.

Componente Curricular: Direito Processual Penal II

Área Temática: Crime e Sociedade

Ementa: Processos em Espécie. Citações e Intimações. Nulidades. Recursos.

Unidades de Conteúdo: . Dos processos em espécie, . Do julgamento pelo tribunal do júri, Das nulidades e dos recursos em geral.

Objetivos: possibilitar a compreensão do fenômeno social do crime, habilitando o acadêmico a aplicar as normas penais a partir de seu respectivo processo, fomentando uma reflexão crítica e propositiva acerca das normas materiais e adjetivas de âmbito criminal, especificamente com relação a aplicação das normas inerentes aos procedimentos penais especiais, nulidades e recursos.

Componente Curricular: Direito Ambiental I

Area Temática: Direito e Meio Ambiente

Ementa: Teoria geral do direito ambiental. Ética Ambiental. O meio ambiente na Constituição Federal. Política Nacional de Meio Ambiente. Sistema Nacional de Meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Administração pública, cidadania e meio ambiente.

Unidades de Conteúdo: . Teoria Geral do Direito Ambiental; . Ética Ambiental; . O meio ambiente na Constituição Federal; . Política Nacional de Meio Ambiente e Sistema Nacional de Meio Ambiente; . Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente; . Administração Pública, Cidadania e Meio Ambiente.

Objetivos: Domínio de conceitos básicos relativos à disciplina. Introduzir a disciplina, analisando-a como um ramo autônomo do Direito. Analisar o Direito Ambiental no âmbito da Constituição Federal de 1988. Identificar os principais aspectos da Lei 6.938/81. Analisar as três esferas da responsabilização ambiental – administrativa, civil e penal. Identificar os principais instrumentos normativos de tutela do ambiente natural, construído e do trabalho.

Componente Curricular: Direito Ambiental II

Area Temática: Direito e Meio Ambiente

Ementa: Proteção jurídica do ambiente natural e construído. Conflitos socioambientais. Tutela jurisdicional ambiental: civil e penal.

Unidades de Conteúdo: Proteção Jurídica do Ambiente Natural, Proteção Jurídica do Ambiente Construído,3 Conflitos socioambientais e tutela jurisdicional civil e penal.

Objetivos: Conhecer as normas protetivas do ambiente natural relacionadas à flora, fauna, solo e água. Conhecer o Estatuto da Cidade, norma protetiva do ambiente construído. Verificar os tipos de conflitos socioambientais e os instrumentos de tutela jurisdicional civil e penal, utilizados para a sua resolução.

Componente Curricular: Direitos Humanos e Sustentabilidade

Area Temática: Direito e Meio Ambiente

Ementa: Direitos Humanos e dimensões: filosófica, constitucional e internacional. Construção cultural e universalidade. Novos direitos e sujeitos. Desenvolvimento, sustentabilidade e cidadania: evoluções normativas no plano internacional e no Direito constitucional Comparado. Políticas públicas e governança democrática.

Unidades de Conteúdo: Direitos Humanos: evolução histórica e normativa, . A construção cultural dos direitos humanos: um projeto revolucionário incompleto. . Desenvolvimento sustentável. . Direitos humanos sustentabilidade sócio-ambiental: Desafios contemporâneos.

Objetivos: Compreender o processo histórico, social, cultural, político e jurídico que levou à afirmação dos direitos humanos nos planos internacional e constitucional e fornecer instrumentos para a análise crítica e criativa aos desafios contemporâneos colocados para o desenvolvimento sustentável em uma abordagem integrada aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

Componente Curricular: Bioética e Biodireito

Area Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Bioética e Biodireito. Termo de Consentimento. Comitês de ética. Início da vida. Aborto. Reprodução medicamente Assistida. Questões de Genero e Redesignação e identidade sexual. Doação e transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano. Direito de morrer.
Unidades de Conteúdo: Bioética e Biodireito - conceitos, histórico, modelos. Diferença e relações entre Bioética e Biodireito. Autonomia e Termo de Consentimento. Comitês de ética. Início da vida: aborto, técnicas de reprodução medicamente assistida, destino dos embriões excedentes. Diagnóstico de doenças com fatores genéticos. Redesignação sexual e noções de gênero. Tratamento e cirurgia de mudança de sexo. Doação intervivos e post-mortem. Lista única nacional. Banco de material humano. Direito de morrer, diretivas antecipadas e eutanásia.
Objetivos: Conhecer as temáticas relativas à vida humana e a vida sobre a terra, analisando criticamente as consequências advindas da aplicação dos avanços da biotecnologia e das ciências, refletindo acerca da necessidade de limites ético-jurídicos, na perspectiva constitucional.

Componente Curricular: Direito e Tecnologias
Área Temática: Direito e Inovação
Ementa: Propriedade Intelectual. Direitos Autorais e Conexos. Propriedade Industrial. Direito da Inovação. Impactos Tecnológicos, Regulação e Práticas Jurídicas. Tecnologias da Informação (Internet).
Unidades de Conteúdo: Propriedade Intelectual. Direitos Autorais e Conexos. Propriedade Industrial: Invenção, Modelo de Unidade e Desenho Industrial. Propriedade Industrial: Signos Distintivo. Direitos Peculiares de Propriedade Intelectual, Direito da Inovação, Impacto tecnológico, Regulação e Prática Jurídicas, Tecnologia da Informação (INTERNET) e Direitos Fundamentais.
Objetivos: Possibilitar a reflexão acerca das inovações tecnológicas e a forma pela qual estas inovações podem influenciar no fenômeno jurídico, objetivando habilitar o acadêmico a se apropriar das constantes inovações que podem impactar no direito.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – OBSERVAÇÃO I
Área Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Audiência cível. Atendimentos ao cliente.
Unidades de Conteúdo: Audiência cível. Atendimentos ao cliente.
Objetivos: Compreender a prática do funcionamento do atendimento ao cliente, e dos atos processuais na instrução cível

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – OBSERVAÇÃO II
Área Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Tribunal do Júri. Audiência criminal. Audiência na Justiça Federal.
Unidades de Conteúdo: Tribunal do Júri. Audiência criminal. Audiência na Justiça Federal.
Objetivos: Compreender a prática do funcionamento dos atos processuais no Tribunal do Júri, na audiência criminal e da dinâmica prático-processual da Justiça Federal.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – OBSERVAÇÃO III
Área Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Recursos. Audiência trabalhista.
Unidades de Conteúdo: Recursos. Audiência trabalhista.
Objetivos: Compreender a organização e a prática de funcionamento dos Recursos e dos atos processuais na audiência trabalhista.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – SIMULAÇÃO I
Área Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Petição Inicial Cível. Petição Intermediária Cível. Defesa Cível.
Unidades de Conteúdo: Petição Inicial Cível. Petição Intermediária Cível. Defesa Cível.
Objetivos: Desenvolver as técnicas de elaboração de petições na área cível.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – SIMULAÇÃO II
Área Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Petições criminais. Defesa Criminal. Recurso Criminal.
Unidades de Conteúdo: Petições criminais. Defesa Criminal. Recurso Criminal.
Objetivos: Desenvolver as técnicas de elaboração de petições na área criminal.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – SIMULAÇÃO III
Área Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Petições de recursos cíveis.
Unidades de Conteúdo: Petições de recursos cíveis.
Objetivos: Desenvolver as técnicas de elaboração de petições na fase recursal cível.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – SIMULAÇÃO IV
Área Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Petição inicial trabalhista. Defesa Processual Trabalhista. Recursos Trabalhistas.

Unidades de Conteúdo: Petição inicial trabalhista. Defesa Processual Trabalhista. Recursos Trabalhistas.

Objetivos: Desenvolver as técnicas de elaboração de petições nas fases de conhecimento e recursal trabalhista.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – INTERVENÇÃO I

Área Temática: Estágio de Prática Jurídica

Ementa: Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Unidades de Conteúdo: Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Objetivos: Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – INTERVENÇÃO II

Área Temática: Estágio de Prática Jurídica

Ementa: Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Unidades de Conteúdo: Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Objetivos: Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Componente Curricular: ESTÁGIO ORIENTADO – INTERVENÇÃO III

Área Temática: Estágio de Prática Jurídica

Ementa: Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Unidades de Conteúdo: Técnica de prevenção e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais. Atendimento. Pareceres jurídicos. Técnica de petição inicial e defesa em casos reais. Técnicas de acordo, mediação e conciliação em casos reais. Petições de impulso processual.

Objetivos: Identificar o problema jurídico, através do atendimento ao cliente, de forma macro e interdisciplinar, apresentando encaminhamentos judiciais e extrajudiciais para os casos reais na respectiva área de atuação do estágio.

Componente Curricular: Educação Física - Prática Desportiva I

Ementa: O aluno poderá escolher a modalidade de sua preferência: ginástica, basquetebol, futebol de salão, futebol suíço, voleibol

Objetivos: Proporcionar ao aluno o conhecimento de si mesmo e de suas capacidades, possibilitando experiências no domínio cognitivo, afetivo e psicomotor. Praticar atividades relativas à condição física geral e específica. Desenvolver a resistência aeróbica. Praticar atividades para o desenvolvimento da coordenação motora.

Componente Curricular: Educação Física - Prática Desportiva II

Ementa: O aluno poderá escolher a modalidade de sua preferência: ginástica, basquetebol, futebol de salão, futebol suíço, voleibol

Objetivos: Proporcionar ao aluno o conhecimento de si mesmo e de suas capacidades, possibilitando experiências no domínio cognitivo, afetivo e psicomotor. Praticar atividades relativas à condição física geral e específica. Desenvolver a resistência aeróbica. Praticar atividades para o desenvolvimento da coordenação motora.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Componente Curricular: Linguagem Científica (Optativa do Eixo Geral)

Area Temática: Linguagem

Ementa: Prática de análise da linguagem científica. Linguagem, estrutura e características para a produção de textos acadêmicos: resumo, resenha e artigo científico. Tópicos gramaticais necessários ao uso.

Unidades de Conteúdo: . Modalidades de escrita. Artigo científico. O padrão culto do português.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Objetivos: Identificar as características da linguagem científica em diferentes tipos de trabalhos acadêmicos, a fim de compreender e interpretar a prática científica nos diversos meios de divulgação, fazendo com que os educandos tenham condições de ler, compreender, analisar, sintetizar, avaliar e produzir textos científicos.

Componente Curricular: Comunicação e Sociedade (Optativa do Eixo Geral)

Area Temática: Sociedade

Ementa: A comunicação como configuradora da contemporaneidade. A natureza social do fenômeno comunicacional. A comunicação social e a indústria cultural. A mídia e as representações sociais. A

complexidade dos sistemas de comunicação no mundo contemporâneo. O papel dos meios de comunicação na sociedade e sua dimensão política.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: Estimular a reflexão e debate em torno da comunicação e suas implicações na sociedade contemporânea, de modo que habilite o acadêmico a perceber e atuar sobre as implicações da

comunicação na sociedade democrática e no exercício da cidadania.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Dilemas Éticos e Cidadania (Optativa do Eixo Geral)

Área Temática: Filosofia

Ementa: Dilemas éticos na vida cotidiana: ação (meios e fins) e responsabilidade. O individualismo e seus conflitos. O valor da vida - (humanos e não humanos). Justiça, felicidade e cidadania. Implicações éticas dos estilos de vida e das escolhas profissionais.

Unidades de Conteúdo: I

Objetivos: Reconhecer a dimensão valorativa da ação humana sob uma análise ética, a fim de promover junto aos educandos a reflexão sobre os princípios éticos implícitos e explícitos das próprias ações nas relações individuais, grupais ou sociais, avaliando as possíveis implicações para o meio em que vive.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Processo e Técnica Legislativa

Área Temática: Direito e Estado

Ementa: Processo legislativo: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e presidenciais, portarias, resoluções. Técnica legislativa: redação técnica, estrutura e divisão dos textos legais.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: possibilitar a compreensão dos conceitos inerentes ao processo legislativo, de modo que habilite o acadêmico a formar uma juízo crítico e reflexivo sobre citando processo ao passo que também habilite-o a atuar profissionalmente nas instancias legislativas.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Tópicos Especiais de Direito Tributário

Área Temática: Direito e Estado

Ementa: Incentivar o estudo do direito e da justiça. Desenvolver o raciocínio jurídico processual tributário. Promover a educação jurídica, seus postulados e sua ética, assentada na função social do jurista. Alcançar uma mudança de comportamento na maneira de pensar, sentir e agir do futuro jurista. Proporcionar ao aluno o conhecimento da dogmática do Direito Tributário e capacitá-lo para realizar um exame crítico da matéria. Capacitar o aluno a por em prática o Direito Tributário.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: Incentivar o estudo do direito e da justiça. Desenvolver o raciocínio jurídico processual tributário. Promover a educação jurídica, seus postulados e sua ética, assentada na função social do jurista. Alcançar uma mudança de comportamento na maneira de pensar, sentir e agir do futuro jurista. Proporcionar ao aluno o conhecimento da dogmática do Direito Tributário e capacitá-lo para realizar um exame crítico da matéria. Capacitar o aluno a por em prática o Direito Tributário.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Direito Eleitoral

Área Temática: Direito e Estado

Ementa: Conceitos e princípios do Direito Eleitoral e do Direito Partidário. Normas constitucionais em matéria eleitoral e partidária. Sistemas eleitorais adotados no Brasil. Justiça Eleitoral. Partidos Políticos.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: Propiciar compreensão da legislação eleitoral, suas históricas mudanças, seus paradigmas em relação ao contexto político do Estado Democrático Brasileiro, com a preocupação de formar profissional e cidadão capaz de promover atividades comunitárias e estatais que convirjam às soluções extra-judiciais no campo eleitoral, político-partidário e de consciência ético-política.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Direito Imobiliário

Área Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Direito Imobiliário. Direito contratual imobiliário. Incorporação imobiliária. Permuta. Locação. Fiança. Empreitada. Corretagem. Direito urbanístico.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: Alinhar teoria e prática de forma crítica, buscando analisar as questões jurídicas do mercado imobiliário, no aspecto preventivo e reparatório.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Tópicos Especiais em Direito Contratual

Área Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Contrato de comodato. Contrato estimatório. Depósito. Comissão. Agência e Distribuição. Jogo e Aposta. Transação. Compromisso. Contrato de transporte. Contrato de seguro. Diálogo das fontes.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: Aprofundar os conhecimentos acerca de questões contratuais específicas, buscando viabilizar teoria e prática dos contratos estudados.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos

Área Temática: Sociedade e Conflito

Ementa: Teoria geral dos direitos difusos e coletivos. Ação coletiva em espécie.

Unidades de Conteúdo
Objetivos: Compreender o contexto histórico que propiciou o surgimento dos direitos difusos e coletivos. Identificar e analisar conceitos iniciais da disciplina, para possibilitar o adequado aprendizado de seu conteúdo. Estudar os fundamentos da existência de formas de controle de abuso de poder e preservação de direitos fundamentais. Discutir o conceito de interesses difusos e coletivos e suas implicações para o Direito Processual Civil. Descrever e analisar criticamente os procedimentos envolvidos nas ações coletivas em espécie.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Arbitragem
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: Princípios. Arbitragem e Poder Público. Arbitragem interna. Arbitragem internacional. Análise econômica contratual. Atuação do árbitro. O processo de Arbitragem. Sentença Arbitral.
Unidades de conteúdo:
Objetivos: Oportunizar ao aluno reconhecer a aplicabilidade do procedimento arbitral, como forma de desenvolver a argumentação crítica e capacidade criativa para resolver conflitos de ordem patrimonial, identificando seu espaço na ordem econômica regional, nacional e transnacional.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Análise Econômica do Direito
Area Temática: Sociedade e Conflito
Ementa: A Teoria Econômica e o Direito. A Escola Law and Economics. O Direito Econômico e a Constitucionalização Econômica Brasileira sob o enfoque da Análise Econômica do Direito. Análise da Ordem Econômica na Constituição Brasileira de 1988.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: permitir a compreensão da intersecção da economia com o fenômeno jurídico, munindo o acadêmico de conceitos que instrumentalizam a reflexão crítica acerca de aspectos destacados na relação entre Poder Econômico e sistema jurídico.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Direito Cooperativo
Area Temática: Relações do Trabalho e da Empresa
Ementa: Origens e Evolução do Cooperativismo. Normas que regem o sistema cooperativo. Princípios, Classificação e modelos de cooperativismo. Relação de Trabalho e relação de emprego nas cooperativas. Constituição Estatutária e responsabilidades dos sócios nas cooperativas. Responsabilidades Tributárias das cooperativas.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Compreender a história e a atualidade do cooperativismo, diante das transformações sociais, decorrentes da reestruturação produtiva, com a globalização da economia. Identificar

diferentes modelos de cooperativas e sua classificação. Conhecer a forma estrutural de organização cooperativa, desde sua constituição estatutária e regras de funcionamento. Analisar as responsabilidades dos sócios e as responsabilidades tributárias das cooperativas. Demonstrar como o cooperativismo contribui como forma de redução do trabalho informal e geração de emprego e renda, assim como para otimização de custos na produção e comercialização de bens, edificações habitacionais e gerenciamento de créditos.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Meio Ambiente do Trabalho

Área Temática: Relações do Trabalho e da Empresa

Ementa: Conceito. Legislação preventiva. Acidente do trabalho. Teoria do risco.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: Analisar o meio ambiente do trabalho sob a perspectiva da legislação e da doutrina com a interrelação da responsabilidade do empregador.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Criminologia

Área Temática: Crime e Sociedade

Ementa: Criminologia como ciência (conceito, objeto, método, conteúdo, função). Evolução histórica. Escolas criminológicas. Teorias criminológicas. Política Criminal e Prevenção do delito.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: possibilitar a compreensão da criminalidade como um fenômeno social, de modo que arme o acadêmico de conceitos que lhe permitam uma reflexão crítica acerca das razões da criminalidade, do impacto dos sistemas de repressão sobre a sociedade em geral e sobre citado fenômeno e também uma compreensão das possíveis alternativas ao problema.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Medicina Legal

Área Temática: Crime e Sociedade

Ementa: Deontologia Médica e Medicina Profissional. Medicina Legal. Traumatologia Forense. Tanatologia Forense. Sexologia Forense. Psicopatologia Forense. Infortunistica.

Unidades de Conteúdo:

Objetivos: Apropriar-se de conceitos da medicina legal que se inter-relacionam com as práticas jurídicas habilitando o acadêmico a interpretá-los no contexto do Direito.

Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Libras

Área Temática: Linguagem

Ementa: A Surdez: Conceitos básicos, causas e prevenções. A evolução da história do surdo. A estrutura lingüística da Libras: aspectos estruturais da Libras; LIBRAS: Aplicabilidade e vivência.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Compreender as características do deficiente auditivo e o processo de comunicação através da Libras com vistas a favorecer a aprendizagem do deficiente auditivo.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Direito Aduaneiro e Marítimo
Area Temática: Direito e Relações Internacionais
Ementa: Introdução ao Direito Aduaneiro. Legislação Aduaneira Brasileira. Rotinas de comércio exterior: o despacho aduaneiro. Tributos incidentes no comércio exterior. Regimes aduaneiros especiais. Processo administrativo fiscal. Direito marítimo. Terminologia. <i>Incoterms</i> . Conhecimento de carga. Responsabilidades. Jurisprudência e aspectos da <i>demurrage</i> .
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Capacitar o aluno para a compreensão do Direito inerente às normas aduaneiras nacionais e a importância do Direito aplicável ao comércio exterior, evidenciando as questões jurídicas iminentes às rotinas de importações e exportações nacionais. Inserir o aluno no universo do Direito Marítimo, suas perspectivas náuticas e jurídicas e importância para o desenvolvimento.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Direito e Saúde
Area Temática: Direito e Meio Ambiente
Ementa: Teoria dos direitos fundamentais, Direito à saúde como direito constitucional. Aspectos públicos e privados da saúde. Participação e saúde. Direito à saúde e instituições jurídicas. Judicialização da saúde. Parâmetros das decisões judiciais. Atuação extrajudicial. Desafios de efetivação do direito à saúde.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Fornecer informações capazes de possibilitar a compreensão e discussão dos aspectos jurídicos e legais envolvidos na definição e na implementação da política, planejamento e administração em saúde, com enfoque especial para a judicialização da saúde. Discutir a saúde através da compreensão dos aspectos jurídicos e sociais que caracterizam esta relação.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Prática em Direito Administrativo
Area Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Processos Administrativos Disciplinares. Licitação e Contratos Administrativos. Recursos Administrativos.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Desenvolver as técnicas de elaboração dos diversos atos administrativos bem como de manejo na resolução de conflitos na esfera da Administração Pública.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Prática em Direito Constitucional
Area Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Processo Constitucional. Remédios Constitucionais. Controle de Constitucionalidade. Recursos aos tribunais superiores.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Desenvolver as técnicas de elaboração de petições na área de Direito Constitucional.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Prática em Direito Empresarial
Area Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Contrato Social e registro da empresa. Tipos Societários. Dissolução e liquidação da sociedade.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Desenvolver as técnicas elaboração de documentos para registro, dissolução e liquidação da sociedade empresarial.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Prática em Direito Tributário
Area Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Desenvolver as técnicas de elaboração de petições bem como de manejo na resolução de conflitos na área de Direito Tributário.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

Componente Curricular: Prática de Sentença
Area Temática: Estágio de Prática Jurídica
Ementa: Técnica. Estrutura. Linguagem.
Unidades de Conteúdo:
Objetivos: Desenvolver a capacidade técnica de redação de sentenças.
Observação: as unidades de conteúdo faltantes das disciplinas optativas serão construídas conforme a oferta no Curso.

3.4 DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Componente Curricular já existente no Curso

Componente Curricular Proposto	Departamento Proposto	Denominação anterior	Departamento anterior	Justificativa
Linguagem e Argumentação Jurídica	Direito	Linguagem e Argumentação Jurídicas	Direito	Sem alterações
Hermenêutica Jurídica	Direito	Hermenêutica Jurídica	Direito	Sem alterações
Teoria do Direito	Direito	Introdução ao Direito	Direito	Sem alterações
Sociologia Jurídica	Ciências Sociais e Filosofia	Sociologia Jurídica	Ciências Sociais e Filosofia	Sem alterações
Psicologia Judiciária	Psicologia	Psicologia Judiciária	Psicologia	Sem alterações
História das Instituições Jurídicas	Direito	História das Instituições Jurídicas	Direito	Sem alterações
Economia Política	Direito	Economia Política	Direito	Sem alterações
Ética Profissional	Direito	Ética Geral e Profissional	Direito	Sem alterações
Filosofia do Direito	Ciências Sociais e Filosofia	Filosofia do Direito	Ciências Sociais e Filosofia	Sem alterações
Direito Constitucional I	Direito	Direito Constitucional I	Direito	Sem alterações
Direito Constitucional II	Direito	Direito Constitucional II	Direito	Sem alterações

Direito Constitucional III	Direito	Direito Constitucional III	Direito	Sem alterações
Direito Tributário I	Direito	Direito Tributário I	Direito	Sem alterações
Direito Tributário II	Direito	Direito Tributário II	Direito	Sem alterações
Direito da Seguridade Social	Direito	Direito da Seguridade Social	Direito	Sem alterações
Direito Administrativo I	Direito	Direito Administrativo I	Direito	Sem alterações
Direito Administrativo II	Direito	Direito Administrativo II	Direito	Sem alterações
Direito Civil – Parte Geral	Direito	Direito Civil – Parte Geral	Direito	Sem alterações
Direito Civil – Obrigações	Direito	Direito Civil – Direito das Obrigações I	Direito	Sem alterações
Direito Civil – Responsabilidade Civil	Direito	Direito Civil – Direito das Obrigações II	Direito	Sem alterações
Direito Civil – Contratos	Direito	Direito Civil – Direito das Obrigações III	Direito	Sem alterações
Direito Civil – Direito das Coisas	Direito	Direito Civil – Direito das Coisas I	Direito	Sem alterações
Direito Civil – Relações de Família	Direito	Direito Civil – Direito de Família	Direito	Sem alterações
Direito Civil – Direito das Sucessões	Direito	Direito Civil – Direito das Sucessões	Direito	Sem alterações
Direito da Infância, Juventude e Idoso	Direito	Direito da Infância e Juventude	Direito	Sem alterações
Direito das Relações de	Direito	Direito do Consumidor	Direito	Sem alterações

Consumo				
Teoria Geral do Processo	Direito	Teoria Geral do Processo	Direito	Sem alterações
Direito Processual Civil I	Direito	Direito Processual Civil I	Direito	Sem alterações
Direito Processual Civil II	Direito	Direito Processual Civil II	Direito	Sem alterações
Direito Processual Civil III	Direito	Direito Processual Civil III	Direito	Sem alterações
Meios Adequados de Resolução de Conflitos	Direito	Mediação e Arbitragem – optativa	Direito	Sem alterações
Direito das Relações do Trabalho I	Direito	Direito do Trabalho I	Direito	Sem alterações
Direito das Relações do Trabalho II	Direito	Direito do Trabalho II	Direito	Sem alterações
Direito Processual do Trabalho	Direito	Direito Processual do Trabalho	Direito	Sem alterações
Direito das Relações Empresariais I	Direito	Direito Empresarial	Direito	Sem alterações
Direito das Relações Empresariais II	Direito	Direito Cambiário	Direito	Sem alterações
Direito das Relações Empresariais III	Direito	Direito Concursal	Direito	Sem alterações
Direito	Direito	Direito Internacional	Direito	Sem alterações

Internacional				
Direito Penal I	Direito	Direito Penal I	Direito	Sem alterações
Direito Penal II	Direito	Direito Penal II	Direito	Sem alterações
Direito Penal III	Direito	Direito Penal III	Direito	Sem alterações
Direito Penal IV	Direito	Direito Penal IV	Direito	Sem alterações
Direito Processual Penal I	Direito	Direito Processual Penal I	Direito	Sem alterações
Direito Processual Penal II	Direito	Direito Processual Penal II	Direito	Sem alterações
Direito Ambiental I	Direito	Direito Ambiental	Direito	Sem alterações
Direitos Humanos e Sustentabilidade	Direito	Direitos Humanos – optativa	Direito	Sem alterações
Bioética e Biodireito	Direito	Biodireito – optativa	Direito	Sem alterações
Direito e Tecnologias	Direito	Direito da Propriedade Intelectual	Direito	Sem alterações
Análise Econômica do Direito – Optativa	Direito	Direito Econômico – Optativa	Direito	Sem alterações
Direito Cooperativo - Optativa	Direito	Direito Cooperativo - Optativa	Direito	Sem alterações
Meio Ambiente do Trabalho	Direito	Segurança e Medicina do Trabalho – Optativa	Direito	Sem alterações
Criminologia – Optativa	Direito	Criminologia – Optativa	Direito	Sem alterações
Medicina Legal – Optativa	Medicina	Medicina Legal – Optativa	Medicina	Sem alterações
Processo e Técnica Legislativa – Optativa	Direito	Processo e Técnica Legislativa – Optativa	Direito	Sem alterações
Direito Eleitoral –	Direito	Direito Eleitoral –	Direito	Sem alterações

Optativa		Optativa		
Tópicos Especiais de Direito Tributário – Optativa	Direito	Tópicos Especiais de Direito Tributário – Optativa	Direito	Sem alterações
Libras – Optativa	Letras	Libras – Optativa	Letras	Sem alterações
Estágio Orientado – Observação I	Direito	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense I	Direito	Sem alterações
Estágio Orientado – Observação II	Direito	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense II	Direito	Sem alterações
Estágio Orientado – Observação III	Direito	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense III	Direito	Sem alterações
Estágio Orientado – Simulação I	Direito	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório I	Direito	Sem alterações
Estágio Orientado – Simulação II	Direito	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório II	Direito	Sem alterações
Estágio Orientado – Intervenção I	Direito	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório III	Direito	Sem alterações
Estágio Orientado – Intervenção II	Direito	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório IV	Direito	Sem alterações
Trabalho de Curso – TC	Direito	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	Direito	Sem alterações
AACC's	Direito	AACC's	Direito	Sem alterações

Componente Curricular novo no Curso – já existente na IES

Componente Curricular Proposto	Departamento Proposto	Denominação anterior	Departamento anterior	Justificativa
Universidade, Ciência e Pesquisa (OB)	Ciências Sociais e Filosofia	Universidade, Ciência e Pesquisa	Ciências Sociais e Filosofia	Incluída de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Ensino de Graduação como parte do Eixo Geral.
Desafios Sociais Contemporâneos (OB)	Ciências Sociais e Filosofia	Desafios Sociais Contemporâneos	Ciências Sociais e Filosofia	Incluída de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Ensino de Graduação como parte do Eixo Geral.
Linguagem Científica (OP)	Letras	Linguagem Científica (OP)	Letras	Incluída de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Ensino de Graduação como parte do Eixo Geral.
Comunicação e Sociedade (OP)	Comunicação	Comunicação e Sociedade (OP)	Comunicação	Incluída de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Ensino de Graduação como parte do Eixo Geral.
Dilemas Éticos e Cidadania (OP)	Ciências Sociais e Filosofia	Dilemas Éticos e Cidadania (OP)	Ciências Sociais e Filosofia	Incluída de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Ensino de Graduação como parte do Eixo Geral.

Componente Curricular novo

Componente Curricular Proposto	Departamento Proposto	Justificativa
Oficina de Produção Textual e Oratória	Direito	Tanto a produção textual quanto a oratória devem ser contextualizados especificamente no âmbito do Direito voltados para a aplicação nas práticas forenses.
Oficina de Pesquisa I	Direito	Os conteúdos da ementa são voltados eminentemente para o desenvolvimento da compreensão dos fenômenos jurídicos e para a prática da pesquisa jurídica.
Oficina de Pesquisa II	Direito	Os conteúdos da ementa são voltados eminentemente para o desenvolvimento da compreensão dos fenômenos jurídicos e para a prática da pesquisa jurídica.
Oficina de Pesquisa III	Direito	Os conteúdos da ementa são voltados eminentemente para o desenvolvimento da compreensão dos fenômenos jurídicos e para a prática da pesquisa jurídica.
Antropologia Jurídica	Ciências Sociais e Filosofia	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Fundamental do Curso e pressupõem domínio conceitual em Antropologia.
Teoria do Estado e Ciência Política	Ciências Sociais e Filosofia	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Fundamental do Curso e pressupõem domínio conceitual em Ciência Política.
Teoria da Constituição	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual em Direito Constitucional.
Direito Previdenciário	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual em Direito Previdenciário.
Direito Ambiental II	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual em Direito Ambiental.
Estágio Orientado – Simulação III	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática do Curso.
Estágio Orientado – Simulação	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática

IV		do Curso.
Estágio Orientado – Intervenção III	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática do Curso.
Direito Imobiliário – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual em Direito Imobiliário.
Tópicos Especiais em Direito Contratual – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual em Direito Contratual.
Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual em Direitos Difusos e Coletivos.
Arbitragem – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual referentes à Lei de Arbitragem.
Direito Aduaneiro e Marítimo – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual referentes à Lei de Arbitragem.
Direito Sanitário – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Profissional do Curso e pressupõem domínio conceitual em Direito Sanitário.
Prática em Direito Administrativo – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática do Curso.
Prática em Direito Constitucional – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática do Curso.
Prática em Direito Empresarial – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática do Curso.
Prática em Direito Tributário – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática do Curso.
Prática de Sentença – Optativa	Direito	Os conteúdos desta disciplina compõem o Eixo de Formação Prática do Curso.

3.5 REORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

3.5.1 MUDANÇAS CURRICULARES

MUDANÇAS CURRICULARES												
(AN – alteração de nomenclatura; ACH – alteração de carga horária, AF – alteração de fase; EXC – exclusão de componentes curriculares e INC – inclusão de componentes curriculares)												
Operação	Matriz atual						Matriz proposta					
	Componente Curricular	Fase	Carga Horária				Componente Curricular	Fase	Carga Horária			
			Teor	Prat	PCC	Total			Teor	Prat	PCC	Total
AN	Ciência Política	1	36	0	--	36	Teoria do Estado e Ciência Política	1	72	00	--	72
NA	Teoria Geral do Estado	1	36	0	--	36						
--	Economia Política	1	36	0	--	36	Economia Política	1	36	00	--	36
--	História das Instituições Jurídicas	1	72	0	--	72	História das Instituições Jurídicas	1	72	00	--	72

AN	Introdução ao Direito	1	72	0	--	72	Teoria do Direito	1	72	00	--	72
INC	--	--	--	--	--	--	Teoria da Constituição	1	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Universidade, Ciência e Pesquisa	1	72	00	--	72
AF	Linguagem e Argumentação Jurídicas	1	36	0	--	36	Linguagem e Argumentação Jurídicas	2	36	00	--	36
--	Direito Constitucional I	2	72	0	--	72	Direito Constitucional I	2	72	00	--	72
ACH	Direito Civil – Parte Geral	2	108	0	--	108	Direito Civil – Parte Geral	2	72	00	--	72
AF	Teoria Geral do Processo	3	72	0	--	72	Teoria Geral do Processo	2	72	00	--	72
INC	--	--	--	--	--	--	Antropologia Jurídica	2	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Oficina de Pesquisa I	2	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Desafios Sociais Contemporâneos	3	72	00	--	72
--	Direito Constitucional II	3	72	0	--	72	Direito Constitucional II	3	72	00	--	72
AN	Direito Civil – Direito das Obrigações I	3	72	0	--	72	Direito Civil – Obrigações	3	72	00	--	72
AF	Direito Processual Civil I	4	72	0	--	72	Direito Processual Civil I	3	72	00	--	72
AF	Direito Penal I	2	72	0	--	72	Direito Penal I	3	72	00	--	72
INC	--	--	--	--	--	--	Oficina de Produção Textual e Oratória	3	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Oficina de Pesquisa II	4	36	00	--	36

--	Direito Constitucional III	4	72	0	--	72	Direito Constitucional III	4	72	00	--	72
AF, AN	Direito Civil – Direito das Obrigações III	5	72	0	--	72	Direito Civil – Contratos	4	72	00	--	72
AF, AN	Mediação e Arbitragem – optativa	8	36	0	--	36	Meios Adequados de Resolução de Conflitos	4	36	00	--	36
AF, AN	Direitos Humanos – optativa	8	36	0	--	36	Direitos Humanos e Sustentabilidade	4	72	00	--	72
AF	Direito Penal II	3	72	0	--	72	Direito Penal II	4	72	00	--	72
AN	Direito Civil – Direito das Obrigações II	4	36	0	--	36	Direito Civil – Responsabilidade Civil	4	36	00	--	36
AF	Filosofia do Direito	2	72	0	--	72	Filosofia do Direito	5	72	00	--	72
AF, AN	Direito Civil – Direito das Coisas I	7	72	0	--	72	Direito Civil – Direito das Coisas	5	72	00	--	72
--	Direito Processual Civil II	5	72	0	--	72	Direito Processual Civil II	5	72	00	--	72
AF	Direito Penal III	4	72	0	--	72	Direito Penal III	5	72	00	--	72
AF, ACH	Sociologia Jurídica	1	72	0	--	72	Sociologia Jurídica	5	36	00	--	36
AF, AN	Direito do Trabalho I	4	72	0	--	72	Direito das Relações do Trabalho I	5	72	00	--	72
INC	--	--	--	--	--	--	Oficina de Pesquisa III	6	36	00	--	36
AN	Direito Civil – Direito de Família	6	72	0	--	72	Direito Civil – Relações de Família	6	72	00	--	72
--	Direito Processual Civil III	6	72	0	--	72	Direito Processual Civil III	6	72	00	--	72
AF, AN	Direito do Trabalho II	5	72	0	--	72	Direito das Relações do Trabalho II	6	72	00	--	72

AF	Direito Penal IV	5	72	0	--	72	Direito Penal IV	6	72	00	--	72
AF	Direito Processual Penal I	7	72	0	--	72	Direito Processual Penal I	6	72	00	--	72
AF	Hermenêutica Jurídica	3	72	0	--	72	Hermenêutica Jurídica	7	72	00	--	72
AF	Direito Civil – Direito das Sucessões	9	72	0	--	72	Direito Civil – Direito das Sucessões	7	72	00	--	72
AF, AN	Direito da Infância e Adolescência	10	36	0	--	36	Direito da Infância, Juventude e Idoso	7	36	00	--	36
AF	Psicologia Judiciária	2	36	0	--	36	Psicologia Judiciária	7	36	00	--	36
AF	Direito Processual Penal II	8	72	0	--	72	Direito Processual Penal II	7	72	00	--	72
AF	Direito Processual do Trabalho	6	72	0	--	72	Direito Processual do Trabalho	7	72	00	--	72
AF, AN	Ética Geral e Profissional	4	36	0	--	36	Ética Profissional	8	36	00	--	36
AF, AN	Direito do Consumidor	7	36	0	--	36	Direito das Relações de Consumo	8	36	00	--	36
AN	Direito da Seguridade Social	10	36	0	--	36	Direito da Seguridade Social	8	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Direito Previdenciário	8	72	00	--	72
AF, AN	Direito Empresarial	5	72	0	--	72	Direito das Relações Empresariais I	8	72	00	--	72
AF, AN	Direito Ambiental	10	72	0	--	72	Direito Ambiental I	8	72	00	--	72
--	Direito Tributário I	9	72	0	--	72	Direito Tributário I	9	72	00	--	72
--	Direito Administrativo I	9	72	0	--	72	Direito Administrativo I	9	72	00	--	72

AF, AN	Direito Cambiário	6	72	0	--	72	Direito das Relações Empresariais II	9	72	00	--	72
--	Direito Internacional	9	72	0	--	72	Direito Internacional	9	72	00	--	72
INC	--	--	--	--	--	--	Direito Ambiental II	9	36	00	--	36
--	Direito Administrativo II	10	72	0	--	72	Direito Administrativo II	10	72	00	--	72
ACH	Direito Tributário II	10	72	0	--	72	Direito Tributário II	10	36	00	--	36
AF, AN, ACH	Direito Concursal	8	72	0	--	72	Direito das Relações Empresariais III	10	36	00	--	36
AF, AN, ACH	Direito da Propriedade Intelectual	8	72	0	--	72	Direito e Tecnologias	10	36	00	--	36
AF, AN	Biodireito – Optativa	9	36	0	--	36	Bioética e Biodireito	10	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Linguagem Científica – Optativa	2	72	00	--	72
INC	--	--	--	--	--	--	Comunicação e Sociedade – Optativa	2	72	00	--	72
INC	--	--	--	--	--	--	Dilemas Éticos e Cidadania – Optativa	2	72	00	--	72
--	Processo e Técnica Legislativa – Optativa	10	36	0	--	36	Processo e Técnica Legislativa – Optativa	*	36	00	--	36
--	Tópicos Especiais de Direito Tributário – Optativa	10	36	0	--	36	Tópicos Especiais de Direito Tributário – Optativa	*	36	00	--	36
--	Direito Eleitoral – Optativa	9	36	0	--	36	Direito Eleitoral – Optativa	*	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Direito Imobiliário – Optativa	*	36	00	--	36

INC	--	--	--	--	--	--	Tópicos Especiais em Direito Contratual – Optativa	*	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos – Optativa	*	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Arbitragem - Optativa	*	36	00	--	36
AN	Direito Econômico – optativa	8	36	0	--	36	Análise Econômica do Direito - Optativa	*	36	00	--	36
--	Direito Cooperativo – optativa	8	36	0	--	36	Direito Cooperativo	*	36	00	--	36
AN	Segurança e Medicina do Trabalho – Optativa	8	36	0	--	36	Meio Ambiente do Trabalho – Optativa	*	36	00	--	36
--	Criminologia – Optativa	9	36	0	--	36	Criminologia – Optativa	*	36	00	--	36
ACH	Medicina Legal – Optativa	9	72	0	--	72	Medicina Legal – Optativa	*	36	00	--	36
--	Libras – Optativa	8	36	0	--	36	Libras – Optativa	*	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Direito Aduaneiro e Marítimo	*	36	00	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Direito Sanitário – Optativa	*	36	00	--	36
AF, AN	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense I	7	0	18	--	18	Estágio Orientado – Observação I	5	00	18	--	18
AF, AN	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense II	8	0	18	--	18	Estágio Orientado – Observação II	6	00	18	--	18
AF, AN	Estágio Orientado de Prática Jurídica –	9	0	18	--	18	Estágio Orientado – Observação III	7	00	18	--	18

	Forense III											
AF, AN	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório I	7	0	54	--	54	Estágio Orientado – Simulação I	5	00	54	--	54
AF, AN, ACH	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório II	8	0	54	--	54	Estágio Orientado – Simulação II	6	00	36	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Estágio Orientado – Simulação III	7	00	36	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Estágio Orientado – Simulação IV	8	00	36	--	36
AF, AN	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório III	9	0	54	--	54	Estágio Orientado – Intervenção I	7	00	54	--	54
AF, AN, ACH	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório IV	10	0	72	--	72	Estágio Orientado – Intervenção II	8	00	54	--	54
INC	--	--	--	--	--	--	Estágio Orientado – Intervenção III	9	00	54	--	54
INC	--	--	--	--	--	--	Prática em Direito Administrativo – Optativa	**	00	36	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Prática em Direito Constitucional – Optativa	**	00	36	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Prática em Direito Empresarial – Optativa	**	00	36	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Prática em Direito Tributário – Optativa	**	00	36	--	36
INC	--	--	--	--	--	--	Prática de Sentença – Optativa	**	00	36	--	36

AF, AN	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I	3	0	18	--	18	Trabalho de Curso - TC	10	00	72	--	72
ACH	AACC's	--	0	203	--	203	AACC's	--	0	288	--	288
EXC	Prática da Pesquisa Jurídica	7	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Civil – Direito das Obrigações IV	6	72	0	--	72	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Civil – Direito das Coisas II	8	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Processual Civil IV	7	72	0	--	72	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Processual Civil V	8	72	0	--	72	--	--	--	--	--	--
EXC	Contratos Empresariais	7	72	0	--	72	--	--	--	--	--	--
EXC	Análise de Jurisprudência – Optativa	10	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Processual Administrativo – Optativa	10	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Registros Públicos – Optativa	10	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Empresarial Internacional – Optativa	9	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Cooperativo – Optativa	9	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Gestão Empresarial – Optativa	8	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Econômico Internacional – Optativa	9	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--

EXC	Direito Coletivo do Trabalho – Optativa	9	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Execução Penal – Optativa	9	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Penal Especial – Optativa	8	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Filosofia Política – Optativa	9	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Educacional – optativa	10	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito Comunitário e da Integração – Optativa	10	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Direito e Informática – Optativa	8	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Política Jurídica – Optativa	10	36	0	--	36	--	--	--	--	--	--
EXC	Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense IV	10	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--
EXC	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II	4	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--
EXC	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC III	5	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--
EXC	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC IV	6	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--
EXC	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC V	7	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--
EXC	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC VI	8	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--
EXC	Trabalho de Conclusão de Curso -TCC VII	9	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--

EXC	Trabalho de Conclusão de Curso TCC VIII	10	0	18	--	18	--	--	--	--	--	--
-----	---	----	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----

* As disciplinas optativas de 2 c (36 h/a) são ofertadas pela Matriz entre a 8ª e 10ª fase, mas ser cursadas pelo estudante em outra fase do Curso.

** As disciplinas optativas práticas de 2 c (36 h/a) são ofertadas pela Matriz entre a 9ª e 10ª fase.

3.5.2 EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS

Componente Curricular Antigo (Anterior)	h/a	Componente Curricular Novo (Proposto)	h/a
Ciência Política	36	Teoria do Estado e Ciência Política	72
Teoria Geral do Estado	36		
Economia Política	36	Economia Política	36
História das Instituições Jurídicas	72	História das Instituições Jurídicas	72
Linguagem e Argumentação Jurídicas	36	Linguagem e Argumentação Jurídica	36
Sociologia Jurídica	72	Sociologia Jurídica	36
Filosofia do Direito	72	Filosofia do Direito	72
Psicologia Judiciária	36	Psicologia Judiciária	36
Prática da Pesquisa Jurídica	36	Oficina de Pesquisa I	36
Ética Geral e Profissional	36	Ética Profissional	36
Introdução ao Direito	72	Teoria do Direito	72
Hermenêutica Jurídica	72	Hermenêutica Jurídica	72
Direito Civil – Parte Geral	108	Direito Civil – Parte Geral	72
Direito Civil – Direito das Obrigações I	72	Direito Civil – Obrigações	72
Direito Civil – Direito das Obrigações II	36	Direito Civil – Responsabilidade Civil	36
Direito Civil – Direito das Obrigações III	72	Direito Civil – Contratos	72
Direito Civil – Direito das Obrigações IV	72		
Direito Civil – Direito de Família	72	Direito Civil – Relações de Família	72
Direito Civil – Direito das Coisas I	72	Direito Civil – Direito das Coisas	72
Direito Civil – Direito das Coisas II	36		
Direito Civil – Direito das Sucessões	72	Direito Civil – Direito das Sucessões	72

Direito do Consumidor	36	Direito das Relações de Consumo	36
Direito Constitucional I	72	Direito Constitucional I	72
Direito Constitucional II	72	Direito Constitucional II	72
Direito Constitucional III	72	Direito Constitucional III	72
Direito Penal I	72	Direito Penal I	72
Direito Penal II	72	Direito Penal II	72
Direito Penal III	72	Direito Penal III	72
Direito Penal IV	72	Direito Penal IV	72
Teoria Geral do Processo	72	Teoria Geral do Processo	72
Direito Processual Civil I	72		
Direito Processual Civil II	72	Direito Processual Civil I	-
Direito Processual Civil III	72	Direito Processual Civil III	72
Direito Processual Civil IV	72	Direito Processual Civil II	72
Direito Processual do Trabalho	72	Direito Processual do Trabalho	72
Direito Processual Penal I	72	Direito Processual Penal I	72
Direito Processual Penal II	72	Direito Processual Penal II	72
Direito Empresarial	72	Direito das Relações Empresariais I	72
Direito Cambiário	72	Direito das Relações Empresariais II	72
Direito Concursal	72	Direito das Relações Empresariais III	36
Direito do Trabalho I	72	Direito das Relações do Trabalho I	72
Direito do Trabalho II	72	Direito das Relações do Trabalho II	72
Direito da Propriedade Intelectual	72	Direito e Tecnologias	36
Direito Administrativo I	72	Direito Administrativo I	72
Direito Administrativo II	72	Direito Administrativo II	72
Direito Internacional	72	Direito Internacional	72
Direito Tributário I	72	Direito Tributário I	72

Direito Tributário II	72	Direito Tributário II	72
Direito Ambiental	72	Direito Ambiental I	72
Direito da Seguridade Social	36	Direito da Seguridade Social	36
Direito da Infância e Adolescência	36	Direito da Infância, Juventude e Idoso	36
Mediação e Arbitragem – Optativa	36	Meios Adequados de Resolução de Conflitos	36
Biodireito – Optativa	36	Bioética e Biodireito	36
Segurança e Medicina do Trabalho – Optativa	36	Meio Ambiente do Trabalho – Optativa	36
Direito Cooperativo	36	Direito Cooperativo	36
Criminologia – Optativa	36	Criminologia – Optativa	36
Medicina Legal – Optativa	72	Medicina Legal – Optativa	36
Processo e Técnica Legislativa – Optativa	36	Processo e Técnica Legislativa – Optativa	36
Direito Eleitoral – Optativa	36	Direito Eleitoral – Optativa	36
Tópicos Especiais de Direito Tributário – Optativa	36	Tópicos Especiais em Direito Tributário – Optativa	36
Libras - Optativa	72	Libras - Optativa	36
Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório I	54	Estágio Orientado – Simulação I	54
Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório III	54	Estágio Orientado – Intervenção I	54
Estágio Orientado de Prática Jurídica – Escritório IV	72	Estágio Orientado – Intervenção II	54
Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense I	18	Estágio Orientado – Observação I	18
Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense II	18	Estágio Orientado – Observação II	18
Estágio Orientado de Prática Jurídica – Forense IV	18	Estágio Orientado – Observação III	18
TCC I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	72	Trabalho de Curso – TC	72

AACC's	203	AACC's	288
--------	-----	--------	-----

3.5.3 ADAPTAÇÃO DE TURMAS EM ANDAMENTO

Após a aprovação do presente Plano Pedagógico do Curso, a estrutura da matriz curricular anterior será garantida aos alunos que tenham ingressado no curso durante a sua vigência, assegurando-lhes oferecimento das disciplinas, turmas e respectivas cargas horárias até a sua conclusão, que é no máximo de 10 semestres.

A implantação da nova matriz curricular será feita gradualmente e fica facultado aos alunos que quiserem migrar para a nova matriz curricular o direito a fazê-lo. Nesse caso os alunos optantes pela nova matriz curricular deverão realizar todas as adaptações de disciplinas e cargas horárias para continuarem e concluírem o curso.

A implantação da nova matriz curricular será feita de modo gradual e será inserida semestralmente, de modo que, até o final dos dez (10) semestres, a partir da vigência do novo Plano Pedagógico do Curso haverá semestres em que estarão em curso turmas e disciplinas de duas matrizes curriculares, a antiga e nova, respectivamente.

Assim, aos alunos matriculados e que pretenderem utilizar da faculdade de opção pela nova matriz curricular estarão cientes de que terão que solicitar as equivalências, conforme norma interna da Universidade Regional de Blumenau – FURB. Igual tratamento será concedido aos alunos que realizaram trancamento de matrícula ou, se desistentes, conseguirem o reingresso, desde que o reingresso seja feito durante a fase de adaptação.

A fase de adaptação das turmas será concluída após os dez (10) semestres contados do início da vigência da atual matriz curricular e os eventuais casos relativos à adaptação de turmas e não previstos neste documento poderão ser deliberados, de forma excepcional, pelo Colegiado de Curso.

3.6 INFRAESTRUTURA

A infraestrutura para o bom funcionamento do curso exige o planejamento, definição e implantação de espaços físicos e virtuais que possam garantir práticas pedagógicas diferenciadas e melhoria na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, é imprescindível contar com espaços físicos adequados como gabinetes de trabalho, salas de aula, atendimentos pela coordenação, utilização de recursos audiovisuais e acesso ao acervo bibliográfico atualizado, conforme descrição a seguir.

3.6.1 GABINETES DE TRABALHO

Sempre que a realização de atividades pedagógicas relativas aos eixos de ensino, pesquisa e extensão do curso demandarem a utilização de gabinetes de trabalho, os mesmos deverão ser disponibilizados aos acadêmicos do curso. A utilização de tal espaço deve ser planejada, solicitada e justificada tanto por alunos como por professores envolvidos com disciplinas ou que integrem grupos de pesquisa ou de extensão e será gerida administrativamente pelo Centro de Ciências Jurídicas.

Especificamente para orientação de Trabalho de Conclusão de Curso também serão oferecidos aos acadêmicos e orientadores gabinetes de trabalho.

3.6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

O desenvolvimento de todas as atividades relativas à coordenação do curso demanda o planejamento de um espaço específico que permitirá o encaminhamento de todas as funções administrativas e atendimentos aos acadêmicos. O Centro de Ciências Jurídicas deve planejar e criar o espaço específico à coordenação do curso.

3.6.3 SALA DE PROFESSORES

O Centro de Ciências Jurídicas deve contar com uma sala de professores do curso. Esse espaço será destinado à reunião, convívio e partilha de experiências pelos docentes do curso, além de permitir a preparação das atividades pedagógicas, caso se faça necessário.

3.6.4 SALAS DE AULA

Semestralmente será realizado o planejamento das turmas e salas de aulas para o semestre subsequente. Assim, o limite máximo de alunos matriculados deve ser definido pelo Colegiado do Curso de modo a garantir a realização de práticas pedagógicas diversificadas, visando melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

O espaço físico das salas de aulas deve ser planejado e definido obedecendo os seguintes critérios básicos:

- Possibilidade de realização de práticas diversificadas em sala de aula.
- Proximidade das salas de aulas de forma a permitir convivência universitária;
- Proximidade da unidade administrativa que é o Centro de Ciências Jurídicas para agilizar o deslocamento dos alunos que necessitam diariamente de atendimento administrativo.
- Conforto ergonômico, térmico e auditivo.
- Garantia de acessibilidade aos alunos e docentes com deficiência.
- Aquisição e atualização permanente dos recursos audiovisuais.

3.6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Todos os alunos matriculados no curso terão acesso aos equipamentos de informática, sendo vedada qualquer orientação de restrição nos ambientes pedagógicos. O uso dos equipamentos será assegurado pelo acesso aos laboratórios de uso geral da Universidade Regional de Blumenau, além dos equipamentos disponíveis nos laboratórios e gabinetes de trabalho do Núcleo de Prática Jurídica.

3.6.6 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Conforme já delineado, os indicadores obtidos a partir das pesquisas realizadas demonstram claramente que o Curso de Direito deve voltar-se para uma maior interação entre teoria e prática, valorizando o saber-fazer. Dos mesmos indicadores extrai-se a necessidade de uma formação jurídica diversificada, que habilite o egresso para as mais diversificadas profissões jurídicas e privilegie a autonomia e dinamicidade na atuação profissional.

Nesse sentido, o Núcleo de Prática Jurídica tem o escopo de proporcionar a efetivação desses indicativos, já a partir da 5ª fase do Curso. O Núcleo de Prática Jurídica é um órgão vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas, no qual estudantes do curso de Direito, desenvolvem a prática de estágio curricular obrigatório, criado através da Resolução CNE/CES n. 09/2004.

Os Estágios comportarão atividades de observação, simulação e intervenção, através de práticas de laboratórios, saídas à campo e atendimentos à comunidade Blumenauense. Os critérios de atendimentos aos casos reais, são fixados por Convênios firmados entre entidades ou instituições ou o critério da hipossuficiência econômica da pessoa/família que necessita de um advogado.

O Núcleo de Prática Jurídica firmou Convênios com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina para atendimentos a casos reais, cujo objeto é: a) atendimentos do Juizado de Pequenas Causas Cíveis, que delimitam o atendimento pelo valor da causa; e, b) Programa Aluno Conciliador, com intuito de resolver controvérsias entre as partes extrajudicialmente, sendo posteriormente homologados os acordos judicialmente.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por intermédio das Resoluções nº 23/2006-GP e nº 02/2007-CP decorrente do “Projeto Movimento pela Conciliação” do Conselho Nacional de Justiça, criou o PAC – Programa Aluno Conciliador. O PAC é uma forma de atendimento descentralizado, onde ocorrem: recebimento do interessado, registro da natureza da sua reclamação, designação de data para conciliação, expedição da carta-convite para a outra parte e realização de audiência informal preliminar de conciliação.

Obtendo-se o acordo, se necessário, cabe a homologação por intermédio do juiz responsável pelo PAC, ou seja, o juiz titular do Juizado Especial Cível,

formando assim um título executivo judicial, art.57, da Lei 9.099/95 e art. 475-N, V, do CPC). A importância do PAC está na possibilidade de resolver um conflito antes dele se transformar em ação judicial, reduzindo-se assim o tempo para solução e contribuindo para a diminuição do ingresso de novas ações na justiça. Por meio dele, o estudante poderá exercer habilidades de mediação, negociação e conciliação.

Além, dos Convênios firmados, os estágios atuam no Núcleo de Prática Jurídica nas áreas cível, criminal, previdenciária e trabalhista.

Ainda nas práticas de intervenção, o acadêmico poderá ter atendimentos compartilhados, através da interdisciplinaridade entre os Cursos de Psicologia e Serviço Social, especialmente na compreensão e solução de conflitos familiares, buscando uma prática integrada entre as três áreas envolvidas.

Por fim, diante do aumento de oferta de Disciplinas ministradas no Núcleo de Prática Jurídica, notadamente as de Estágio Orientado – Simulação III e IV há a necessidade de readaptação do espaço acadêmico com a inclusão de 02 Laboratórios com equipamentos de informática, com pelo menos 15 computadores cada um. Contudo, tal procedimento não demanda a construção ou relocação de espaços físicos, além dos que já existem no Núcleo de Prática Jurídica.

3.6.7 CONDIÇÕES DE ACESSO/ MOBILIDADE

Não apenas o Centro de Ciências Jurídicas, senão que o conjunto institucional da Universidade, buscam implementar integralmente a plena possibilidade de acessibilidade, conforme determinam as Leis 10.048, de 8 de novembro de 200, Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ambas regulamentadas pelo Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Considerando o conceito de acessibilidade, compreendido de maneira genérica como a remoção de qualquer obstáculo ao pleno acesso de todos os cidadãos a todos os ambientes públicos, o CCJ atenderá todas as demandas de acessibilidade derivadas de seus estudantes e da comunidade externa. Ressalta-se, nesse sentido, que é possível verificar que em todos os ambientes universitários afetados ao curso de direito as condições de acessibilidade são irrestritas, exceto no Núcleo de Práticas Jurídicas. Esta restrição,

entretanto, encontra-se em processo de saneamento visto que tramita processo arquitetônico que visa estabelecer também neste ambiente plena acessibilidade.

3.6.8 SERVIDORES

O quadro técnico-administrativo para suporte ao Curso de Direito será alocado no CCJ, conforme estabelecem as normas internas da FURB, o qual deverá ser composto por técnicos já atuantes no CCJ ou por meio de formação de pessoal da Instituição, de contratação de alunos bolsistas ou outras formas de contratação possíveis.

No que tange ao NPJ, os servidores, bolsistas e monitores serão alocados de acordo com as regras estabelecidas no regulamento próprio.

3.6.9 BIBLIOGRAFIA PARA O CURSO

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 237 p. (Espaços do desenvolvimento).

AGUIAR, Paulo Roberto Moraes de. **Saneamento básico e tratamento de rejeitos e resíduos.** 2. ed. Brasília, D. F : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 238 p.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e a suas regras.** São Paulo: Loyola, 2011.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos.** São Paulo: Acadêmica, 1993.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental.** 14^a. ed. amplamente reform. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

ARMIN, Von Bogdandy; PIOVESAN, Flávia; ANTONIAZZI, Mariela Morales. **Estudos Avançados de Direitos Humanos. Democracia e integração jurídica: emergência de um novo direito público.** (2^a ed). Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2013.

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito: teorias da argumentação jurídica.** 3. ed. São Paulo: Landy, 2003.

BALERA, Wagner. **Sistema De Seguridade Social.** 5^aed. São Paulo: LTr, 2009.

BARATTA, Alessandro. **Direitos Humanos e políticas públicas.** Texto apresentado na Conferência Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 1998.

BARRETO, Rafael. **Direitos Humanos.** 2. ed. rev., ampl., e atual. Salvador: Juspodium, 2013.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**. Belo Horizonte: Forum, 2012.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Nova lei de recuperação e falências comentada: Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005: comentário artigo por artigo**. 3. ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2004. (L'età dei diritti. Torino: Einaudi 1990.)

BOBBIO, Norberto; FERNÁNDEZ SANTILLÁN, José Florencio. **Norberto Bobbio: o filósofo e a política**: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. 519 p.

BOCCHINO, Leslie de Oliveira. **Propriedade intelectual**: conceitos e procedimentos. Brasília, DF : Advocacia-Geral da União, 2010. 320 p, tabs., il.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, grito da terra, grito dos pobres**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As Fronteiras da Epistemologia**: como se produz o conhecimento. 3 ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Ontologia política de Martin Heidegger**. Campinas: Papyrus, 1989. 130p.

BRANCO, Gilberto. **Propriedade intelectual**. Curitiba : Aymarã Educação, 2011. 96 p, il.

BRASIL; MEDAUAR, Odete org. **Coletânea de legislação ambiental**: constituição federal. 12ª. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013 (RT mini códigos).

BUNGE, Mario. **Epistemologia: curso de atualização**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

BURSZTYN, M. (Org.). In: **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.

CARRILHO, Manuel Maria. **Epistemologia: Posições e críticas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CARVALHO, Anésio Rodrigues de; OLIVEIRA, Maria Vendramini Castrignano de. **Princípios básicos do saneamento do meio**. 9. ed. São Paulo : Ed. SENAC, 2007. 211 p., il.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Manual de direito comercial**: direito de empresa. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COLLONA, German. **Analisis Economico del Derecho**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 2001.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos Direito Humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COOTER, Robert; ULLEN, Thomas. **Direito & economia**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. **Curso de direito da seguridade social**. 5. ed. São Paulo: SARAIVA, 2010.

COSTA NETTO, Jose Carlos. **Direito autoral no Brasil**. Sao Paulo : FTD, 1998. 247p.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2013.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 21ª. ed. São Paulo: Ática, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito**. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

DOMINGUES, Ivan. **O Grau Zero do Conhecimento: O problema da fundamentação das ciências humanas**. Belo Horizonte: Edições Loyola, 1999.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO)**, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à Epistemologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ESPINO, José Ayala. **"Instituciones y Economía. Uma Introducción al neoinstitucionalismo econômico"**. Ciudad de México : Fondo de Cultura econômica, 2005.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. **Die Halbierte Gerechtigkeit –Gender Studies**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2001.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. Reconhecimento sem Ética. **Revista Lua Nova**, São Paulo: 70, 101-145, 2007.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. **Umverteilung oder Anerkennung – Eine Politisch-Philosophische Kontroverse**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2003.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. **Widerspenstige Praktiken Macht, Diskurs, Geschlecht** Gender Studies. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1994.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel.? **Redistribución o Reconocimiento?** (trad. Pablo Manzano), Colección Crítica. Madrid: Ediciones Morata S.L e Fundación Paideia Galiza, 2006.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

FURUBOTN, Eirik; RICHTER, Rudolf. **Institutions and Economic Theory. The Contributions of the New Institutional Economics**. Ann Arbor : The University of Michigan Press, 2000

GADAMER, Hans Georg. **Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**. 12ª Ed. – Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2012.

GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne: o homem na idade da técnica**. (trad. José

Maria de Almeida). São Paulo: Paulus, 2006.

GIGLIO, Wagner D; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. **Direito processual do trabalho**. 16. ed. rev., ampl. e adaptada à EC n. 45/2004 e às Leis n. 11.232/2005, 22.276/2006, 11.277/2006, 11.280/2006, 11.382/2006, 11.417/2006, 11.418/2006, 11.419/2006 e 11.457/2007. São Paulo : Saraiva, 2007. xxxi, 640 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Títulos de crédito e contratos mercantis**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONZAGA, Vair. **Do cheque: legislação, jurisprudência, modelos**. 4. ed. rev., ampl. e atual. com a legislação em vigor. São Paulo: RCN, 2003.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRASSI, Avelino. (org.) **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRONDIN, Jean. **Introdução à Hermenêutica Filosófica**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Jenaer Schriften – 1801-1807. Werke 2. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1970.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Principios de la filosofía del derecho**. (trad. Juan Luis Verma). Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A, 2004.

HEGENBERG, Leônidas et al. **Métodos de Pesquisa** – de Sócrates a Marx e Popper. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso: metodologia e técnicas de pesquisa: da escolha do assunto à apresentação gráfica**. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

HERKENHOFF, João Batista. **Curso de Direitos Humanos: gênese dos direitos humanos**, vol. I, São Paulo: Acadêmica, 1994.

HESPANHA, Antonio Manuel. **O Caleidoscópio do Direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje**. Lisboa: Almedina, 2009.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. 3 edição, São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2012.

HONNETH, Axel. Das ich im Wir – Studien zur Anerkennungstheorie. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2010.

HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais. (Trad. de Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. Unsichtbarkeit – Stationen einer Theorie der Intersubjektivität. Frankfurt:

Suhrkamp Verlag, 2003.

HONNETH, Axel. Crítica del agravio moral – Patologías de la sociedad contemporánea. (trad. Peter Storandt Diller), 1ª ed.. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. S.A, 2009.

HONNETH, Axel. Das Andere der Gerechtigkeit. – Aufsätze zur praktischen Philosophie. Frankfurt : Suhrkamp Verlag, 2000.

HONNETH, Axel. Das Recht der Freiheit. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2011.

HONNETH, Axel. Observações sobre reificação (trad. por Emil Sobottka e Giovani Saavedra). Porto Alegre: Revista Civitas, v. 8, nº 1, p.68-79, jan.-abr. 2008.

HONNETH, Axel. Verdinglichung: Eine anerkennungstheoretische Studie. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, c2010. 939 p.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução de Arthur Parreira. 3ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JAPIASSU, Hilton. **A Revolução Científica Moderna**. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito processual do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 2v.

JUNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KIRSTE, Stephan. **Introdução à Filosofia do Direito**. (trad. Paula Nasser), Belo Horizonte: Fórum, 2013.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAMARÃO NETO, Homero; SANTANA, Raimundo Rodrigues; NETO, Antonio José de Mattos. **Direitos Humanos e Democracia Inclusiva**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEGENDRE, Pierre. **O amor do censor**: ensaio sobre a ordem dogmática. Rio de Janeiro: Colegio Freudiano do Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1983.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2010. 1310 p.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LEITE, Glauber Salomão; VALENÇA FERRAZ, Carolina; CECATO, Maria Áurea. **Direito e Desenvolvimento Humano Sustentável**. São Paulo: Verbatim, 2013.

LIXA, Ivone Fernandes Morcilo. **Hermenêutica e direito**: uma possibilidade crítica. Curitiba:

Juruá, 2003. 197p.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Seguridade social e cidadania**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. 201 p, il. (Pensar em saúde).

LONDRES, Cecília (org.). **Patrimônio Imaterial**. Revista Tempo Brasileiro, nº 147, out-dez. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro ed., 2001.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**: lições introdutórias. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 21ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo (SP): Malheiros, 2013.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos**: ótica da diferença e ações afirmativas. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAIA, Newton Freire. **A Ciência por Dentro**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAMEDE, Gladston. **Blindagem patrimonial e planejamento jurídico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAMEDE, Gladston. **Curso de direito previdenciário**: noções de direito previdenciário, previdência social, direito previdenciário procedimental, previdência complementar. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010. 1487 p.

MAMEDE, Gladston. **Títulos de crédito**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Manual de redação de contratos sociais, estatutos e acordos de sócios**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012. 314 p, il.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

MARQUES, Cláudia Lima; MEDAUAR, Odete; SILVA, Solange Teles da. **O novo direito administrativo, ambiental e urbanístico**: estudos em homenagem à Jacqueline Morand-Deviller. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 383 p, il.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito de trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 4. ed. São Paulo : Saraiva, 2013. 736 p.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Subsídios para um modelo de previdência social para o Brasil**: 1216 reflexões para os estudiosos. São Paulo: LTr, 2008. 206 p.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. xii, 147 p., 1 CD-ROM. (Fundamentos jurídicos, v.14).

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros**. 30. ed. São Paulo : Atlas, 2010. xxviii, 826 p. , 1 CD-ROM

MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. - Rio de Janeiro: Rocco, 1987, 246 p.

MAUSS, Marcel; LEVI-STRAUSS, Claude. **Sociologia e antropologia**. Sao Paulo: EPU: Ed. da Universidade de Sao Paulo, 1974. 2v.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidade legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2008. 472 p.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 8ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MOL, Arthur P. J; SPAARGAREN, Gert. **Meio ambiente, modernidade e sociedade de risco: o horizonte apocalíptico da reforma ambiental**. Ilhéus: Ed. da UESC, 2003. 63 p, il. Tradução de: Environment, modernity and the risk-society: the apocalyptic horizon of environmet reform. Publicado originalmente na revista: International sociology, 8 (4): 431-559, dez. 1993.

NONES, Nelson. **Gênese e evolução histórica da empresa: aspectos jurídicos, políticos e econômicos**. Blumenau: Edifurb, 2013.

NORRIS, Christopher. **Epistemologia – conceitos-chave em Filosofia**. trad. Felipe Rangel Elizalde, Porto Alegre: Artmed, 2007.

NORTH, D. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990

PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Direitos Humanos: Doutrina, Legislação - 4ª Ed. Série Concursos Públicos**. São Paulo: Método, 2011.

PEREIRA, Edmeire Cristina; ZANON, Marcus Julius; SANTOS, Sandra de Fátima. **Propriedade intelectual e informação para indústria e negócios: abordagem para NIT**. Curitiba, PR : UFPR, 2011. 224 p, il.

PIMENTA, Luciana. **Empresarial para quem odeia empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade intelectual e universidade: aspectos legais**. Florianópolis; Fundação Konrad Adenauer : Fundação Boiteux, 2005

PINTO, Airton Pereira. **Direito do trabalho, direitos humanos sociais e a constituição federal**. São Paulo: LTr, 2006. 261 p.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva: 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed., ver., e atual. São Paulo: Saraiva: 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva: 2013.

RAMOS, Andre de Carvalho. **Teoria Geral Dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 3. ed., São Paulo: Saraiva: 2013.

RESTA, Eligio. **O direito fraterno**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. (Il diritto fraterno. Roma-Bari: Laterza, 2003).

SACHS, Wolfgang (org.). **The development dictionary – a guide to knowledge as power**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993. London & New Jersey: Zed Books Ltd, 1993.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A Ideia de Justiça em Hegel**. São Paulo: Loyola, 1996.

SANDEL, Michael J. **Justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho. Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Santafé de Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1998.

SCHREIBER, Anderson. **Direito e mídia**. São Paulo : Atlas, 2013. 346 p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade (Development as freedom)**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Reforma jurídica e reforma judicial no processo de desenvolvimento**. In: BARRAL, Welber (Org.). **Direito e desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento**. São Paulo: Singular, 2005.

SILVA, Reinaldo Pereira (org.). **Direitos humanos como educação para a justiça**. São Paulo, LTr, 1998.

SILVEIRA, Amélia; MOSER, Evanilde Maria. **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Blumenau: Edifurb, 2009.

SOARES, Jose Carlos Tinoco. **Tratado da propriedade industrial: patentes e seus sucedaneos**. Sao Paulo : Juridica Brasileira, 1998

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise:** uma exploração hermenêutica da construção do direito. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e consenso:** constituição, hermenêutica e teorias discursivas, da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil:** teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2011.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário:** Regime Geral de Previdência Social e Regras Constitucionais dos Regimes Próprios de Previdência Social. 12. ed. rev., e atual. Niterói: Impetus, 2010. 417 p.

TAYLOR, Charles. et al. **Multiculturalismo.** (trad. Marta Machado), Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação Científica:** normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2013.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial:** teoria geral e direito societário. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente:** paralelo dos sistemas de proteção internacional, Porto Alegre: Fabris, 1993.

UBALDO, Edson. **Recuperação judicial e extrajudicial de empresas:** comentários aos artigos específicos da Lei n. 11.101, de 09/02/2005 /Edson Ubaldo. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo:** 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2. ed., Editora Perspectiva, 1882.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Lizt. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

WEFFORT, C. Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro:** ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006. - 360 p.

WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno.** 4. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil.** 6. ed., São Paulo: Forense, 2012.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução do Pensamento Jurídico Crítico.** 6. ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os 'novos' direitos no Brasil: natureza e perspectivas:** uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003. x, 353p.

WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters. **Tendências contemporâneas do**

constitucionalismo latino-americano. Curitiba: Juruá, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. “**La naturaleza como persona: Pachamama y Gaia**”, in **Bolivia: Nueva Constitución Política del Estado. Conceptos elementales para su desarrollo normativo**, 109–132. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010.

4 TOTAL DE INVESTIMENTOS NA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CURSO

Conforme parecer DAF/COPLAN em **anexo**.

4.1 MATERIAIS

Observar especificações constantes no **quadro específico** de: laboratórios e espaços.

4.2 VALOR DA MENSALIDADE

Conforme parecer DAF/COPLAN em **anexo**.

4.3 CRONOGRAMA PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

A implantação do novo currículo de acordo com este documento está prevista para 2014-II. A sua implantação será gradativa, iniciando-se com as disciplinas da primeira fase do Curso e assim sucessivamente até a décima fase, quando então o novo Currículo terá sido implantado integralmente.

5 REFERÊNCIAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DO PPC

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espaço-temporal dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

CUNHA, Maria Izabel da; BROILO, Cecília Luiza. **Qualidade da Educação Superior: grupos investigativos internacionais em diálogo**. Araraquara: Junqueira & Marin; 2012. 272 p.

CERVI, Gicele Maria; DIAS, Julice; LOPES, Maurício Capobianco. **Projeto Político Pedagógico**. Blumenau: FURB Editora, 2006. 47 p.

FALCÃO, Joaquim; STUCKEY, Roy; DANTAS, San Tiago. **Cadernos FGV Diretório**.

Educação e Direito: Educação jurídica e método de caso. n.º 03, fevereiro 2009. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – Direito Rio, 2009. 60 p.

LAMPERT, Ernani; BAUMGARTEN, Maíra. **Universidade e conhecimento:** possibilidades e desafios na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulinas; Editora da UFRGS, 2010. 167 p.

LUCKESI, Cipriano Carlo. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 448 p.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova:** um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. – 9. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. 186 p.

OLIVEIRA, André Macedo de. **Ensino jurídico:** diálogo entre teoria e prática. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2004.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **Universidade e currículo:** perspectivas de educação geral. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2010. 207 p.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto. **Reforma universitária e a construção do espaço europeu de educação superior: análise de uma década do Processo de Bolonha.** Campinas: Editora Mercado de Letras, 2011. 227 p.

PRYJMA, Marielda. **Desafios e trajetórias para o desenvolvimento profissional docente.** Curitiba: Editora da UTFR, 2013. 328 p.

SILVA, Janssen Felipe da. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo.** 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 109 p.

SOARES, Luiz Antônio. PETRY, Sueli. **Uma Contribuição para a História da Furb.** Blumenau: Editora da FURB, 1992.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A aventura de formar professores.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2009. 95 p.

ANEXOS

**Histórico de alterações no Projeto Político Pedagógico do
Curso de Direito**

DATA	MODIFICAÇÃO	DOCUMENTO
Jul/2015	Alteração das ementas das Disciplinas de Direito Processual Civil II, Direito Processual Civil III, Direito Civil-Obrigações, Direito Civil-Direito das Coisas, Direito Civil- Direito das Sucessões e Direito Civil-Direito das Relações de Família.	Item 3.3. Detalhamento do Componente Curricular
Set/2016	Alteração das ementas das Disciplinas de Estágio Orientado-Observação I, Estágio Orientado-Observação III e Direito Processual Penal I.	Item 3.3. Detalhamento do Componente Curricular
Set/2016	Alteração das ementas das Disciplinas de Direito Penal III e Direito Penal IV.	Item 3.3. Detalhamento do Componente Curricular